

PUCRS

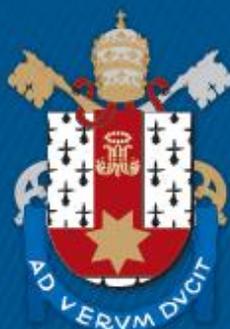
ESCOLA DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA  
DOUTORADO EM FILOSOFIA

SAMUEL VICENTE BASSO CIBILS

**INTRODUÇÃO AO INFINITISMO NA EPISTEMOLOGIA: UMA RESPOSTA AO TRILEMA DE  
AGRIPA**

Porto Alegre  
2023

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica  
do Rio Grande do Sul

## Ficha Catalográfica

B322i Basso Cibils, Samuel Vicente

Introdução ao Infitismo na Epistemologia : uma resposta ao Trilema de Agripa / Samuel Vicente Basso Cibils. – 2023.

104 p.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Claudio Gonçalves De Almeida.

1. Ceticismo pirrônico. 2. Estrutura da justificação epistêmica. 3. Infitismo. 4. Trilema de Agripa. 5. Epistemologia analítica. I. De Almeida, Claudio Gonçalves. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Clarissa Jesinska Selbach CRB-10/2051

SAMUEL VICENTE BASSO CIBILS

**INTRODUÇÃO AO INFINITISMO NA EPISTEMOLOGIA:  
Uma resposta ao Trilema de Agripa**

Orientador: Prof. Dr. Claudio Gonçalves de Almeida

Porto Alegre, 2023.

SAMUEL VICENTE BASSO CIBILS

INTRODUÇÃO AO INFINITISMO NA EPISTEMOLOGIA

Uma resposta ao Trilema de Agripa

Tese apresentada como requisito para a obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Aprovado em: \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Claudio Gonçalves de Almeida (PUCRS)

---

Prof. Dr. Carlos Augusto Sartori (UFSM)

---

Prof. Dr. André Luiz de Almeida Lisbôa Neiva (UFAL)

---

Prof. Dr. João Rizzio Vicente Fett (UFSM)

Porto Alegre, 2023.

## AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Meus sinceros agradecimentos ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, bem como aos professores com quem convivi durante esse processo de formação. Um agradecimento especial aos professores Agemir Bavaresco, Jair Tauchen e Rodrigo Borges pelo apoio e incentivo durante esse período. Também quero expressar minha gratidão aos meus colegas, com quem tive o prazer de trabalhar nesta linha de pesquisa desde o mestrado: André Neiva, João Fett, Felipe Medeiros, Gregory Gaboardi, Kátia Etcheverry, Rogel Esteves, Igor Danilevich, Taís Chiodelli e Felipe Kokot; além de outros colegas com quem tive a satisfação de conviver. Quero agradecer especialmente aos meus amigos Eduardo Alves pela amizade e por compartilhar suas opiniões sobre alguns dos meus rascunhos; e a Vinícius Felipe Posselt com quem tive o privilégio de escrever um artigo sobre ceticismo e discutir algumas das questões que levantei aqui.

A oportunidade que tive de aprender com meu orientador, Claudio de Almeida, foi imprescindível na minha formação. Por isso, também gostaria de agradecê-lo. Agradeço à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pelo financiamento das mensalidades do programa, que me ajudou a finalizar esta pesquisa, e à Escola de Aplicação da Universidade Feevale de Novo Hamburgo pela ajuda em tornar esta jornada possível. Meu muito obrigado à coordenação e direção da escola por me acolher como professor da educação básica, um grande desafio na minha formação que sempre lembrarei. Um abraço especial aos colegas: José Gularte, Luciano, Gil, Rafael, Cíntia, Rodrigo, Ana Elisa, Geraldine, Ana Cândida, Janine, Jana, Alessandra, Mauro, Lucas, Cleidi, Maritsa e Otávio.

Um agradecimento imensurável à minha avó, professora Ana Júlia Feijó Coser, por ter me mostrado o significado da busca incessante por aprendizado e pela frase transgeracional: "um dia que não se aprende nada é um dia perdido". Aos meus irmãos, Otto e Juliana; minha dinda, Marisia.

Por fim, gostaria de expressar minha eterna gratidão à minha filha Olivia e à minha esposa Mariana Cainelli. Quase todo esse trabalho foi criado em meio a brincadeiras e burburinhos no chão da sala do nosso apartamento em Porto Alegre. Amo vocês!

*The skeptic, like the philosopher, seeks truth, but unlike the philosopher, the skeptic finds it impossible to attain certainty about any matter. (Outlines of Pyrrhonism, Book III, Chapter 9)*

## RESUMO

O ceticismo em epistemologia refere-se à atitude supostamente irracional de suspender o juízo sobre todas as crenças, particularmente aquelas tidas como certas. A atitude cética pressiona a filosofia a investigar as condições sob as quais é possível chegar ao conhecimento e à justificação em vez de verdades acidentais. No primeiro capítulo, investigaremos como construir uma forma de ceticismo radical que é conhecida como ceticismo pirrônico; veremos como o Trilema de Agripa constrói três vias de defesa cética para objetar três possíveis condições na estruturação da justificação epistêmica. No segundo capítulo, examinaremos o infinitismo como uma possível resposta ao trilema, bem como as bases conceituais que possibilitam a existência dessa possível solução do desafio cético. No terceiro, será analisada a principal objeção ao infinitismo conhecida como o problema da mente finita. No quarto capítulo, veremos uma formulação alternativa do trilema, bem como os desafios que essa abordagem representa à resposta anticética.

**Palavras-chave:** ceticismo pirrônico; estrutura da justificação epistêmica; infinitismo; Trilema de Agripa; epistemologia analítica

## ABSTRACT

Skepticism in epistemology refers to the supposedly irrational attitude of suspending judgment about all beliefs, particularly those taken for granted. The skeptical attitude presses philosophy to investigate the conditions under which knowledge and justification rather than accidental truths can be arrived at. In the first chapter, we will investigate how to construct a form of radical skepticism known as Pyrrhonian skepticism; we will see how Agrippa's Trilemma builds three ways of skeptical defense to object to three possible conditions in the structuring of epistemic justification. In the second chapter, we will examine infinitism as a possible answer to the trilemma, as well as the conceptual bases that make possible the existence of this possible solution to the skeptical challenge. In the third, the main objection to infinitism known as the finite mind problem will be analyzed. In the fourth chapter, we will look at an alternative formulation of the trilemma, as well as the challenges this approach poses to the anti-skeptical response.

**Keywords:** Pyrrhonian skepticism; structure of epistemic justification; infinitism; Agrippa's Trilemma; analytic epistemology

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>1 PROBLEMA DO REGRESSO NA EPISTEMOLOGIA CONTEMPORÂNEA.....</b>	<b>13</b>
1.1 CONHECIMENTO PROPOSICIONAL.....	13
1.2 CETICISMO LOCAL E GLOBAL.....	14
<b>1.2.1 Ceticismo Radical ou Acadêmico .....</b>	<b>15</b>
1.3 DESAFIO CÉTICO.....	17
1.4 ATITUDES DOXÁSTICAS.....	20
1.5 JUSTIFICAÇÃO.....	21
<b>1.5.1 Justificação epistêmica .....</b>	<b>22</b>
<b>1.5.2 Justificação inferencial e cadeia inferencial.....</b>	<b>22</b>
<b>1.5.3 Conhecimento inferencial .....</b>	<b>23</b>
<b>1.5.4 Justificação doxástica e justificação proposicional.....</b>	<b>24</b>
1.6 CETICISMO PIRRÔNICO.....	25
1.7 TRILEMA DE AGRIPA.....	28
<b>1.7.1 Desafio cético pirrônico.....</b>	<b>28</b>
<b>1.7.2 Argumento cético do regresso .....</b>	<b>30</b>
1.8 RELEVÂNCIA.....	31
<b>1.8.1 Espaço lógico das alternativas .....</b>	<b>32</b>
<b>2 O INFINITISMO COMO RESPOSTA AO PROBLEMA DO REGRESSO</b>	<b>34</b>
2.1 INFINITISMO.....	34
<b>2.1.1 Justificação vem em graus .....</b>	<b>34</b>
<b>2.1.2 Argumento do regresso para o Infinitismo .....</b>	<b>36</b>
2.1.2.1 Princípio de Prevenção à Circularidade (PAC).....	37
2.1.2.2 Princípio de Prevenção à Arbitrariedade (PAA).....	37
2.2 ARGUMENTO DO INFINITISMO PARA PAA E PAC.....	37
2.3 CARACTERÍSTICAS DO INFINITISMO.....	41
<b>2.3.1 Aumento de Justificação .....</b>	<b>42</b>
<b>3.3.2 Justificação completa .....</b>	<b>42</b>
2.4 JUSTIFICAÇÃO INFERENCIAL DO FUNDACIONALISMO	43
<b>2.4.1 Fundacionismo tradicional .....</b>	<b>44</b>
<b>2.4.2 Fundacionismo metajustificatório .....</b>	<b>45</b>
2.5 ARGUMENTO DAS CARACTERÍSTICAS PARA O INFINITISMO.....	48

<b>2.5.1 Aumento de Justificação para o Fundacionismo</b> .....	<b>50</b>
<b>2.5.2 Aumento de Justificação para o Coerentismo</b> .....	<b>51</b>
2.6 ARGUMENTO DA INTERROGAÇÃO PARA O INFINITISMO.....	53
<b>2.6.1 Justificação total</b> .....	<b>55</b>
2.7 ARGUMENTO PROCEDIMENTAL PARA O INFINITISMO.....	56
<b>3 MENTE FINITA COMO PRINCIPAL OBJEÇÃO AO INFINITISMO</b> .....	<b>58</b>
3.1 OBJEÇÃO DA MENTE FINITA.....	58
<b>3.1.1 Argumento da Mente Finita</b> .....	<b>60</b>
3.2 CRENÇA OCORRENTE E CRENÇA DISPOSICIONAL.....	61
<b>3.2.1 Crença ocorrente</b> .....	<b>62</b>
<b>3.2.2 Crença Disposicional</b> .....	<b>62</b>
<b>3.2.3 Contra-argumento da Mente Finita (AMF*)</b> .....	<b>64</b>
3.3 RAZÕES DISPONÍVEIS.....	64
<b>3.3.1 Condição PAA e a experiência</b> .....	<b>66</b>
<b>3.3.2 Princípio PAA alternativo</b> .....	<b>68</b>
3.4 PURISMO E IMPURISMO.....	69
<b>3.4.1 Impurismo e Fundacionismo</b> .....	<b>69</b>
<b>3.4.2 Arbitrariedade e suspensão de juízo</b> .....	<b>70</b>
<b>3.4.3 Purismo Infinitista</b> .....	<b>71</b>
<b>3.4.4 Purismo e o princípio PAA*</b> .....	<b>72</b>
<b>3.4.5 Impurismo infinitista</b> .....	<b>72</b>
<b>3.4.6 Transação epistêmica</b> .....	<b>74</b>
<b>3.4.7 Crença disposicional complexa</b> .....	<b>75</b>
3.5 INDETERMINAÇÃO DAS RAZÕES.....	77
<b>3.5.1 Argumento de Sorites contra o Infinitismo</b> .....	<b>77</b>
<b>3.5.2 Razões objetivamente disposicionais.</b> .....	<b>78</b>
3.6 MENTE INFINITA PARA O FUNDACIONISMO.....	80
<b>3.6.1 Compatibilismo: Fundacionismo e Infinitismo</b> .....	<b>83</b>
<b>4 ‘DILEMA’ DE AGRIPA</b> .....	<b>84</b>
4.1 TRANSFERÊNCIA DA JUSTIFICAÇÃO.....	84
4.2 AUMENTO DE JUSTIFICAÇÃO NO FUNDACIONISMO.....	86
<b>4.2.2 Acúmulo de evidências</b> .....	<b>86</b>
<b>4.2.3 Grau de confiabilidade</b> .....	<b>87</b>
4.3 TRANSFERÊNCIA E CETICISMO GLOBAL.....	87

4.4 INFINITISMO DA EMERGÊNCIA.....	88
4.5 GERAÇÃO DE JUSTIFICAÇÃO.....	89
<b>4.5.1 Argumento da resposta ao trilema de Klein .....</b>	<b>89</b>
4.6 DIÁLOGO E JUSTIFICAÇÃO.....	90
<b>4.6.2 Diálogo entre Fran e Dan.....</b>	<b>91</b>
4.7 CONSEQUÊNCIAS DO FUNDACIONISMO DA EMERGÊNCIA.....	93
<b>4.7.1 Dependência da crença básica .....</b>	<b>94</b>
<b>4.7.2 Bloqueio da incrementação das razões .....</b>	<b>95</b>
<b>4.7.3 Irrelevância do regresso .....</b>	<b>96</b>
4.8 CONSEQUÊNCIAS DAS PROPOSTAS EMERGENCISTAS.....	97
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>98</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>100</b>

## INTRODUÇÃO

O termo fármaco *φάρμακον* (*phármakon*) era uma palavra utilizada pelos helenos do período clássico para se referir tanto a um medicamento usado para tratar doenças quanto a um veneno letal produzido por um animal peçonhento. Provavelmente, isso se deve ao fato de os fisiologistas daquela época utilizarem veneno em pequenas doses como recurso terapêutico; o veneno agia como um anticorpo neutralizante, um antídoto para o próprio veneno ou um elixir para revigorar a saúde e aguçar a alma.

A atitude cética, a atitude de duvidar daquilo que nos é estabelecido como crença sobre fatos ou sobre valores (demasiadamente conhecida por aquele povo) resguarda a mesma sinonímia: designamos cética a atitude ponderada que enseja a investigação racional de procurar razões para dar suporte a crenças, como anticorpo neutralizante no combate à ignorância; mas também designamos a atitude irracional de suspender o juízo quanto a casos paradigmáticos de racionalidade. Se as ciências biológicas nos ensinam a dosagem aceitável de antibióticos que devemos administrar para provocar a resposta imunológica necessária à cura de uma doença específica, a epistemologia deve especificar qual dosagem de atitude cética neutraliza a irracionalidade.

Na epistemologia, a atitude cética é um remédio contra a passividade intelectual do dogmatismo. Se buscamos conhecimento acerca de alguma proposição, é natural supor que possuímos razões para isso. No entanto, para que as razões sejam boas, deve haver razões para as razões, e assim indefinidamente. O primeiro capítulo investigará o argumento que dá origem a esse regresso de razões conhecido como Trilema de Agripa, bem como sua relevância para a epistemologia contemporânea e as soluções tradicionais para o trilema.

A aceitação de que a cadeia infinita de razões molda a estrutura apropriada para resolver o regresso e, como resultado, permite a aquisição de conhecimento será o assunto do segundo capítulo. A busca por uma perspectiva sensata e comprometida com a posição infinitista em resposta ao Trilema de Agripa é inaugurada pelo importante filósofo Peter Klein ao final dos anos noventa. Utilizaremos como referência seu ponto de vista anticético sobre o infinitismo, defendido em diversos artigos e capítulos de livros. Sua tese central sobre o infinitismo é que, à medida que o sujeito avança no regresso das razões, a justificação pode ser elevada ao nível

do conhecimento. Veremos como a defesa desta tese apresenta alguns desafios e necessitará de alguns esclarecimentos conceituais.

Nossas mentes contêm crenças, desejos e emoções; estados que expressam atitudes proposicionais, como “estou com raiva que p”, “espero que p” e “acredito que p”, onde p é qualquer proposição. Embora a aquisição de estados proposicionais pareça ilimitada, não parece que um ser humano consiga reunir uma série infinita de razões. Aparentemente, a abordagem infinitista padece de um sintoma grave: se o conhecimento é restrito por crenças justificadas mediante cadeias inferenciais infinitas de razões, parece que apenas seres infinitos conseguem obter conhecimento. Assim, o cético vence a disputa. O terceiro capítulo examinará como o infinitismo lida com esse obstáculo.

Para se aproximar da solução cética, recentemente o fundacionismo reivindicou uma característica da justificação epistêmica originalmente atribuída ao infinitismo. O ponto principal em questão é se justificação pode ser aumentada à medida que o sujeito epistêmico produz razões para razões, em vez de simplesmente transmitir justificação; uma posição tradicionalmente ocupada por fundacionistas. O quarto capítulo tem em vista objetar esse estreitamento de laços conceituais.

Finalmente, expressarei minhas preocupações sobre o debate cético apresentando uma hipótese sobre as posições em disputa; como resultado, o Trilema será reduzido em um Dilema. Além disso, será discutido como o infinitismo e um tipo de fundacionismo percebem um desafio maior dentro de si; este desafio inclui fornecer uma resposta à questão de como o contexto de disputa de razões determina a justificação.

## 1 PROBLEMA DO REGRESSO NA EPISTEMOLOGIA CONTEMPORÂNEA

Neste capítulo, discutiremos os termos-chave para a discussão sobre o ceticismo epistêmico, bem como as várias interpretações do ponto de vista cético na epistemologia. Distinguiremos entre *ceticismo local* e *global* e discutiremos as principais características do ceticismo global do tipo pirrônico.

### 1.1 CONHECIMENTO PROPOSICIONAL

O ceticismo em epistemologia refere-se a uma atitude de dúvida em relação à possibilidade de conhecimento proposicional. O conhecimento é dito proposicional porque seu objeto consiste em uma proposição. Sucedendo a cláusula ‘que’, esse objeto pode ser identificado como algo que exprime uma proposição, algo que carrega a verdade ou falsidade de uma crença.<sup>1</sup> Saber uma proposição é saber *que* algo é verdadeiro; é saber, por exemplo, *que* “o campus da PUCRS fica em Porto Alegre.” ou saber *que* “o quadrado da hipotenusa é igual à soma do quadrado dos catetos”. O conhecimento proposicional é uma importante categoria de conhecimento para os epistemólogos porque saber *que* uma proposição é verdadeira é determinante para que tenhamos propriedade em nossas descrições sobre o estado das coisas no mundo;<sup>2</sup> é a maneira como indicamos informações verdadeiras sobre diversos acontecimentos. Além disso, a exploração do conhecimento proposicional envolve a análise de outros conceitos igualmente significativos, como os conceitos de *crença*, *justificação* e *racionalidade*. A força do ataque cético dependerá crucialmente de como estes conceitos são entendidos e de qual categoria de ceticismo epistêmico estamos lidando. Afinal, quais

---

<sup>1</sup> Não é o intuito explorar aqui a natureza do conceito de ‘proposição’. Embora muitos teóricos utilizem este termo na filosofia de tradição analítica, há discordâncias profundas sobre o que esta expressão refere. As proposições serão destacadas mediante aspas duplas.

<sup>2</sup> Alguns epistemólogos sugerem que outras formas de conhecimento são redutíveis ao conhecimento proposicional. Por exemplo, conhecer Porto Alegre é redutível a saber informações verdadeiras sobre a cidade; por exemplo, saber que o Mercado Público está localizado no centro da cidade e que a Casa de Cultura Mário Quintana era um hotel que abrigava o escritor e poeta de mesmo nome.

proposições podem ser contaminadas pelo ceticismo? Inicialmente, há duas interpretações gerais sobre ceticismo.

## 1.2 CETICISMO LOCAL E GLOBAL

O cético é uma figura genérica. O ceticismo é a doença que afeta o cético, e seu sintoma é duvidar da plena convicção do senso comum sobre as proposições que se julga conhecer. As causas podem ser múltiplas, pois há diferentes possibilidades de ceticismo. Podemos ser céticos com respeito a uma proposição particular. Por exemplo, uma pessoa pode ser cética com respeito ao conhecimento teórico altamente sofisticado sobre a eficácia de uma vacina ou sobre a existência de Deus. Há, também, o ceticismo referente ao conhecimento de um conjunto específico de proposições. Por exemplo, o ceticismo com respeito ao conhecimento indutivo, estabelecendo a dúvida sobre se podemos conhecer proposições tais como “todos os corvos são pretos” ou “amanhã o Sol nascerá”. Nesses casos, podemos afirmar que o ceticismo é *local* ou *restrito*, pois não descarta a possibilidade de conhecimento sobre outras proposições, como saber que “cinco vezes três é metade de trinta”. Muitos problemas tradicionais em filosofia, como o problema de saber se há outras mentes ou o problema do nosso conhecimento *a priori*, podem ser vistos como formas locais de ceticismo e que sustentam a tese de que não podemos obter conhecimento substantivo num determinado domínio de proposições. Além disso, os argumentos necessários para abordar essas questões geralmente começam com suposições que são aceitas como certas. Como resultado, para responder à questão do que constitui evidência para o conhecimento da proposição geral “todos os corvos são pretos”, deve-se primeiro assumir o conhecimento de instâncias específicas dessa classe. Nesse caso, o desafio cético é explicar como o conhecimento de proposições observáveis específicas explica o conhecimento de proposições inobserváveis gerais.

Outro tipo de ceticismo é aquele que sustenta que qualquer conhecimento proposicional é impossível. Isso é conhecido como *ceticismo global* e se aplica a um domínio virtualmente ilimitado de proposições. A maioria das proposições que acreditamos são adquiridas por meio da experiência empírica; assim, se pode afirmar que o ceticismo sobre o *status* epistêmico dessas proposições produz um ceticismo do tipo global. Na epistemologia, há duas formas tácitas de ceticismo global. A primeira é conhecida como *ceticismo acadêmico* ou *radical*. Esse ceticismo questiona a possibilidade de conhecimento sobre o mundo exterior à luz de uma hipótese cética neutralizadora. A segunda abordagem, na qual centraremos nossos esforços neste trabalho, consiste em desafiar o pressuposto de que as razões permitem ao sujeito

justificar uma crença no nível de conhecimento. A essa forma de ceticismo chamaremos de *ceticismo pirrônico*. O tratamento para essas duas posições céticas difere em concomitância ao argumento cético que cada uma constrói.

### 1.2.1 Ceticismo Radical ou Acadêmico

Um tipo de *ceticismo global* é representado na literatura como ceticismo *radical* ou *acadêmico*. Um paradoxo pode ser usado para representar essa forma de ceticismo. O que podemos chamar de *paradoxo cético radical* é basicamente composto de três proposições. Como qualquer outro paradoxo, o *paradoxo cético radical* baseia-se em um conjunto de premissas individualmente plausíveis, mas mutuamente inconsistentes. O primeiro ingrediente do paradoxo cético é a nossa intuição com respeito aos casos paradigmáticos de conhecimento empírico; compostos por crenças formadas a partir da percepção imediata de que “tenho mãos”, “estou sentado”, “há um computador à minha frente”, etc.<sup>3</sup> A maioria dos epistemólogos, como G. E. Moore, acredita que essas crenças de *senso comum* são as formas mais básicas de conhecimento. Assim, a formulação da proposição pode ser a seguinte:

#### i) Posso saber que tenho mãos.

O segundo ingrediente é o que chamamos *hipótese cética*. Considere-se um cérebro separado de seu corpo, sendo enganado pelos algoritmos de um supercomputador equipado com sofisticada inteligência artificial. Seu cérebro é mantido vivo numa cuba com nutrientes e alimentado, por meio de fios elétricos, com informações que o enganam sobre tudo o que acredita acerca do mundo exterior.<sup>4</sup> Como afirma Chisholm, os céticos que apresentam essa hipótese “não estão dizendo [...] que temos justificativa para acreditar que estamos numa cuba. Eles estão dizendo que não temos justificativa para acreditar que não estamos numa cuba”<sup>5</sup> (1989, p. 3). Isso, pois a aceitação da hipótese cética lhe impossibilita de discernir subjetivamente entre o mundo onde você é um cérebro na cuba de um mundo tal qual você supõe que esteja vivendo. Dessa forma, podemos moldar a nossa segunda premissa:

<sup>3</sup> Essas proposições também são conhecidas como *proposições mooreanas* porque G.E. Moore responde ao desafio cético gesticulando com as mãos e dizendo: "aqui está uma mão", como prova do conhecimento da existência do mundo exterior (cf. MOORE, 1939).

<sup>4</sup> Essa é a hipótese cética do cérebro na cuba cunhada por Hilary Putnam (1981) e depois utilizada por Anthony Brueckner no artigo “Brains in a vat” (1986). Mais detalhes, ver CIBILS; POSSELT (2022).

<sup>5</sup> No original: “*These skeptics are not saying, of course, that we are justified in believing that we are in the vat. They are saying that we are not justified in believing that we are not in the vat.*”

**ii) Não posso saber que não sou um cérebro numa cuba.**

Nesse sentido, outra hipótese cética estimada pela literatura filosófica é a *hipótese do sonho* (ou argumento do sonho), cunhada por Descartes na sua *Primeira Meditação*. Por essa razão, o paradoxo cético radical também é intitulado de *ceticismo cartesiano*. Segundo Descartes, os nossos sonhos podem criar experiências subjetivas indistinguíveis da experiência que temos quando estamos acordados. Se aceitarmos essa suposição, também podemos aceitar a alegação de que é impossível saber se estamos acordados ou dormindo porque nos falta um método eficaz para distinguir entre os dois estados. Como resultado, parece que todas as nossas crenças sobre nossa vida ‘acordada’ são, na verdade, um grande sonho e, sistematicamente, ilusórias.<sup>6</sup> O terceiro ingrediente, portanto, é a proposição de que a crença de que estou sentado é afetada pela hipótese cética do cérebro na cuba. A terceira premissa pode ser descrita da seguinte maneira:

**iii) Se não posso saber que não sou um cérebro numa cuba, então não posso saber que tenho mãos.**

As três proposições são inconsistentes entre si. Se aceito ii e iii como premissas, via *modus ponens*, isso acarreta a negação de i. De fato, i-iii será a instanciação do paradoxo cético radical e será formulado num argumento geral que compreende todo o conjunto de proposições empíricas e toda espécie de hipótese cética radical. Dado um sujeito S, para toda proposição empírica *p* e hipótese cética radical HC:

I) S pode saber que *p*.

II) S não pode saber que não é o caso que HC.

III) Se S não pode saber que não é o caso que HC, então S não pode saber que *p*.

O desafio cético com respeito a esse paradoxo determina que o epistemólogo desfaça a inconsistência gerada pelo conjunto {I, II, III}. Na epistemologia contemporânea, autores desafiam interpretações distintas sobre II e III. O desafio, em poucas palavras, é lidar com o paradoxo causado pela hipótese cética.

---

<sup>6</sup> Parte da redação sobre ceticismo radical está conforme o artigo “*Subdeterminação e Fecho Epistêmico: Um Ensaio em Busca do Argumento Cético Fundamental*”, CIBILS; POSSELT, (2022). Não foi feita citação direta, pois algumas alterações foram realizadas posteriormente para adequar o tema proposto neste trabalho.

Fora do âmbito acadêmico da filosofia, ou das salas de aulas escolares, o paradoxo cético radical é pouco razoável dada a confiança que atribuímos às crenças obtidas a partir da experiência imediata. Há um apelo forte de nossas intuições sobre o conhecimento e a justificação pressionando o desafio da hipótese cética representada em ii. Por outro lado, uma forma de ceticismo global não precisa, necessariamente, estabelecer uma hipótese contraintuitiva como a do cérebro numa cuba ou do sonho. O desafio cético pode ser levado a um nível mais intuitivo do que constitui conhecer algo, começando com a suposição plausível de que, quando sei, posso oferecer razões para crer nisso. Nesse sentido, o ceticismo torna-se uma doença oportunista ao infectar nosso metabolismo epistêmico; o vírus é inoculado diretamente no processo de busca por razões e evidências sobre proposições que supomos conhecer. A partir daqui, voltaremos nossa atenção para outro tipo de ceticismo global.

### 1.3 DESAFIO CÉTICO

Um modo de compreender o desafio cético parte, essencialmente, da forma como o conceito de conhecimento<sup>7</sup> é entendido. Basicamente, conhecimento envolve a atitude da *crença*. Temos diversas crenças e, ao crer, tomamos uma proposição como sendo verdadeira. Quando afirmamos que alguém sabe que  $p$ , em que  $p$  é uma proposição qualquer, estamos afirmando que essa pessoa tem uma crença verdadeira. Mas será isto suficiente? Desde Platão é consenso entre os epistemólogos que crença verdadeira é condição necessária, porém não suficiente para conhecimento; isto, pois podemos adquirir crenças verdadeiras *por acidente*. Uma maneira de afirmar que temos conhecimento é dizer que a crença é verdadeira porque há *boas razões* que lhe dão suporte. Analise este caso:

Olívia é uma menina de cinco anos e, numa noite, ao ir pra cama, forma a crença que  $p$ : “há um animal no quarto”. Sua mãe procura acalmá-la e convencê-la de que esta crença é falsa –  $p$  é originada pelo fato de que crianças, em seu desenvolvimento, têm medo do escuro e formam crenças desse tipo. Olívia vai para a cama sem examinar o interior do quarto ainda crendo que  $p$ . No entanto, a proposição  $p$  é verdadeira: o quarto de Olívia foi invadido por pequenas aranhas que entraram por uma fresta da janela.

---

<sup>7</sup> Daqui em diante nomearei *conhecimento proposicional* somente de conhecimento.

Com base nas informações do exemplo, é possível concluir que Olivia não poderia saber que  $p$ , porque mesmo que  $p$  seja verdadeira, ela não tem razões convincentes para acreditar que um animal está presente em seu quarto. Em outros termos, ela não possui *justificação* para crer nisso, pois para estar justificada não basta simplesmente tomar a proposição como verdadeira quando, de fato, ela é verdadeira. Muitas de nossas crenças, incluindo aquelas sobre o passado, descobertas científicas, eventos futuros, relações matemáticas simples, fatos históricos, etc., são proposições nas quais tendemos a supor que temos justificação para acreditar. Diante disso, parte dos epistemólogos assumem que o conhecimento deve incluir alguma forma de *justificação*. Assim, a crença verdadeira e justificada é um candidato ao *status* de conhecimento. Assumiremos a hipótese de que uma teoria sobre a estrutura da justificação é aplicável à estrutura do conhecimento. Embora possa ser controversa para alguns<sup>8</sup> - em especial, após o surgimento de contraevidência à definição platônica de conhecimento oportunizada por Gettier<sup>9</sup> - a tese de que *conhecimento implica justificação* comporta a intuição de que aquele que tem conhecimento a respeito de uma proposição qualquer,  $p$ , tem, também, justificação para crer nisso.<sup>10</sup> Voltemos ao exemplo.

Olivia não crê que  $p$  com base em razões que justificam sua crença, pois a informação de que aranhas entraram sorrateiramente pela janela de seu quarto não estava disponível a ela. Assim,  $p$  é verdadeira para Olívia *por acidente*. Dessa conclusão, é possível indicar duas suposições básicas: i) Olívia não sabe que  $p$ , pois carece de justificação para sua crença; e ii) se Olívia tivesse acesso à informação de que entraram aranhas em seu quarto, então ela estaria (ao menos, em parte) na posse de justificação *prima facie* para crer que  $p$ .

Vamos, agora, imaginar que Olívia ouviu o testemunho sincero do zelador do prédio que observou uma proliferação de aranhas entrando em seu quarto através da janela. Assim, com base no testemunho do zelador, Olívia forma a crença em R: “há uma aranha no quarto” e, com base nessa crença, Olívia infere a crença de que  $p$  “há um animal no quarto”. Nesse caso, *Olívia tem crença justificada de que  $p$* . Diferente do primeiro caso,  $p$  não foi formada por acidente, mas inferida de uma razão R. Mas o que há na razão R que faz com que  $p$  possa ser considerada uma candidata ao conhecimento? Presumivelmente, para estar justificada a crer

---

<sup>8</sup> Alguns epistemólogos discordam da tese de que (1) conhecimento seja analisável e (2) de que justificação é necessária para conhecimento. Para mais detalhes, ver Timothy Williamson (2000).

<sup>9</sup> Mais detalhes, ver De Almeida (2017, cap. 17)

<sup>10</sup> Justificação é um termo normativo – há outros termos como intuição, aval, racionalidade, termos por vezes aplicáveis em situações não epistêmicas. Algumas epistemologias sugerem que possuir a justificação não implica conseguir apresentá-la; em outras palavras, não é necessário ter o acesso às normas, mas ser capacitado a agir conforme estas.

que  $p$ , Olívia necessitará outra razão para crer que  $R$  é provavelmente verdadeira.<sup>11</sup> Assim, consideremos uma razão do tipo  $R1$ : “*o testemunho do zelador é confiável*”. E agora? Olívia estaria justificada a crer nisso? Logo, ela precisará, novamente, regredir a outra razão,  $R2$ , para crer que  $R1$ , para crer que  $R$ , para, finalmente, crer que  $p$  é provavelmente verdadeira;  $R2$ : “*O zelador apresentou a Olívia um vídeo das câmeras de segurança onde é possível observar as aranhas entrando em seu quarto*”. Mas quais são as razões para Olívia crer que  $R2$  é verdadeira? Novamente ela necessitaria de outras razões para justificar  $R2$ . Em resumo, se, para que a justificação de Olívia de que  $p$  seja candidata a conhecimento, não basta que ela creia que  $p$  com base em razões - as razões precisam ser boas. Mas para as razões serem boas, elas precisam ser suportadas por outras razões, e assim por diante. Quando, portanto, o regresso na cadeia inferencial de razões termina? A imprecisão acerca de como responder essa pergunta pavimenta o caminho para ataque cético global conhecido como *ceticismo pirrônico*.

Antes de seguir para o argumento do ceticismo pirrônico, é relevante afirmar que não será respondida completamente à questão “o que torna uma razão suficientemente *boa* para justificar uma crença”. O objetivo é delimitar quais características estruturais a cadeia inferencial necessita ter para possibilitar justificação epistêmica ao nível de conhecimento. Portanto, será suposto que as razões são boas e a questão será “*como estas boas razões devem estar estruturadas para possibilitar o conhecimento?*”. Para o ceticismo pirrônico, mesmo com boas razões, não é possível alcançar o conhecimento via inferência.

O ceticismo pirrônico visa demonstrar que nenhuma estrutura proposta para a cadeia inferencial é adequada para a aquisição do conhecimento, ou seja, que nenhum modelo teórico de justificação satisfaz os requisitos impostos pelo regresso. Assim, o cético defende a tese de que a *suspensão de juízo é a única atitude doxástica racional com respeito a qualquer proposição*. Essa forma de ceticismo global possui uma longa história na filosofia, uma disputa contemporânea importante, e uma diversidade de debates relativos aos conceitos de *justificação* e *crença*. De fato, a perspectiva do cético é justamente uma visão sobre a justificação;<sup>12</sup> especificamente, sobre o que estamos ou não justificados a crer; e, nesse sentido, o cético

---

<sup>11</sup> É importante enfatizar que estou trabalhando a partir da premissa falibilista de que a justificação probabiliza a verdade de uma proposição.

<sup>12</sup> Alguns argumentos céticos atacam diretamente a posse de conhecimento, não se incomodando em atacar a concepção referente à posse de justificação. Contudo, mesmo que um argumento cético se omita sobre se temos ou não crenças justificadas, esse argumento ainda irá indiretamente afetar qualquer teoria sobre posse de justificação; pois, caso o argumento cético for exitoso, tanto defensores da análise tradicional do conhecimento (como crença verdadeira justificada) como aqueles que negam que justificação epistêmica tenha um papel importante para o conhecimento vão aceitar que o sujeito terá crença verdadeira somente por acidente.

afirmaria que Olívia não tem mais justificção para crer que  $p$  “há um animal no quarto” do que para crer em qualquer proposição incompatível com isso, ainda que ela disponha das informações expressas em R, R1 e R2.

Sexto Empírico, filósofo do século III da era cristã, debate o problema da insuficiência das razões através de dez modos, conhecidos como ‘modos pirrônicos’. Os modos funcionam como ferramentas do cético para atacar o dogmatismo. Dentre os dez modos, três se destacam, pois irão moldar o espaço lógico de alternativas para a estrutura da cadeia das razões. O Trilema de Agripa consiste em mostrar que nenhuma das três alternativas é suficiente para responder ao cético. No século II, Diógenes Laércio menciona brevemente o filósofo Agripa como o criador do Trilema.<sup>13</sup> Apesar disso, acredita-se que o Trilema de Agripa seja mais antigo, pois é possível encontrar referências ao tema nos escritos de Aristóteles, como veremos adiante. Posteriormente, será demonstrado como é possível organizar o Trilema de Agripa na forma de um argumento. Três teses epistêmicas buscam resistir ao trilema, a saber: fundacionalismo, coerentismo e infinitismo. Antes de aprofundar o argumento do Trilema e as teses sobre a estrutura da justificção que respondem a ele, é necessário examinar alguns conceitos centrais nessa discussão.

#### 1.4 ATITUDES DOXÁSTICAS

Atitudes doxásticas são a expressão de uma relação entre um agente epistêmico e uma proposição qualquer,  $p$ . Para a maioria dos epistemólogos, a atitude doxástica mais relevante é a da crença, pela razão de que ela é condição necessária para o conhecimento - conhecimento é a crença numa proposição verdadeira seguida de algumas qualificações.<sup>14 15</sup> Ao crer, incluímos uma proposição ao conjunto de coisas nas quais acreditamos; em outras palavras, ‘assentimos’ à  $p$ . Podemos crer que  $p$ , assim como podemos *descrever* que  $p$ ; ou seja, crer que não é o caso que  $p$ , ou que é falso que  $p$ . A atitude doxástica de *descrever*, será entendida, aqui, como sendo redutível ao ato da crença; seguindo uma concepção majoritária na epistemologia

<sup>13</sup> Mais detalhes históricos, ver BARNES (1990).

<sup>14</sup> Aqui sigo algumas informações que explorei na dissertação em CIBILS (2019).

<sup>15</sup> Esta tese é controversa, pois não é evidente que o conhecimento, tanto o estado mental quanto o conceito, seja analisável em noções mais fundamentais. Para mais detalhes, ver Williamson (2000). Alguns teóricos sugerem que o conceito de *justificção* na epistemologia deve ser totalmente evitado (por exemplo, ALSTON, 2006, cap. 1).

contemporânea.<sup>16</sup> Assim, assumindo essa redução, podemos manter um *modelo binário* de atitudes doxásticas. Esse modelo sugere que, ou tomamos uma proposição  $p$  como verdadeira e, portanto, cremos que  $p$ , ou suspendemos nosso juízo sobre  $p$ . Suspender o juízo sobre  $p$  é ser agnóstico quanto ao valor de verdade de  $p$ . Frequentemente suspendemos o juízo com relação a certas proposições quando carecemos de justificação para isso. O ponto de vista cético parte de uma posição drástica, argumentando que a atitude doxástica racional com relação a toda e qualquer proposição deverá ser a de suspensão do juízo.

## 1.5 JUSTIFICAÇÃO

O conceito de justificação possui uma aplicabilidade variada e que, frequentemente, sai do escopo da epistemologia. Geralmente, podemos descrever a justificação como sendo a “posição correta de uma ação, pessoa ou atitude em relação a algum padrão de avaliação” (cf. WATSON, 2021). A justificação epistêmica é “a posição correta das crenças de uma pessoa em relação ao conhecimento” (*ibid.*). Assim, é importante diferenciar *justificação epistêmica* de outras formas de justificação. Podemos ter *justificação* para crer ou não em determinadas proposições. Por exemplo, quando percebo o sumiço abrupto do pote de sobremesa que estava na geladeira, percebo que só meu irmão teve acesso à sobremesa que eu havia deixado lá. Nesse caso, crer que  $p$ : “*meu irmão comeu a sobremesa*” é a *posição correta* da minha crença em relação ao conhecimento de que  $p$ . Também posso estar justificado a reprovar a atitude do meu irmão em relação ao padrão moral que compartilho, a saber, de que é incorreto moralmente comer uma sobremesa que não é sua.

Há situações cuja justificação é prática. Numa viagem de turismo, estou justificado a crer na informação solicitada a um transeunte, mesmo sem saber se ele é um informante confiável. Uma pessoa muito doente pode estar justificada em acreditar na sua recuperação, apesar das evidências, porque seria reconfortante e até capaz de curá-la. Nesses casos, a posição das crenças da pessoa será correta em relação a determinações práticas.

No caso da *justificação epistêmica*, o que significa afirmar que a posição das crenças de um sujeito é correta em relação ao conhecimento? Um modo de entender essa relação é afirmar

---

<sup>16</sup> A literatura é extensa; é pertinente citar Feldman e Conee (2004). Alguns autores discutem qual o sentido da atitude doxástica da crença e se é pertinente a redução ao modelo binário. Existem modelos não binários que permitem uma compressão gradual da atitude proposicional de crer. Mais sobre essa abordagem, ver CIBILS (2018).

que a *posição correta* das razões do sujeito torna provável ou aumenta a probabilidade da verdade da crença. Se tenho justificação epistêmica para crer que meu irmão, de fato, comeu a sobremesa que estava na geladeira, então as crenças que possuo tornam isso provável ou aumentam a probabilidade da sua verdade.<sup>17</sup>

### 1.5.1 Justificação epistêmica

No exemplo apresentado em 1.3, inicialmente concluímos que Olívia não sabe que *p*: “há um animal no quarto”, pois sua crença é verdadeira *por acidente*. Crenças adquiridas por acidente não são qualificáveis como conhecimento. Boa parte dos epistemólogos sustenta que uma condição necessária para se obter conhecimento é possuir *justificação*<sup>18</sup>. Uma caracterização distintiva do conceito de *justificação epistêmica* é a sua *relação essencial* com a finalidade cognitiva da verdade (cf. BONJOUR, 1978). No exemplo, Olívia não sabe que “há um animal no quarto”, pois sua crença não está numa posição correta em relação ao conhecimento de que *p*, numa conexão essencial com a verdade dessa proposição. Muitas controvérsias na literatura surgem a partir do debate a respeito da *natureza da justificação* - mais especificamente sobre de que maneira essa relação essencial entre o sujeito e crença é qualificável como justificação. Uma forma de entender essa relação é afirmar que, para satisfazer a *condição de justificação*, Olívia necessitaria de indicações de que a crença é verdadeira. Justificação epistêmica, portanto, é a justificação para crer numa proposição como sendo verdadeira quando há indicativos para isso. Olívia não possui nenhuma indicação adequada a respeito da verdade da crença e, logo, não dispõe de justificação epistêmica. *Indicação adequada* pode ser entendida como *evidência* para crer. Em suma, justificação é algo que intitula o sujeito racional a conformar suas crenças às boas evidências que possui, ou a evitar crer sem ter boas evidências para isso.<sup>19</sup>

### 1.5.2 Justificação inferencial e cadeia inferencial

---

<sup>17</sup> Como mencionado anteriormente, nenhuma discussão aprofundada sobre o que constitui uma *boa razão* para justificar uma crença será fornecida. O problema principal é como uma inferência baseada nessas razões pode estabelecer uma crença justificada no nível do conhecimento na hipótese de o indivíduo possuir *boas razões*.

<sup>18</sup> Até o surgimento dos contraexemplos ditos casos Gettier, se supunha que uma crença verdadeira sem justificação é crença accidental. Os exemplos de Gettier apontaram para a possibilidade de se possuir justificação e crença verdadeira accidental. Este trabalho não visa endereçar uma resposta a esse problema.

<sup>19</sup> Na literatura, é discutido a respeito do que conta como *boa* ou *má* evidência, dentre outras questões. Mais detalhes, ver Feldman (2002, capítulos 4 e 5).

Uma maneira de entender o conceito de *justificação epistêmica* é afirmar que, se o sujeito está justificado a crer que  $p$ , então ele possui razões para isso. Assim, chamamos *justificação inferencial* quando razões justificam a crença do sujeito e ele forma a crença com base nas razões que possui. Isso ocorre quando formamos crença com base em raciocínios. Quando raciocinamos, operamos crenças e suposições disponíveis para extrair (indutiva ou dedutivamente) novas crenças. Inferências são episódios de raciocínio onde certas crenças (as razões) dão suporte a outras crenças. Essa cadeia formada pelas crenças é chamada *cadeia inferencial*.<sup>20</sup> Uma cadeia inferencial é uma sequência de razões usadas para apoiar uma conclusão. Ao analisar as etapas de uma cadeia inferencial, ou os elos da cadeia, podemos determinar, por exemplo, se ela leva a uma crença provavelmente verdadeira ou não. Supomos que um sujeito  $S$  forma a crença em  $p$ : “a chave do carro está no aparador” com base na crença em  $q$ , “sua esposa lhe deixou a chave do carro no aparador esta manhã”. Assim,  $S$  tem *justificação inferencial* para crer que  $q$  com base em  $p$  e uma *cadeia inferencial* que conecta ambas as proposições. Segundo Feldman (2002), a cadeia inferencial consiste numa sequência estruturada de crenças, cada uma das quais é justificada por seus predecessores. Na inferência, podemos proceder de maneira mais ou menos satisfatória. Se por um lado podemos adquirir mais conhecimento a partir de boas inferências (com argumentos cogentes apoiados em boas evidências); por outro, podemos falhar quando esquecemos certas razões, ou quando tomamos evidências enganadoras como base para extrair uma crença.

Como veremos mais adiante, uma discussão controversa com relação à *cadeia inferencial* é sobre o seu ponto de partida. Autores fundacionistas imaginam que toda cadeia inferencial que conduz ao conhecimento tem, na sua raiz, razões com *justificação básica* e que, portanto, seriam (de alguma forma a ser explicada) *não inferencialmente justificadas*. Em outras palavras, ser uma crença básica não exige que ela seja justificada por outra razão, mas sim por outra base justificatória – alguma forma de experiência ou relação direta com a proposição. Alguns intitulam essas razões de *crenças básicas*; outros a intitulam *justificação básica*, visto que a justificação é o componente básico da cadeia inferencial.

### 1.5.3 Conhecimento inferencial

---

<sup>20</sup> Outros termos sinônimos também podem ser utilizados; tais como: *cadeia de justificação*, *cadeia de raciocínio* e *cadeia de razões*.

Supostamente, o sujeito pode adquirir *conhecimento inferencial* (contra o cético) por meio de crenças justificadas inferencialmente. O *conhecimento inferencial* de S de que *q* depende de três *condições necessárias*: que i) haja pelo menos uma razão (uma proposição *p*) suficientemente boa para a crença de que *q*; ii) s creia em *q* com base em *p*; e iii) que seja verdadeiro que *q*. Essas são condições necessárias, mas não suficientes - é possível S satisfazer essas condições, mas formar sua crença em *q* por acidente. Em suma, o *conhecimento inferencial* (caso isso seja possível), será o conhecimento sobre uma proposição constituída (ao menos em parte) mediante o conhecimento de outra proposição qualquer (cf. FUMERTON, 2006). Na epistemologia contemporânea é frequentemente suposto que podemos saber através de outras fontes evidenciais além da inferência e, nesse caso, poderíamos ter algo como *justificação não inferencial*, através da qual outras proposições podem ser inferidas. Veremos como formulações da resposta fundacionista ao regresso manterão essa posição.

#### 1.5.4 Justificação doxástica e justificação proposicional

Suponhamos que Olívia formou a crença em *p*: “há um animal no quarto”. Naquele mesmo dia, ela escutou atentamente o testemunho do zelador que afirmou ter visto uma proliferação de aranhas entrando na sua janela e ela acreditou nisso. Porém, Olívia não formou a crença em *p* inferindo *p* da crença nas informações do zelador; considere que ela continua a crer em *p* com base num medo irracional do escuro. Nesse caso, é plausível afirmar que Olívia segue sem ter justificação para a *crença* de que *p*, embora ela possua justificação para a *proposição p* a partir das informações do zelador. Logo, afirmar que um sujeito possui *justificação para crer* difere em afirmar que o sujeito possui *crença justificada*; ou, em outras palavras, que ele *crê justificadamente numa proposição*. Dada esta possibilidade, autores distinguem *justificação proposicional* de *justificação doxástica*, pois, como afirma Audi, “nem tudo em que somos justificados crer é algo em que cremos”<sup>21</sup> (AUDI 2010, p. 3). A ideia da justificação sugere que o sujeito pode formar ou não a crença com base em suas evidências - sejam elas razões ou outra categoria de justificadores. Neste capítulo, proporemos uma definição neutra desses conceitos, pois cada teoria de epistemologia especificará quais são os justificadores em questão e quais prerrogativas o sujeito necessitará para estar justificado *doxasticamente* ou *proposicionalmente*.

---

<sup>21</sup> No original: “[...] *not everything we are justified in believing is something we do believe.*”

*Justificação proposicional* é quando o sujeito tem disponível a base epistemicamente adequada para formar sua crença. No exemplo acima, Olívia tem as informações adequadas para formar a crença em  $p$ ; nesse sentido, conforme Audi (*ibid.*), Olívia tem justificação para a proposição  $p$ , visto que essa posição epistêmica está baseada na situação informativa em que ela se encontra.

*Justificação doxástica* é quando o sujeito satisfaz a condição requerida pela *justificação proposicional* e forma a crença. O termo "justificação", na sua aplicação à crença, é um termo de avaliação epistêmica: "ele é usado para dizer algo sobre a razoabilidade desta crença" (CHISHOLM 1989, p. 8)<sup>22</sup>; ou seja, há algo na proposição  $q$  em virtude do qual é natural e apropriado para  $S$  (como sendo uma pessoa racional) crer nisso. Assim, é comum afirmar que justificação doxástica é uma propriedade da crença enquanto a justificação proposicional é propriedade da proposição para um determinado agente.

Que a *justificação proposicional* é condição necessária à *justificação doxástica*, isto atrai a ideia de que é possível definir uma em relação a outra. Quando a justificação é tomada como uma propriedade da proposição, o erro será indicar que a *justificação proposicional* pode ocorrer na ausência de um sujeito. As proposições são, grosso modo, os sentidos das frases assertivas; eles não dependem de estados de pensamento para sua existência; a justificação, por outro lado, sim. Portanto, é possível manter a noção de *justificação proposicional* desde que se tenha em vista a dependência da justificação à atitude doxástica do sujeito.

Com a noção neutra de justificação epistêmica (doxástica e proposicional)<sup>23</sup>, de justificação inferencial e cadeia inferencial; veremos como estes conceitos se articulam na disputa apresentada pelo ceticismo pirrônico.

## 1.6 CETICISMO PIRRÔNICO

Há diferentes maneiras de representar o ceticismo pirrônico na literatura em filosofia. Embora não seja o objetivo realizar uma análise histórica a respeito do ceticismo, é importante destacar algumas passagens na origem do problema do regresso.<sup>24</sup> A primeira delas encontra-

---

<sup>22</sup> No original: "The term "justify", in its application to a belief, is a term of epistemic appraisal: it is used to say something the reasonableness of that belief."

<sup>23</sup> Por exemplo, podemos definir justificação proposicional no fundacionismo diferentemente do coerentismo e do infinitismo. As teorias diferem na resposta sobre o que constitui uma *base epistemicamente adequada*.

<sup>24</sup> Mais informações sobre o ceticismo na história da filosofia, ver Machuca (2018) e Barnes (1990).

se em Aristóteles, no livro *Segundos Analíticos* (ou *Analíticos Posteriores*). Este filósofo apresenta o problema do regresso exibindo diferentes posições epistemológicas distintas:

Alguns sustentam que, devido à necessidade de conhecer as premissas primárias, não há conhecimento científico. Outros pensam que existe, mas que todas as verdades são demonstráveis. Nenhuma das doutrinas é verdadeira ou uma dedução necessária das premissas. A primeira escola, supondo não haver outro modo de conhecer a não ser por demonstração, sustenta que se trata de uma regressão infinita, com o fundamento de que, se atrás do anterior não há um primário, nós não poderíamos conhecer o posterior pelo anterior (em que eles estão certo, pois não se pode percorrer uma série infinita): se, por outro lado - dizem - a série termina, havendo premissas primárias, estas são incognoscíveis porque incapazes de demonstração, o que, segundo eles, é a única forma de conhecimento. E como assim não se pode conhecer as premissas primárias, o conhecimento das conclusões que delas decorrem não é um conhecimento científico puro nem um conhecimento propriamente dito, mas repousa na mera suposição de que as premissas são verdadeiras. A outra parte concorda com eles quanto ao conhecimento, sustentando que só é possível pela demonstração, mas não vê dificuldade em sustentar que todas as verdades são demonstradas, pois a demonstração pode ser circular e recíproca. [...] <sup>25</sup> (ARISTÓTELES, livro 1, parte 3)

O primeiro grupo de filósofos que representa uma posição sobre o problema do regresso são os céticos; eles sustentam que, devido à necessidade de conhecer as premissas primárias, não há conhecimento. O segundo grupo são aqueles que defendem haver conhecimento e que todas as verdades são demonstráveis. Conforme Aristóteles, a dificuldade imposta a este segundo grupo é a de que, se, por hipótese, todo o conhecimento necessita de demonstração - entenda-se, de boas razões para dar suporte à crença - então não poderá haver conhecimento exceto conhecendo as premissas. Segue-se disso que: se todas as verdades são demonstráveis, então as verdades das premissas também dependerão de razões e, assim, sucessivamente.<sup>26</sup> Sendo a série de razões infinita, e dado o fato de ser impossível para seres humanos percorrerem uma série infinita, logo esse grupo está enganado quanto à hipótese de haver conhecimento. O terceiro grupo são aqueles que defendem haver conhecimento, pois a série termina. Mas se a premissa primária não é demonstrada, então não é cognoscível. Se, por hipótese, o

---

<sup>25</sup> Na tradução em língua inglesa: “Some hold that, owing to the necessity of knowing the primary premisses, there is no scientific knowledge. Others think there is, but that all truths are demonstrable. Neither doctrine is either true or a necessary deduction from the premisses. The first school, assuming that there is no way of knowing other than by demonstration, maintain that an infinite regress is involved, on the ground that if behind the prior stands no primary, we could not know the posterior through the prior (wherein they are right, for one cannot traverse an infinite series): if on the other hand they say the series terminates and there are primary premisses, yet these are unknowable because incapable of demonstration, which according to them is the only form of knowledge. And since thus one cannot know the primary premisses, knowledge of the conclusions which follow from them is not pure scientific knowledge nor properly knowing at all, but rests on the mere supposition that the premisses are true. The other party agree with them as regards knowing, holding that it is only possible by demonstration, but they see no difficulty in holding that all truths are demonstrated, on the ground that demonstration may be circular and reciprocal [...]”

<sup>26</sup>Essa perspectiva será contrastada com a dos fundacionistas contemporâneos no Capítulo 5.

conhecimento deriva de premissas (razões) conhecidas, então esse grupo precisaria explicar como a premissa primária (ou razão fundamental) produz conhecimento.<sup>27</sup> O quarto grupo sustenta que todo o conhecimento é demonstrado, mas que não necessita que o sujeito percorra uma série infinita, “pois a demonstração pode ser circular e recíproca” (*ibid.*). Em resumo, cada grupo de filósofos exposto por Aristóteles assinala uma moldura específica à cadeia inferencial: 1. cadeia que termina em uma razão arbitrária; 2. cadeia infinita; 3. cadeia que termina em uma razão justificada cuja justificacão independe de outras razões; 4. cadeia circular.

A segunda passagem que representa as características gerais do ceticismo pirrônico encontra-se no texto de Sexto Empírico em *Outlines of Pyrrhonism*.<sup>28</sup> Nessa obra, são apresentados os *dez modos* do ceticismo. Os modos funcionam como ferramentas do cético para atacar o dogmático, aquele que sustenta possuir conhecimento substantivo sobre uma proposição qualquer. São dez modos no total; destes, cinco são de importância para a epistemologia contemporânea, são os chamados *modos de Agripa* e fazem parte da construção do Argumento do Regresso impulsionado pelo Trilema de Agripa. Sexto Empírico expõe os modos nessa passagem:

Os céticos posteriores apresentam cinco modos que levam à suspensão [de juízo], a saber: o primeiro é baseado na discrepância; o segundo, no regresso *ad infinitum*; o terceiro, na relatividade; o quarto, na hipótese; o quinto, no raciocínio circular. O que se baseia na discrepância leva-nos a constatar que, em relação ao objeto apresentado, surgiu tanto entre as pessoas comuns como entre os filósofos um conflito interminável devido ao qual não podemos escolher uma coisa ou rejeitá-la, e assim caímos na suspensão. O modo baseado no regresso *ad infinitum* é aquele pelo qual afirmamos que a coisa aduzida como prova do assunto proposto precisa de uma prova adicional, e esta novamente outra, e assim por diante *ad infinitum*, de modo que a consequência é a suspensão [de juízo], visto que não possuímos nenhum ponto de partida para o nosso argumento. O Modo baseado na relatividade [...] é aquele pelo qual o objeto tem tal ou tal aparência em relação ao sujeito que julga e às percepções concomitantes, mas quanto à sua natureza real, suspendemos o julgamento. Temos o Modo baseado em hipótese quando os dogmáticos, forçados a retroceder *ad infinitum*, tomam como ponto de partida algo que eles não estabelecem, mas afirmam assumir como concedido simplesmente e sem demonstração. O modo de raciocínio circular é a forma usada quando a própria prova que deve estabelecer o assunto de investigação requer confirmação derivada do assunto; neste caso, não podendo assumir um para estabelecer o outro, suspendemos o juízo sobre ambos<sup>29</sup> (1985, p. 166-169, adendo e tradução nossos).

<sup>27</sup> Uma suposição tradicional sobre conhecimento inferencial é a de que só se pode obter conhecimento a partir de conhecimento. Este ponto de vista é desafiado por contra-exemplos que demonstram que o conhecimento pode ser adquirido a partir de ignorância. Mais detalhes, ver ALVES (2021).

<sup>28</sup> A seleção é extraída do Volume *Selections from the Major Writings on Skepticism, Man and God*, traduzido por Sanford G. Etheridge (1985).

<sup>29</sup> No original em língua inglesa: “*The later Sceptics hand down Five Modes leading to suspension, namely these: the first based on discrepancy, the second on the regress ad infinitum, the third on relativity, the fourth on hypothesis, the fifth on circular reasoning. That based on discrepancy leads us to find that with regard to the object presented there has arisen both amongst ordinary people and amongst the philosophers an interminable conflict because of which we are unable either to choose a*

O epistemólogo Peter Klein (cf. KLEIN; TURRI, 2014) identifica o “*locus classicus*” do problema cético pirrônico nesta passagem, embora nenhum argumento seja oferecido, apenas a descrição dos modos pirrônicos importantes para a disputa do Trilema de Agripa. Três modos serão cruciais no debate contemporâneo: *modo da hipótese* (da asserção não justificada), *modo do regresso* e *modo da circularidade*. Esses três modos servirão para defender a tese cética de que “a suspensão de juízo é a única atitude doxástica racional”. É possível criar uma formulação do argumento do regresso com base na definição dos modos.

## 1.7 TRILEMA DE AGRIPA

O desafio cético pirrônico que dará origem ao argumento do regresso é criado no contexto de uma discussão dialógica entre dois personagens: o cético e o dogmático. Isso não descarta a possibilidade de que um sujeito simplesmente assuma os papéis desses dois personagens, ou seja, que o próprio sujeito, em vista de obter conhecimento, aceite o desafio de buscar razões para suas crenças. Utilizaremos dois textos para ilustrar e complementar a exposição do desafio cético. O primeiro é a introdução do livro “*Ad Infinitum*” (2014), de Peter Klein e John Turri; o segundo é um artigo de Klein intitulado “*Human knowledge and the infinite progress of reasoning*” (2007a).

### 1.7.1 Desafio cético pirrônico

Para um sujeito S, e quaisquer proposições  $p$ , e  $R_i$ :

Suponha que S assera sua crença de que  $p$ . Um interlocutor qualquer – ou o próprio S – pode questionar sobre o estado de aceitação de  $p$ : “Por que você crê que  $p$  é verdadeiro?” Assim, S pode:

---

*thing or reject it, and so fall back on suspension. The Mode based upon regress ad infinitum is that whereby we assert that the thing adduced as a proof of the matter proposed needs a further proof, and this again another, and so on ad infinitum, so that the consequence is suspension [of assent], as we possess no starting-point for our argument. The Mode based upon relativity ... is that whereby the object has such or such an appearance in relation to the subject judging and to the concomitant percepts, but as to its real nature we suspend judgment. We have the Mode based upon hypothesis when the Dogmatists, being forced to recede ad infinitum, take as their starting-point something which they do not establish but claim to assume as granted simply and without demonstration. The Mode of circular reasoning is the form used when the proof itself which ought to establish the matter of inquiry requires confirmation derived from the matter; in this case, being unable to assume either in order to establish the other, we suspend judgment about both”.*

- (i) declinar em oferecer razões, ou
- (ii) fornecer uma razão R1 como justificção para p.

Se (i) S declinar em oferecer razões, então o cético ficará satisfeito e apresentará o *Modo da Hipótese* para induzir a suspensão de juízo. Esse modo diz que, quando o sujeito não oferece razões em favor da sua crença, ele não estará justificado a crer nela.

Se (ii) S apresenta outra proposição R1 em apoio a p, então:

- (a) ou R1 é idêntico à p;
- (b) ou R1 é uma proposição diferente de p.

No caso de (a), se S apresentar uma R1 e esta proposição for idêntica à p, então o cético apresentará o *Modo da Circularidade* que afirma que nenhuma proposição pode justificar a si mesma. Pense num caso em que você asseire p e alguém lhe questiona: “Mas, por que p?”, e você responde, simplesmente, “Ora, porque p!”.

Na situação (b), o cético poderá desafiar novamente S para justificar R1 questionando: “Por que você crê que R1 é verdadeira?” Assim:

(iii) ou S declina de oferecer justificção para R1 e, novamente, será induzido pelo *Modo da Hipótese* a suspender o juízo com relação a R1 e p;

(iv) ou S apresenta outra proposição R2 em apoio a R1.

No caso (iv), há três possibilidades:

1. R2 é idêntico a R1.

Nesse caso, o cético apresentará o *Modo da Circularidade*<sup>30</sup>.

2. R2 é idêntico a p.

Nesse caso, o cético novamente apresentará o *Modo da Circularidade*, pois nenhuma justificção pode retornar a uma proposição suspensa - dependente de justificção.

3. R2 é uma proposição diferente de p e de R1.

O último caso estabelece um padrão; o cético pode então desafiar o sujeito a apresentar novas razões e, assim, continuamente, desde que a proposição apresentada difira das anteriores. Finalmente, o cético usa o *Modo do Regresso* para induzir a suspensão do juízo, porque é

---

<sup>30</sup> Não é condição necessária para o *Modo da Circularidade* que R2 seja idêntico a R1; basta que R2 dependa de R1 na relação “é justificado por”.

impossível para o dogmático fornecer razões *ad infinitum* sempre que for persuadido a se justificar.

Três suposições são fundamentais aqui: a primeira é a de que a *cadeia de justificação* é assimétrica. A relação "é justificado por", como a relação "ser pai de", não admitirá que a ordem das proposições seja invertida na cadeia de justificação; ou seja, a ordem deverá ser linear. Como resultado, o "ancestral evidencial" na cadeia será a crença que confere justificação. A segunda suposição é que a crença justificada é sempre dependente de outras crenças. E, por último, se a crença não for justificada por outra crença, então ela é *arbitrária*. O ataque às três atitudes do dogmático pode ser representado da seguinte forma:

H) S pode apresentar uma razão  $R_i$  qualquer para a qual nenhuma outra razão posterior é requerida. Ferramenta cética: *modo da hipótese*;

C) S pode reafirmar uma das razões fornecidas anteriormente. Ferramenta cética: *modo da circularidade*;

R) S pode continuar a fornecer razões indefinidamente. Ferramenta cética: *modo do regresso*.

O Trilema de Agripa refere-se ao espaço lógico atacado pelo cético. O argumento do regresso pode ser derivado desse trilema:

### 1.7.2 Argumento cético do regresso

Premissa 1: Ou H, ou C, ou R. (as três opções do Trilema)

Premissa 2: não-H.

Premissa 3: não-C.

Premissa 4: não-R.

Conclusão: A suspensão de juízo é a única atitude racional com respeito a qualquer proposição.

É razoável supor que, se tenho conhecimento, então posso fornecer razões.<sup>31</sup> Conforme o pirronismo, se o conhecimento inclui a justificação, não posso preencher as condições necessárias para o conhecimento porque a estrutura das razões não nos permite crer com justificação. Como resultado, devemos evitar aceitar proposições como verdadeiras pelo risco

---

<sup>31</sup> Um dos embates contra uma forma de infinitismo questiona se a disposição do sujeito de oferecer razões depende exclusivamente da disponibilidade das crenças ou se haveria uma disposição suplementar. Veremos esse ponto mais adiante.

de cair na ignorância. Segundo Chisholm (1989), o pirronismo refere-se à doutrina que estabelece que “tentar evitar uma crença injustificada é mais razoável do que tentar ter uma crença justificada” (*ibid.*, p. 9).

Ao contrário do ceticismo global de inspiração cartesiana, o ceticismo pirrônico envolve uma questão prática em vez de um paradoxo: se o suposto conhecimento é sustentado por uma cadeia inferencial infinita, circular ou abruptamente interrompida; então a possibilidade de conhecimento estará ameaçada. Além disso, o argumento não está comprometido com uma noção de justificação à prova de uma hipótese cética como a do cérebro numa cuba. Em outras palavras, o argumento não desafia a possibilidade de uma justificação infalível, onde o sujeito deverá saber algo sem sombra de dúvida - mas está comprometido com a possibilidade de que alguém tenha a mínima razão para aceitar uma crença em vez de outra. O flanco é mais fraco se pensarmos que o cético unicamente solicita que se delimite a condição de suficiência para que razões justifiquem uma crença; ele não solicita uma razão irrefutável.

## 1.8 RELEVÂNCIA

Na epistemologia contemporânea, a preocupação sobre a resposta ao problema do regresso permanece. Laurence Bonjour, na obra *The Structure of Empirical Knowledge* (1985), assinala:

No que diz respeito à filosofia, o problema a ser considerado é extremamente venerável, tendo sido formulado pela primeira vez por Aristóteles. Eu o rotulei de "problema", mas, na verdade, ele tem sido geralmente apresentado como um argumento que pretende mostrar que o conhecimento empírico requer um fundamento [...] <sup>32</sup> (BONJOUR, 1985, p. 18)

Após citar uma passagem de Anthony Quinton em que este autor defende a posição fundacionista, Bonjour complementa: “O problema implícito nesta passagem é talvez o mais crucial em toda a teoria do conhecimento. A posição que um filósofo assume aqui moldará decisivamente toda a estrutura de seu relato epistemológico” (*ibid.*)

---

<sup>32</sup> No original: “As philosophical matters go, the problem to be considered is extremely venerable, having been first formulated by Aristotle. I have labeled it a “problem,” but in fact it has usually been stated as an argument purporting to show that empirical knowledge requires a foundation, in roughly the sense explicated above, if skepticism is to be avoided”.

A ideia de Bonjour é a de que qualquer resposta ao problema do regresso implica uma teoria específica em epistemologia. A resposta fundacionista, por exemplo, dependerá de como o epistemólogo entende o argumento do regresso e como a estrutura da cadeia se fundamentará sob um ponto de partida não inferencial. Robert Audi exprime semelhante preocupação com o desafio cético na sua argumentação em favor do fundacionismo:

Apesar da frequência com que os filósofos se referem ao problema do regresso epistêmico e ao argumento do regresso associado, ambos foram comumente formulados sem clareza suficiente. É especialmente importante formular o argumento do regresso com clareza porque, tanto histórica quanto filosoficamente, é uma base importante para o fundacionismo e - como muitos não perceberam - esta posição epistemológica geral, em oposição à formulação particular de algum filósofo, não deveria ser considerada mais forte do que um argumento plausível de regressão <sup>33</sup> (AUDI, 1993, p. 10).

O autor salienta que as posições epistemológicas em resposta ao trilema reúnem diferentes características específicas, mas que, todavia, podem ser agrupadas em posições gerais, tais como Aristóteles exemplifica nas passagens do *Segundos Analíticos*. As posições configuram o espaço lógico das alternativas de resposta ao argumento.

### 1.8.1 Espaço lógico das alternativas

Há basicamente quatro respostas ao argumento de Agripa. A primeira delas consiste em assumir a própria conclusão do argumento como premissa e, dessa maneira, refutar o argumento cético por inteiro. Suponha que o sujeito S aceita a tese do cético, formando a crença na proposição  $p$ : “a suspensão de juízo é a única atitude racional com respeito a qualquer proposição”. Segundo o ceticismo pirrônico, ele não terá justificção para isso. Se ele não tem razões para crer que  $p$ , S deve suspender o juízo sobre  $p$ . Ora, mas  $p$  é a própria tese cética! E se a tese não pode ser objeto de crença de S, como considerá-la como atitude racional com respeito a qualquer proposição? Autores como Zagzebski (2009), Comesaña e Klein (2019) defendem que o cético não argumenta a favor da tese da suspensão de juízo, mas sim que a suspensão de juízo se segue da consideração e aceitação dos modos de Agripa. O método do

---

<sup>33</sup> No original em inglês: “Despite the frequency with which philosophers refer to the epistemic regress problem and the associated regress argument, both have been commonly formulated without sufficient clarity. It is especially important to formulate the regress argument clearly because, both historically and philosophically, it is a major ground for foundationalism, and- as many have not realized- that general epistemological position, as opposed to some particular philosopher’s formulation of it, should not be taken to be stronger than a plausible regress argument warrants”.

cético concerne em utilizar-se da posição do dogmático (suas intuições epistêmicas de fundo) como estratégia para conduzi-lo à suspensão de juízo.

A negação das premissas 2, 3 e 4 leva às outras três possíveis respostas (anticéticas) ao argumento cético que chamamos de Trilema de Agripa. Um trilema descreverá uma situação qualquer em que existem apenas três resultados desejáveis para uma disputa e, ao selecionar um deles, sacrificamos os outros. O primeiro, ao negar o não-H, resulta na possibilidade de haver uma crença justificada baseada em uma cadeia finita de razões, ocasionando um ponto de partida não arbitrário. Com isso, a negação do *modo hipótese* é o que intitulamos de *fundacionismo* na filosofia contemporânea ao defender que a parada na cadeia não culmina em arbitrariedade; assim, as crenças obtidas via inferência, para serem justificadas, dependerão de crenças *não inferencialmente justificadas*; essa classe de justificação evitaria, assim, a continuidade do regresso. Tal posição reúne a maioria dos epistemólogos. A segunda opção, negar não-C, sugere que a circularidade na cadeia inferencial pode ser virtuosa - ou seja, o problema da justificação não está na circularidade da cadeia inferencial, no arranjo geográfico das razões, mas de como compreendemos a relação de justificação no conjunto das crenças. Aqueles que sublinham esta posição são os chamados coerentistas. A terceira opção, negar não-R, sugere que a cadeia inferencial pode estender-se infinitamente e, assim, garantindo a suficiência para a justificação. Os defensores dessa alternativa são os intitulados infinitistas. A teoria que responde à última opção será apresentada no capítulo dois. De acordo com essa posição, podemos obter crença justificada no nível do conhecimento seguindo uma cadeia inferencial infinita. A resolução infinitista à formulação do argumento do regresso é o flanco de ataque anticético com menos protagonismo na história da teoria do conhecimento. No entanto, alguns autores contemporâneos importantes trouxeram inovações argumentativas a esse problema cético global, retomando pontos centrais no debate. Qual é a resposta do infinitismo aos ataques fundacionistas e céticos? Como é possível que seres finitos tenham uma cadeia infinita de crenças? Veremos os principais argumentos infinitistas e como eles podem ajudar a compreender a disputa cética atual.

## 2 O INFINITISMO COMO RESPOSTA AO PROBLEMA DO REGRESSO

Neste capítulo, será abordado como Peter D. Klein delimita a resposta anticética ao problema do regresso. Sua proposta tem em vista incluir o infinitismo como um modelo adequado para a estrutura da justificação epistêmica.<sup>34</sup> Três argumentos principais para o infinitismo serão desenvolvidos aqui, visando especificar como essa teoria sobre a estrutura da justificação fornece respostas ao ceticismo. Com isso, observaremos como o infinitismo se torna uma opção viável e por que a resposta anticética é baseada em duas concepções aparentemente plausíveis de justificação epistêmica.

### 2.1 INFINITISMO

Conforme observado no capítulo anterior, a síntese do argumento do regresso sugere que apresentar razões é a maneira padrão para sustentar proposições em que acreditamos. Mas, daí, precisamos apresentar as razões para essas razões? Se a resposta for “sim”, quando é que o regresso acaba? O padrão conduz a uma expectativa infinita de justificativas para crenças. Pensando nesse problema, os epistemólogos dividem-se em três posições: coerentismo, fundacionismo e infinitismo. Vimos que o ceticismo pirrônico é um desafio para a definição da estrutura da justificação epistêmica.

#### 2.1.1 Justificação vem em graus

A primeira concepção do infinitismo sobre *justificação epistêmica* supõe que a *justificação vem em graus* (cf. KLEIN, 2014; FANTL, 2003). Parece plausível afirmar que podemos estar por vezes mais ou menos justificados a crer numa proposição; assim como é igualmente razoável pensar que um sujeito qualquer, S, está mais justificado a crer que  $p$  do que outro sujeito, J, pois a justificação de S para  $p$  (num tempo determinado,  $t$ ) encontra-se num grau mais elevado.

---

<sup>34</sup> Isto, pois o infinitismo, assim como o fundacionismo e coerentismo, pode ser entendido como uma resposta cética. Para mais detalhes, ver Aikin (2008).

Diferentes epistemólogos sublinham a mesma tese; porém, cada autor interpreta a noção de grau de justificação diferentemente, com consequências para as formulações dos exemplos onde ocorrem tanto a justificação como o aumento (e diminuição) de graus. Feldman, por exemplo, afirma que “Justificação é algo que vem em graus – você pode ter mais ou menos”.<sup>35</sup> (FELDMAN, 2002, p.21) Semelhantemente, Chisholm afirma que:

Nosso propósito ao levantar tais questões é corrigir e melhorar nossa própria situação epistêmica. É também o de adquirir conhecimento? Seria mais seguro dizer o seguinte: queremos fazer o melhor para melhorar nosso conjunto de crenças - substituir aquelas injustificadas por outras justificadas e substituir aquelas que têm um grau menor de justificação com outras que têm grau maior.<sup>36</sup> (CHISHOLM, 1989, p.1)

Parte dos fundacionistas do tipo *externistas*, também são simpáticos à suposição de que justificação vem em graus. Goldman, por exemplo, ao argumentar em favor do confiabilismo, afirma que o grau de justificação é adquirido em função da confiabilidade do seu processo de formação de crenças (cf. GOLDMAN, 1979).

Para Klein, uma teoria adequada sobre a estrutura da justificação (ou, na sua terminologia, *warrant*) deve compatibilizar a solução do problema do regresso com a noção de *aumento (ou incremento) de justificação*.<sup>37</sup> Conforme ele afirma: “[o] problema da regressão diz respeito à capacidade de raciocínio para aumentar a credibilidade racional de uma proposição questionada”<sup>38</sup> (KLEIN 2013, p. 275). Para ele, o coerentismo e o fundacionismo não oferecem teorias adequadas com respeito à estrutura da justificação para responder ao regresso porque ambas as teorias não contemplam a possibilidade de aumento de justificação *no percurso da cadeia inferencial*:

Minha alegação será que nem o fundacionismo, nem o coerentismo fornecem tal explicação de justificação [warrant]. Não argumentarei que ambas as explicações sobre aval esteja incorreta. Estarei argumentando que nenhuma explicação de aval pode fornecer uma solução para o problema do regresso porque nenhuma explicação pode ser empregada por um praticante autoconsciente para aumentar a credibilidade racional de uma proposição questionada e, portanto, uma razão primária para adotar

---

<sup>35</sup> No original: “Justification is something that comes in degrees—you can have more or less of it.”

<sup>36</sup> No original: “Our purpose in raising such questions is to correct and improve our own epistemic situation. Is it also that of attaining knowledge? It would be safer to say this: we want to do our best to improve our set of beliefs—to replace those that are unjustified by others that are justified and to replace those that have a lesser degree of justification with others that have a greater degree of justification.”

<sup>37</sup> Foi optado traduzir *enhancement* tanto como “aumento” como “incremento”. A ideia é que aumentar o nível de justificação o fortalece ou melhora a crença.

<sup>38</sup> No original: “The regress problem concerns the ability of reasoning to increase the rational credibility of a questioned proposition”.

o fundacionismo ou o coerentismo foi eliminada<sup>39</sup><sup>40</sup> (KLEIN 2013, p. 276, acréscimo nosso).

Uma vez aceito que coerentismo, fundacionismo e infinitismo excluem o espaço lógico das alternativas, se segue o infinitismo como sendo a teoria adequada. Observemos o argumento proposto por Klein (cf. 2013; 2014):

### 2.1.2 Argumento do regresso para o Infinitismo

Premissa 1: Existe crença justificada em grau suficiente para se obter conhecimento (contra o cético).

Premissa 2: A solução do regresso depende da habilidade de raciocínio capaz de aumentar o grau da justificação epistêmica de uma crença desafiada.

Premissa 3: Fundacionismo e Coerentismo não oferecem uma teoria sobre a estrutura de justificação que permite aumentar a justificação de uma crença desafiada.

Premissa 4: Infinitismo oferece uma teoria sobre a estrutura da justificação que permite aumentar a justificação de uma crença desafiada.

Premissa 5: Coerentismo, fundacionismo e infinitismo são as únicas possibilidades anticéticas para solucionar o regresso (Trilema de Agripa).

Conclusão: o infinitismo soluciona o regresso, pois oferece uma teoria sobre a estrutura da justificação que permite aumentar a justificação de uma crença desafiada.

O argumento é válido. Para a premissa 1, supomos que as condições para o conhecimento podem ser preenchidas. Consideraremos a premissa 3, provisoriamente - no Argumento do Aumento veremos como é justificada essa proposição. Segundo Klein (2014), haveria duas condições necessárias (embora não suficientes) para a viabilidade do Infinitismo. Primeira condição: nenhuma razão qualquer R na cadeia inferencial pode ser a própria

---

<sup>39</sup> No original: “*My claim will be that neither foundationalism nor coherentism provides such an account of warrant. I will not be arguing that either account of warrant is incorrect. I will be arguing that neither account of warrant can provide a solution to the regress problem because neither account can be employed by a self-conscious practitioner to increase the rational credibility of a questioned proposition and, thus, a primary reason for adopting either foundationalism or coherentism has been eliminated*”.

<sup>40</sup> No intuito de simplificar a leitura, aval epistêmico (*warrant*) deve ser entendido como justificação epistêmica. Há dois motivos para esta conversão terminológica: 1) os epistemólogos que debatem os argumentos expostos por Klein utilizam o termo justificação; e 2) Não é empreendida uma distinção entre os dois conceitos nos artigos em que Klein aborda o problema do regresso.

proposição questionada, ou que reapareça na cadeia de razões. Assim, a circularidade é excluída e a adoção dessa condição resulta no seguinte princípio:

#### 2.1.2.1 Princípio de Prevenção à Circularidade (PAC)<sup>41</sup>

Para qualquer sujeito  $S$  e proposição  $p$ : Se  $p$  é justificado para  $S$  (em  $t$ ), então, se  $R1$  é uma razão sucessora de  $p$  para  $S$  (em  $t$ ), então  $p$  não é uma razão sucessora de  $R1$  para  $S$  (em  $t$ ).

Esse princípio parte do reconhecimento de que não é possível resolver o regresso endossando qualquer forma de circularidade. Seguindo o exemplo do capítulo anterior, quando Olívia crê haver um animal no quarto, essa crença não pode justificar a si própria, nem pode integrar o conjunto das razões que lhe justificam. O princípio está ancorado na aceitação do *Modo da Circularidade* apresentado pelo Sexto Empírico e descrito no capítulo anterior (cf. SEXTUS, 1985, p. 166-169). A segunda condição é a de que nenhuma razão é suficientemente justificada na ausência de mais razões e, portanto, não há uma razão fundacional; uma crença cuja justificação seja básica (cf. KLEIN; TURRI, 2014). A adoção dessa condição resulta no segundo princípio:

#### 2.1.2.2 Princípio de Prevenção à Arbitrariedade (PAA)

Para qualquer sujeito  $S$  e uma proposição qualquer  $p$ : se  $p$  é justificado para  $S$  (em  $t$ ), então existe alguma razão,  $R1$ , disponível para  $S$  (em  $t$ ); e há alguma razão,  $R2$ , disponível a  $S$  (em  $t$ ) para  $R1$  (em  $t$ ), etc., e não há uma razão última  $Ri$  na cadeia.

Esta segunda condição estabelece que nenhuma razão está dispensada de razões posteriores. Dado que PAC e PAA são requisitos que estruturam a cadeia de justificação, como resultado, portanto, a cadeia de razões será infinita e não circular.

Segue o argumento para PAA e PAC.

## 2.2 ARGUMENTO DO INFINITISMO PARA PAA E PAC

---

<sup>41</sup> Utilizarei a abreviação original PAC (*Principle of Avoiding Circularity*), cf. Klein (2013, p. 279).

Premissa 1: Se S tem justificação (em t) para p, então S tem uma cadeia não circular de razões em suporte de p. (conforme PAC).

Premissa 2: Se S tem justificação (em t) para p, então S tem uma cadeia infinita de razões em suporte de p. (conforme PAA).

Premissa 3: S tem justificação (em t) para p.

Premissa 4: S tem uma cadeia não circular de razões em suporte de p. (conforme PAC); (*modus ponens* 1,3).

Premissa 5: S tem uma cadeia infinita de razões em suporte de p. (conforme PAA); (*modus ponens* 2,3).

Conclusão: S tem uma cadeia infinita e não circular de razões em suporte a p. (introdução da conjunção 4, 5).

Infinitistas defendem que uma cadeia infinita e não repetida possibilita a justificção.<sup>42</sup> Nota-se que o infinitismo não é uma premissa do argumento e, sim, a conclusão, e a conclusão se segue validamente das premissas.<sup>43</sup>

A premissa 1 é, aparentemente, a menos disputável. Não será considerado exaustivamente aqui a forma de coerentismo que aceita a circularidade, pelo fato de não haver relevância histórica dessa posição na epistemologia. Argumentos circulares são falaciosos e, portanto, são *maus argumentos*, pois não garantem a verdade da conclusão a partir das premissas. Se assumimos que as formas lógicas de argumentos fornecem princípios e métodos de inferência válidos, então inferências circulares são *más inferências*, dado que não fornecem justificção adequada o suficiente para se obter conhecimento<sup>44</sup>.

Alguns teóricos supõem que as teorias coerentistas sobre justificção epistêmica não necessitam aceitar a circularidade, sobretudo se essas teorias alegarem que a coerência não está estruturada numa relação de transmissão de justificção. Teorias coerentistas mais comuns defendem que a justificção emerge a partir de seu pertencimento a um conjunto coerente de crenças - e, portanto, não deriva de uma cadeia circular. A esses coerentistas, Klein e Turri chamam “coerentistas holísticos” (cf. KLEIN; TURRI, 2014).

---

<sup>42</sup> De fato, Klein em diversos artigos concede que podemos ter um conhecimento não inferencial, mas que este, todavia, não é o conceito de conhecimento reflexivo e inferencial ao qual Platão se refere no Mênon. Posteriormente, veremos estas passagens e sua vinculação com o problema do regresso.

<sup>43</sup> Turri (2009) corrobora a mesma perspectiva de análise, embora sem a formalização do argumento.

<sup>44</sup> Alguns autores discordam de que a forma lógica de argumentos traz algum benefício normativo para raciocínios. Ver, por exemplo, Harman (1986).

Para os autores, a premissa 2 é a mais “controversa” pelo fato de que colide com o fundacionismo e a maioria dos epistemólogos são fundacionistas. Klein e Turri (2014) destacam como a condição que viabiliza PAA serve de contraponto ao fundacionismo:

Muitos fundacionistas afirmam que existem crenças, as chamadas “crenças básicas” ou “crenças fundamentais”, que não requerem razões adicionais para funcionar efetivamente como razões para crenças “não básicas” ou “não fundacionais”. As crenças básicas são consideradas suficientemente justificadas para servir, ao menos, como razões *prima facie* para outras crenças em virtude de possuir alguma propriedade que não decorre de, ou depende de serem apoiadas por outras razões<sup>45</sup> (KLEIN; TURRI, 2014, p. 2).

Segundo os epistemólogos fundacionistas, há razões justificadas sem o apelo de razões. Na literatura, essa categoria de proposição tem diferentes nomenclaturas; alguns teóricos chamam-na de “crença básica”; outros, de “crença fundacional” ou “crença com justificção fundacional”; esses termos igualmente denotam a função de restringir a cadeia de justificção a uma razão limítrofe. Dado que a justificção inferencial consiste na tarefa de produzir razões em suporte a crenças, o fundacionista defenderá haver razões cuja justificção não dependerá desse processo. Assim, surge uma terceira nomenclatura, o termo *justificção não inferencial*, ou, simplesmente, *justificção básica*. Para o infinitismo, a preocupação é a mesma do cético pirrônico; ou seja, se não há uma boa razão para justificar outra razão, então não há justificção. Um modo de não haver uma *boa* razão é não haver razão alguma justificando a crença; outro modo é quando a justificção é arbitrária, pois parte de uma razão sem outra razão que lhe justifique.

Cabe ao infinitista determinar quando o sujeito deve parar de produzir razões para obter crença justificada. Uma hipótese é certa: não termina no sentido de que o último elemento da cadeia atual seja imune ao desafio cético. Segundo Klein e Turri (2014, p. 2):

Os infinitistas, é claro, admitem que, de fato, toda cadeia de razões realmente citada termina; mas os infinitistas negam que haja qualquer razão que seja imune a mais desafios legítimos. E, uma vez que uma razão é contestada, sob pena de arbitrariedade, outra razão deve ser produzida para que a razão contestada sirva como uma boa razão para uma crença<sup>46</sup>.

<sup>45</sup> No original: “Many foundationalists claim that there are beliefs, so-called “basic beliefs” or “foundational beliefs,” which do not require further reasons in order to function effectively as reasons for “non-basic” or “nonfoundational” beliefs. Basic beliefs are taken to be sufficiently justified to serve as, at least, *prima facie* reasons for further beliefs in virtue of possessing some property that doesn’t arise from, or depend on, being supported by further reasons”.

<sup>46</sup> No original: “Infinitists, of course, grant that in fact every actually cited chain of reasons ends; but infinitists deny that there is any reason which is immune to further legitimate challenge. And once a reason is challenged, then on pain of arbitrariness, a further reason must be produced in order for the challenged reason to serve as a good reason for a belief”.

Para Klein, a refutação à hipótese de haver crença básica é central para o infinitismo, dado que esse passo abre precedente para haver crença justificada *em grau suficiente para gerar conhecimento*. Assim, Klein e Turri (2014, p. 2) descrevem:

Além de negar a existência das chamadas crenças básicas, o infinitismo considera o raciocínio um processo que gera um tipo importante de justificação – chame-o “justificação reforçada pela razão”. Em oposição ao fundacionismo, o raciocínio não é descrito meramente como uma ferramenta para transferir a justificação das razões para as crenças. Em vez disso, a justificação de uma crença é reforçada quando razões suficientemente boas são oferecidas em seu nome.<sup>47</sup>

A concepção do infinitismo sobre justificação epistêmica supõe que a tarefa da inferência origina um tipo importante de justificação que ele chama *justificação de razão incremental*. Segundo estes autores, a inferência não é uma ferramenta para transferir justificação de uma crença a outra, como é suposto pelo fundacionismo. A intuição que o infinitismo visa capturar é a de que quanto mais apresentamos razões para as nossas crenças, mais justificados ficamos. A justificação, nesse sentido, pode ser aumentada à medida que o processo cognitivo de raciocínio opera na obtenção de razões em suporte à crença inicial. Quanto maior a distância na cadeia, maior o grau de justificação.<sup>48</sup>

Essa interpretação do papel da justificação no infinitismo é semelhante a algumas posições coerentistas. De acordo com ambas as teorias, a justificação é um processo de geração e não de transmissão. No caso do coerentismo, a justificação é gerada enquanto a crença se torna um membro do conjunto coerente de crenças do sujeito. Para o infinitismo, a justificação é gerada ao passo que o sujeito produz uma cadeia não circular e infinita de razões para o que se acredita.

Klein e Turri sustentam que tanto o fundacionismo quanto o coerentismo possuem problemas incontornáveis para a solução do problema cético, em especial, aqueles descritos pelos *modos da hipótese* e da *circularidade*. Klein sustenta haver dois argumentos do regresso em prol do infinitismo: *O argumento do aumento da justificação* e *O argumento da*

---

<sup>47</sup> No original: “*In addition to denying the existence of so-called basic beliefs, infinitism takes reasoning to be a process that generates an important type of justification—call it “reason-enhanced justification.” In opposition to foundationalism, reasoning is not depicted as merely a tool for transferring justification from the reasons to the beliefs. Instead, a belief’s justification is enhanced when sufficiently good reasons are offered on its behalf.*”

<sup>48</sup> O grau em questão não é relevante, pois basta aceitarmos que seja possível aumentar justificação quando reiterado o regresso das razões. O que determinará o ponto de chegada é o alcance que a justificação terá para ser considerada completa. Veremos no capítulo quinto como o aumento de justificação promove a concepção criacionista (ou geracionista) de justificação inferencial.

*interrogação*. Esses dois argumentos exploram tópicos importantes envolvendo a teoria infinitista e o conceito de justificação epistêmica. A seção a seguir investigará e analisará cada argumento. Mais adiante, no quinto capítulo, alguns pontos serão revisitados a fim de delinear as objeções à hipótese de compatibilidade entre o fundacionismo e a tese de que inferência gera justificação.

### 2.3 CARACTERÍSTICAS DO INFINITISMO

Para Klein e alguns autores, é atribuído ao infinitismo duas características centrais: justificação vem em graus e pode ser completa.<sup>49</sup> Para defender esse ponto, Klein parte de um argumento. Este argumento decorre de uma hipótese inicial: a de que há somente duas vias de resposta relevantes para o ceticismo: o infinitismo e o fundacionismo.

O argumento consiste no seguinte:

(1): S está justificado a crer que p se e somente se:

ou S possui um conjunto disponível *infinito* e não circular de razões em suporte a p; ou S possui um conjunto disponível *finito* não circular de razões em suporte a p culminando numa razão propriamente básica e que não necessita mais razões para estar justificada.

(2): Se o ceticismo é falso, S tem conhecimento de p.

Premissa 3: Se S tem conhecimento de p, então S está justificado a crer que p.

(4): Ceticismo é falso.

(5): 1 é verdadeiro.

(6) Logo, ou S possui um conjunto disponível *infinito* e não circular de razões em suporte a p; ou S possui um conjunto disponível *finito* não circular de razões em suporte a p culminando numa razão propriamente básica e que não necessita mais razões para estar justificada.

O objetivo de Klein é negar um dos disjuntos da conclusão; ou seja, negar a ideia que está implícita no fundacionismo e que consiste na estruturação da justificação em uma cadeia finita suportada por uma razão inicial básica. Segundo a sua teoria, somente uma moldura infinitista da cadeia de justificação adapta-se às teses de que *justificação vem em graus* e de que

---

<sup>49</sup> Utilizo a terminologia do autor. Klein sugere que uma justificação completa é aquela que cujo grau não pode ser incrementado, pois satisfaz o grau determinado pelo contexto de desafio.

*justificação pode ser completada.* Considere um exemplo para entender melhor essas duas características.

### 2.3.1 Aumento de Justificação

Com base na conferência da tabela de trens tenho justificação para crer que Q: “o primeiro trem que sai da estação de Porto Alegre para Novo Hamburgo parte às 6 da manhã”. Como eu poderia aumentar o grau de justificação para essa crença? Posso recorrer à minha memória, relembando as situações em que peguei o trem nesse horário; posso rememorar que nunca houve uma greve dos funcionários da empresa responsável. Posso ligar para um conhecido que trabalha próximo à estação de trem e solicitar que me certifique de que está tudo certo com o cronograma. Com efeito, ao procurar uma razão para crer que Q, fico mais convicto disso; no entanto, o que isso conta para a minha justificação? Para Klein, ao passo que produzo uma razão para minha crença Q e, assim, estendo a cadeia inferencial, mais bem justificado estarei para crer que Q. Como ele afirma, “quanto mais longa a série de razões que você tem para acreditar em Q, melhor Q estará justificado para você”<sup>50</sup> (KLEIN; TURRI, 2014, p. 6).

Para o infinitismo, é importante ter em mente que o aumento da justificação é linear quando razões são usadas para justificar outras razões. Assim, se eu chegar na crença Q com base na tabela de trens, um questionamento que pode ser feito é em relação à confiabilidade da tabela, e assim posso acessar outra razão disponível sobre as evidências que tenho para afirmar que a tabela está correta. A justificação tenderá ao aumento para cada desafio em que respondo com uma razão.<sup>51</sup>

### 2.3.2 Justificação completa

O mesmo exemplo serve para entender a característica da completude da justificação. Para o infinitismo, a crença Q é completamente justificada para mim se, e somente se, eu tiver um *conjunto infinito* de razões adequadas. Suporemos que tenho crença justificada completa de que Q. Logo, possuo um conjunto infinito de razões em suporte a Q. Possuir um conjunto infinito significa ter uma cadeia inferencial infinita favorecendo Q a cada desafio que: ou (i) Q recebe; ou (ii) as razões para crer em Q recebem; ou (iii) as inferências envolvidas no regresso

---

<sup>50</sup> No original: “[...] *the longer the series of reasons you have for believing Q, the better justified Q is for you...*”

<sup>51</sup> Agradeço ao professor Dr. Carlos Sartori por essa observação.

recebem. Isso significa afirmar que quando minha crença de que Q é desafiada, estou capacitado a apresentar uma razão do tipo R1: “Conferi a tabela de horário dos trens” em suporte à Q. O desafio pode seguir ao atacar minha crença sobre R1; afinal, qual evidência possuo para crer que R1 é verdadeira, ou que R1 probabiliza a verdade de Q, ou que infiro corretamente Q para R1?<sup>52</sup> Minha justificação implica possuir razões a disposição em vista do desafio. Todavia, chegará um momento no regresso em que será produzida a quantidade razoável de razões num grau para a *completude* da justificação. Isso não significa que eu não possa continuar a oferecer razões quando desafiado, mas, sim, que não será necessário oferecer mais justificadores para se obter justificação para Q. Klein não o afirma explicitamente, mas a completude pode ser interpretada como um fenômeno que garante a justificação *ultima facie* do agente, enquanto a suficiência seria uma condição *prima facie* para a justificação.<sup>53</sup> Não obstante, resta ao infinitista explicar que condições são exigidas para a completude. Posteriormente veremos que, para Klein, as condições para completude serão contextuais.

Observadas as duas características, a hipótese de Klein é de que o *aumento da justificação e completude* não são acomodadas pelas teorias epistemológicas dos fundacionistas. Para explicar isso, é preciso distinguir as categorias de fundacionismo. Primeiramente, é importante compreender no que consiste o fundacionismo para a *justificação inferencial*.

## 2.4 JUSTIFICAÇÃO INFERENCIAL DO FUNDACIONISMO

Geralmente, o fundacionismo consiste numa definição de justificação inferencial. Podemos caracterizar o *princípio de justificação inferencial* no fundacionismo da seguinte maneira. Dada uma proposição particular p, e um sujeito qualquer, S:

P é justificada para S (em t) se, e somente se, S possui um conjunto de razões (em t) não circulares e baseadas, em última instância, numa razão não repetida e não inferencialmente justificada.

---

<sup>52</sup> Embora o desafio esteja aberto a essas três formas de ataque cético, o cerne deste trabalho será o desafio da crença e suas razões. Agradeço ao professor Dr. João Fett sobre essa observação.

<sup>53</sup> Agradeço ao professor Dr. Carlos Sartori para atentar a essa aproximação conceitual. Mais sobre a distinção *prima facie* e *ultima facie*, ver o capítulo sobre anuladores em Fett (2022).

Duas consequências derivam-se dessa definição: a) Há algumas crenças que não dependem de outras crenças para estarem justificadas e b) essas crenças ditas básicas (no fim da cadeia) encerram o regresso das razões. Mas o que uma razão necessita para receber a rubrica de fundacional? Klein e Turri (2014) dividem o fundacionismo em duas categorias mutuamente exclusivas: *fundacionismo tradicional* e *fundacionismo metajustificatório*. Cada categoria responderá de maneira distinta a essa pergunta.

#### 2.4.1 Fundacionismo tradicional

Segundo o fundacionismo tradicional, a razão fundacional é aquela cuja justificação não deriva de outras crenças, pois uma verdade necessária desta é a *condição suficiente* para lhe tornar justificada. Uma candidata à crença básica é a crença cujo engano sobre ela é praticamente impossível.

Na literatura, alguns teóricos sugerem que essas crenças são itens infalíveis de conhecimento. Mas o que são *crenças infalíveis*? Basicamente, são crenças cuja verdade é obtida mediante a formação da crença pelo sujeito. A crença de que “estou pensando” faz referência aos meus estados mentais e sua infalibilidade se deve ao fato de que essa proposição é verdadeira, pois o ato da crença engloba sua verdade. O fato dessas crenças serem infalíveis culmina na hipótese de que elas são as possíveis *razões não inferencialmente justificadas* que repousam na base da cadeia inferencial.<sup>54</sup> O segundo exemplo, de que “Existe ao menos uma proposição que não é nem verdadeira, nem falsa”, entraria na mesma categoria de crença fundacional, dado que a proposição é uma verdade necessária; portanto, a crença numa verdade necessária acarreta a verdade da crença.

Considerando o problema do regresso, a pergunta a ser estipulada é se esses itens de conhecimento cuja verdade é infalível podem estabelecer a parada no regresso das razões. O fundacionismo tradicional acredita que sim, e que sua concepção de *razão justificada não inferencialmente* responde adequadamente à questão sugerida pelo argumento de Agripa.<sup>55</sup> Um *argumento do regresso do fundacionismo tradicional* pode ser apresentado da seguinte maneira:

- (1) Existe crença justificada para um sujeito S (em t).

---

<sup>54</sup> Infalibilidade, indubitabilidade e certeza são alguns dos termos atribuídos às crenças básicas do fundacionismo tradicional. Aqui manteve-se a preferência pelo termo ‘infalível’.

<sup>55</sup> Além disso, o fundacionista tradicional parece oferecer mais do que o céptico pirrônico requer, porque não é exigido das razões que elas sejam certezas para justificarem outras crenças.

- (2) Se uma crença particular, *p*, é justificada para *S* (em *t*): ou *p* é um conhecimento com crença infalível que dispensa razões para ser justificada, ou *p* é justificada devido ao suporte fornecido por outras crenças justificadas.
- (3) Logo: ou *p* é um conhecimento com crença infalível para *S* (em *t*) que dispensa razões para ser justificada, ou *p* é justificada devido ao suporte fornecido por outras crenças justificadas. (*modus ponens* 1 e 2)
- (4) Se todas as crenças são justificadas devido ao suporte fornecido por outras crenças justificadas, então a cadeia inferencial possui um conjunto de crenças infinitas, ou a cadeia inferencial é circular.
- (5) Não é o caso que a cadeia inferencial possui um conjunto de crenças infinitas ou que é circular.
- (6) Logo, nem todas as crenças são justificadas para *S* (em *t*) devido ao suporte fornecido por outras crenças justificadas (*modus tollens* 4, 5).
- (7) Logo, existem ao menos uma crença justificada para *S* (em *t*) que é caso de conhecimento com crença infalível que dispensa razões para ser justificada.<sup>56</sup>

Segundo o argumento, o elemento doxástico que determina a crença básica é o da crença infalível.<sup>57</sup> A posição intitulada tradicional, contudo, não é majoritária em comparação a outras formas de fundacionismo falibilista. Isso porque boa parte dos epistemólogos contemporâneos creem que não necessitamos de certeza para ter justificação, basta que a razão seja suficientemente provável ou racionalmente formada. Para acomodar essa concepção falibilista de fundacionismo, Klein usa a terminologia ‘fundacionismo metajustificatório’. Esta é a categoria mais ampla de fundacionismo e, segundo alguns autores, também capaz de acomodar formas de coerentismo.

#### 2.4.2 Fundacionismo metajustificatório

A segunda categoria de fundacionismo é o que eles nomeiam *Fundacionismo Metajustificatório*. O termo sugere que não é em virtude da verdade da proposição que a crença é fundacional e sim em razão de outros fatores que a tornam justificada não inferencialmente.

---

<sup>56</sup> Para um argumento semelhante ver Bonjour (1978).

<sup>57</sup> Não será explorado aqui outras particularidades do tipo a estabelecer diferenças entre crenças infalíveis por consistirem em verdades necessárias (infalibilidade lógica) e crenças *autorreferenciais* cuja necessidade da verdade é englobada pelo ato da crença (infalibilidade nomológica). Para mais detalhes dessa distinção ver Fumerton (2014, cap. 4).

Segundo essa categoria de fundacionismo, uma razão necessita de uma propriedade (contingente ou não) F para receber a rubrica de fundacional. Desse modo, a crença de que *p* tem justificação não-inferencial para S, se e somente se, esta crença possui uma propriedade (contingente ou não) fundacional. Mas em que consistiria esta propriedade? Epistemólogos fundacionistas divergem sobre os possíveis candidatos. Confiabilistas processuais, por exemplo, entendem que uma crença com a propriedade F consiste na crença *formada via processo confiável de formação de crenças*; outros, de que consiste numa crença obtida via experiência perceptual imediata.

Autores como Sosa (1991, cap., 9) e Klein (cf. 2013, 2014) creem que o próprio coerentismo poderia ser entendido como uma forma de fundacionismo metajustificatório; bastaria interpretar a propriedade F como *F<sub>c</sub>*: *'pertencente a um conjunto coerente de crenças'*. Se esses autores estão corretos, o coerentismo seria uma forma de fundacionismo enquanto compartilharia da mesma estrutura formal da justificação do fundacionismo metajustificatório. Logo, todos os problemas que recaem para essa classe de fundacionismo serviriam para esse modelo mais corriqueiro de coerentismo. Todavia, os textos de Klein e Turri (2014) e Klein (2013) não são precisos sobre como a razão com a propriedade *F<sub>c</sub>* justificaria outra crença, dado que a justificação para o coerentismo não é uma propriedade de uma crença isolada, mas do conjunto das crenças. Para os fins deste trabalho, será aceita a suposição de que o *coerentismo holístico* pode ser reduzido à forma de fundacionismo metajustificatório.

Klein e Turri descrevem o fundacionismo metajustificatório como sendo uma negação do fundacionismo tradicional:

Os fundacionistas metajustificatórios negam que a mera verdade de uma razão fundacional garanta seu estado fundacional. Em vez disso, eles dizem que as razões fundamentais devem ter alguma outra propriedade, chame-a “F”<sup>58</sup> (KLEIN; TURRI, 2014, p. 6).

Assim, qualquer razão com a propriedade F é fundacional. Podemos reprogramar o argumento da seguinte maneira:

- (1) Existe crença justificada para um sujeito S (em t).
- (2) Se uma crença particular, *p*, é justificada para S (em t), ou *p* tem a propriedade F, ou *p* é justificada devido ao suporte fornecido por outras crenças justificadas.

---

<sup>58</sup> No original: “Metajustificatory foundationalists deny that the mere truth of a foundational reason ensures its foundational status. Instead, they say, foundational reasons must have some other property, call it “F”.

- (3) Logo: ou p tem a propriedade F, ou p é justificada para S (em t) devido ao suporte fornecido por outras crenças justificadas (*modus ponens* 1 e 2).
- (4) Se todas as crenças são justificadas devido ao suporte fornecido por outras crenças justificadas, então a cadeia inferencial possui um conjunto de crenças infinitas, ou a cadeia inferencial é circular.
- (5) Não é o caso que a cadeia inferencial possui um conjunto de crenças infinitas ou circular.
- (6) Logo, nem todas as crenças são justificadas para S devido ao suporte fornecido por outras crenças justificadas (*modus tolens* 4, 5).
- (7) Logo, existe ao menos uma crença de S com a propriedade F.

O infinitismo de Klein concede que algumas formas de ‘conhecer’ aceitam razões fundacionais. Ou seja, o argumento é cogente, pois há crenças com a propriedade F. Contudo, a categoria de conhecimento que contempla a fundacionismo metajustificatório não envolve conhecimento inferencial. Para exemplificar este ponto, Klein (2013) explora este argumento no diálogo hipotético entre duas pessoas: o fundacionista (Fred) e a cética (Doris). Klein não exclui que ambos os papéis possam ser interpretados por um mesmo sujeito epistêmico em solipsismo. De todo modo, o diálogo pode ser parafraseado da seguinte forma:<sup>59</sup>

- (1) Fred asseire que p. Nesse caso, Fred está tomando p como verdadeira.
- (2) Doris afirma algo que induz Fred a considerar ser importante ele ter alguma razão em suporte de p. Assim, Fred apresenta a razão r1 para p. r1 pode ser uma crença ou uma conjunção de crenças.
- (3) Doris desafia Fred questionando-lhe qual razão ele tem para crer que r1 é verdadeiro.
- (4) Fred, em resposta, apresenta outra razão: r2 como justificção para r1.
- (5) Doris segue desafiando as razões de Fred.
- (6) Fred, sendo fundacionista, chega a uma razão que ele concebe como sendo uma proposição básica b.
- (7) Doris, na interpretação de seu papel cético, questiona Fred: “Qual razão você tem para crer que b é verdadeira?”

---

<sup>59</sup> O texto foi reformulado a fim de tornar o diálogo mais próximo dos conceitos utilizados nesse trabalho, sem perdas em relação do texto original; por essa razão, não foi escrito como citação direta.

- (8) Fred afirma que não é apropriado questionar uma proposição básica do tipo b por essa crença ser fundacional.
- (9) Doris aceita a resposta de Fred. Contudo, ela apresenta uma meta preocupação através da indagação: “Fred, que razão você tem para crer que a crença b é provavelmente verdadeira por ser uma razão fundacional?”.

Quais seriam as possíveis reações de Fred? Klein sugere haver somente três caminhos de resposta:

*Primeira resposta:* a crença b é provavelmente verdadeira porque crenças como b tem uma propriedade fundacional F, e crenças com essa propriedade são provavelmente verdadeiras.

Aparentemente não há um problema com essa posição. Contudo, se essa é a alternativa de resposta, a crença em b deixa de ser básica e torna-se a penúltima razão para a crença em p. O regresso segue e Doris pode novamente questionar Fred para lhe apresentar as razões do porquê das crenças com a propriedade F serem provavelmente verdadeiras.

*Segunda resposta:* Fred nega que b seja provavelmente verdadeira por ser uma proposição com a propriedade fundacional. Assim, Fred não pode afirmar que b é uma boa razão para a penúltima razão, chamemos x, pelo fato de possuir a propriedade F enquanto F não torna x como sendo provavelmente verdadeira.

*Terceira resposta:* Fred suspende o juízo sobre a crença em b ser provavelmente verdadeira por ter a propriedade fundacional. Aqui surge o mesmo obstáculo da segunda resposta, pois Fred não estaria intitulado a utilizar b como base justificadora para outras crenças.

Em resumo, se aceitamos que a primeira resposta é a mais adequada para a defesa do fundacionismo, o fundacionismo metajustificatório não poderá requerer que Fred tenha acesso ao que torna b uma crença com a propriedade F para obter justificação inferencial, pois isso implica em anular seu caráter fundacional. Se for esse o caso, essa forma de fundacionismo fica aquém das exigências do desafio das razões.

## 2.5 ARGUMENTO DAS CARACTERÍSTICAS PARA O INFINITISMO

Examinemos como as diferenças entre as formas de fundacionismo classificadas por Klein e Turri são incompatíveis com os atributos da justificação defendidos no *argumento das características*. Segundo Klein, dado o trilema de Fred, mesmo que seja verdadeira a posição fundacionista, a prática de apresentar razões não possibilita que esse processo *aumente grau* de

justificação para p. De maneira semelhante, mediante o fundacionismo também não é possível atingir a completude da justificação. Nesse sentido, Klein e Turri (2014) apresentam o seguinte argumento:

- (1) Toda teoria fundacionista é ou tradicional, ou metajustificatória.
- (2) Fundacionismo tradicional não pode satisfazer o requerimento de graus.
- (3) Fundacionismo Metajustificatório não pode satisfazer o requerimento da completude.
- (4) Portanto, nenhuma teoria fundacionista pode satisfazer ambos os requerimentos de completude e de graus.
- (5) Uma teoria da justificação deve satisfazer ambos os requerimentos de completude e de graus.
- (6) Portanto, nenhuma teoria fundacionista da justificação é adequada.

Analisemos a premissa 2. Segundo o fundacionismo tradicional, uma crença *autojustificada* (ou auto-evidente) é, na sua definição, verdadeira. A verdade não admite graus - não há uma proposição verdadeira por aproximação - ou ela é verdadeira, ou falsa. Assim, não há como aumentar o grau em que essas proposições são justificadas porque elas já são justificadas pelo fato de serem verdadeiras. Logo, o fundacionismo tradicional não aceita a possibilidade de que justificação possa ser aumentada mediante o regresso até à crença *autojustificada* fundacional.<sup>60</sup>

A premissa 3 supõe que se a crença justificada, por exemplo, p, é fundada em uma razão básica; isso ocorre porque as proposições básicas possuem a propriedade F. Seguindo essa linha, qualquer proposta de análise da completude fracassará pela razão que, independentemente do que consiste a propriedade F, se o sujeito, S, obtém razões para crer que sua razão fundacional exemplifica com completude a propriedade F, então a crença justificada pela razão fundacional tornar-se-á mais bem justificada para S. No entanto, se isso é possível, podemos afirmar que a justificação de S para p aumentou para além do grau máximo que a razão com a propriedade F permitiria. Portanto, isso impede ao fundacionismo

---

<sup>60</sup> Tendo em vista que a verdade é a garantia da justificação de uma crença *autojustificada*, a aquisição do conhecimento de crenças inferencialmente justificadas estaria condicionada ao grau 1 de justificação. Até então, não há razão para negar que o fundacionalismo tradicional seja compatível com a intuição de que a justificação admite graus. A questão, porém, é determinar como a justificação atribuída a uma crença básica *autojustificada* (determinada pela verdade da crença) impacta o grau de justificação de crenças não básicas (crenças cuja verdade não pode determinar seu grau de justificação). Agradeço ao professor André Neiva por apontar que a visão fundamentalista tradicional poderia se encaixar na ideia de graus de justificação.

metajustificatório satisfazer o requisito de completude (cf. FANTL, 2003). Um exemplo é pensarmos na crença básica com a propriedade F, interpretando F como sendo “crença formada mediante processo confiável de formação de crenças”. Assim, b é justificado completamente para S se b é formado mediante processo confiável de formação de crenças. Portanto, a crença confiável b exemplifica com completude a propriedade F. Se, por hipótese, S adquire uma razão para crer que b tem F - isto é, uma razão sobre o que faz b ser confiável para S - logo b tornar-se-á mais justificado para S. Se for assim, a justificação de S para b terá aumentado para além do grau máximo de completude que a crença b com F permitiria. Em síntese, a razão básica *determina* a completude da justificação.

Dada a impossibilidade de que o fundacionismo contemple as duas características essenciais para a justificação, se segue que o infinitismo é a única candidata adequada. Em contrapartida, uma maneira do fundacionismo se contrapor a este argumento é defendendo que a completude não é uma *característica essencial* para a justificação. Talvez a completude necessite de certeza ou justificação infalível, o que não é um bom critério para justificação epistêmica.<sup>61</sup>

### 2.5.1 Aumento de Justificação para o Fundacionismo

Conforme Klein e Turri (2014), o argumento inicia pelo seguinte questionamento: *Que espécie de inferência poderia aumentar o grau da justificação de uma proposição, em um contexto em que sua verdade foi legitimamente questionada?* Para os fundacionistas a ideia central do aumento da justificação é a de que há razões que possuem este papel, mas que, por seu turno, não podem ser aumentadas por serem básicas. Assim, ao percorrer a cadeia inferencial, o fundacionista alcançará uma proposição com a propriedade F. Proposições com F não permitem aumento de justificação - pois razões com F encontram-se no seu grau máximo. A objeção a essa tese se assemelha ao episódio de diálogo exemplificado por Doris e Fred quando tratamos sobre o argumento do fundacionismo metajustificatório.

Retomando a linha de explicação: Um sujeito racional, Fontana, chega em uma razão, chamaremos p, em que ele afirma ser uma justificadora incremental - uma razão justificadora que aumenta o grau de justificação das outras crenças derivadas de p. Alguém, ou Fontana,

---

<sup>61</sup> Não será examinado aqui como o infalibilismo conseguiria responder ao critério de completude. Klein (2014) também faz referência ao que ele intitula justificação adequada como a justificação com grau mínimo. Em vista de simplificar os argumentos, não será apresentada esta definição. Mais detalhes, ver Fantl (2003).

questiona: “Por que você pensa que a razão fundacional é provavelmente verdadeira? São três as opções de resposta do fundacionista Fontana.

*Primeira resposta:* Fontana afirma que a crença em  $p$  é provavelmente verdadeira porque uma justificadora incremental possui a propriedade  $F$ , e proposições com  $F$  estão no grau máximo de justificação. Dada essa resposta, a inferência segue e, portanto,  $p$  deixa de ser a razão fundacional incrementadora de justificação. Doris está apta a questionar por que  $p$  é provavelmente verdadeira por possuir em grau máximo a justificação.

*Segunda resposta:* Fontana nega que  $p$  seja provavelmente verdadeira porque as razões fundacionais incrementais como  $p$  são provavelmente verdadeiras. A questão que surge é: como Fontana pode garantir que  $p$  é uma boa razão para a penúltima razão, chamemos  $h$ , pelo fato de  $p$  ser uma razão incremental enquanto ele não toma  $p$  como sendo provavelmente verdadeira?<sup>62</sup>

*Terceira resposta:* Fontana suspende o juízo sobre a crença em  $p$  ser provavelmente verdadeira por ter a propriedade fundacional  $F$ . Aqui surge o mesmo obstáculo da segunda resposta, pois Fontana não estaria intitulado a utilizar  $p$  como razão incremental de  $h$ .

Por eliminação, Klein e Turri concluem que o infinitismo é a única alternativa para contemplar o aumento de justificação via inferência.

Em todo caso, não é excluída a hipótese de que o fundacionismo é compatível com interpretações específicas com respeito à maneira como justificação pode ser aumentada. Esse ponto será tratado com mais atenção no capítulo 5.

## 2.5.2 Aumento de Justificação para o Coerentismo

Visto que o fundacionismo metajustificatório não responde adequadamente à característica do aumento de justificação, Klein e Turri também contestarão o aumento da justificação para o coerentismo, no que eles afirmam:

A objeção ao coerentismo de aumento de justificação é que as cadeias repetidas são questionáveis (*question-begging*) e, portanto, não podem aprimorar racionalmente a justificação. Se Corrie acredita em  $Q$ , e alguém lhe pergunta: “Por que acreditar em  $Q$ ?”, e ela responde citando uma cadeia de raciocínio que se baseia no próprio  $Q$ , então, nesse contexto, ela claramente não fez nada para aumentar racionalmente sua justificativa para  $Q$ . Sua resposta simplesmente pressupõe a afirmação em questão,

<sup>62</sup> Se  $P$  for uma verdade lógica, então  $p$  não desempenhará nenhum papel evidencial em relação à crença  $h$ . Se assumirmos que os graus de justificação são probabilidades, conseguimos mostrar que  $p$  não aumenta a justificação de  $h$ :  $pr(h/p) = pr(h)$ . Ou seja,  $p$  não incrementa a justificação de  $h$ . Atkinson e Peijnenburg incluem uma cláusula probabilística como condição necessária da justificação. Agradeço ao professor André Neiva por essa observação. Mais detalhes, ver Atkinson; Peijnenburg (2017).

então como ela poderia racionalmente aumentar sua justificação?<sup>63</sup> (KLEIN; TURRI, 2014, p. 8).

Coerentistas poderiam reagir a essa forma de resposta negando que o raciocínio circular é a única estratégia dialética possível. É unânime entre os epistemólogos desse grupo supor que a justificação não atende a uma linearidade assimétrica onde razões suportam razões. Além disso, eles partem da ideia de que justificação não incide sobre uma crença particular, mas sobre o sistema (total ou parcial) de crenças do sujeito. Essas duas suposições constituem a perspectiva do *coerentismo holístico*. Consideremos uma formulação do princípio de justificação epistêmica desta forma de coerentismo:

**Princípio de justificação para o coerentismo:** Dada uma proposição particular  $p$ ,  $p$  é justificada para um sujeito,  $S$ , se, e somente se,  $p$  pertence a um conjunto de crenças coerentes para  $S$ .<sup>64</sup>

Note que  $p$  é justificada de forma secundária enquanto a crença é parte do conjunto. O que torna  $p$  justificada é a contribuição que  $p$  confere à coerência do conjunto. Assim, como resposta,  $S$  poderia citar, não repetidamente, um conjunto de razões coerentes com  $p$ , sem repetir  $p$  como razão para si mesmo. Livros policiais eventualmente ilustram situações onde detetives realizam inferências mediante a concepção de coerência evidencial. Um exemplo pode ser formulado da seguinte maneira:

O detetive forma a crença em  $p$ : “o mordomo é o assassino”. Um colega policial poderia questionar: “O que leva você a crer que  $p$ ?”. O detetive, então, apresenta três razões para crer que  $p$ : (i) o mordomo possuía as chaves do quarto onde ocorreu o crime, conforme atestaram as testemunhas; (ii) o formato das pegadas assemelha-se à textura da sola das botas de jardinagem utilizadas pelo mordomo no dia anterior ao assassinato e (iii) As malas do mordomo estavam em seu quarto, contendo todas as suas roupas e documentos que indicavam uma possível fuga.

O conjunto {i, ii, iii} é aparentemente coerente. Conforme o coerentista, o que torna a crença em  $p$  justificada não são as conexões particulares das evidências com  $p$ , mas que todo o

---

<sup>63</sup> No original: “*The objection to enhancement coherentism is that repeating chains are objectionably question-begging and so can’t rationally enhance justification. If Corrie believes Q, and someone asks her, “Why believe Q?”, and she responds by citing a chain of reasoning that relies on Q itself, then in that context she has clearly done nothing to rationally enhance her justification for Q. Her response simply presupposes the claim in question, so how could it rationally enhance her justification?*”

<sup>64</sup> É importante notar que no caso do coerentismo, assim como no infinitismo puro, que discutiremos mais adiante, a justificação é sempre inferencial porque depende do conjunto de crenças do sujeito.

conjunto evidencial em conjunção com p possui a propriedade da coerência. A justificação, nesse caso, emerge mediante o acréscimo de mais razões ao conjunto. Quando mais pistas são acrescidas ao conjunto coerente de crenças do detetive, mais ele estará intitulado a crer que p. De fato, um dilema ao coerentista é determinar como o pertencimento ao conjunto coerente aumenta ou diminui grau de justificação. De qualquer forma, se poderia contestar alegando que o conjunto ilustrado acima não atende a determinados requisitos de coerência; por exemplo, ii não dá suporte a i ou a iii, nem i dá suporte a ii e iii. Logo, a maneira como o coerentista responde à questão implica explicar o que significa para um conjunto de crenças ser coerente e se é relevante (ou não) a interação entre as crenças pertencentes ao conjunto. Supomos que tivesse outra crença no conjunto: (iv) o mordomo foi avistado no dia do crime a duzentos quilômetros do local do assassinato. De que maneira (iv) diminui a coerência com o conjunto e de que forma isso afetaria o grau de justificação? Uma resposta a estas questões implicariam uma visão extremamente intrincada sobre o aumento da justificação. O infinitismo ganha espaço em vista de uma teoria mais simples e que contempla essa característica. Além disso, como foi concedido anteriormente, será entendido que o coerentismo é uma forma de fundacionismo metajustificatório.

## 2.6 ARGUMENTO DA INTERROGAÇÃO PARA O INFINITISMO

O argumento da interrogação está centrado na preocupação com o conhecimento que humanos adultos estão capacitados a adquirir. O título “argumento da interrogação” deve-se ao fato de que toda crença é desafiável. A concepção básica sobre o conhecimento é a de que, ao ter conhecimento, conseguimos oferecer razões quando interrogados. A referência histórica desse modo de conhecer é indicada na passagem do texto platônico *Mênon* (PLATÃO 97d - 98 a). No diálogo, Sócrates fornece a distinção entre conhecimento e crença verdadeira fazendo uma comparação entre *saber* e *ter crença verdadeira* sobre qual o caminho que leva à cidade de Larissa. Sócrates apresenta a premissa de que “em nada a opinião correta é menos proveitosa do que a ciência (conhecimento)<sup>65</sup>”. O diálogo segue com a observação de Mênon:

MEN. <É menos proveitosa> nesta medida, pelo menos, Sócrates: que aquele que tem a ciência [conhecimento] sempre será bem sucedido, ao passo que aquele <que tem> a opinião correta às vezes acertará, às vezes não.  
SO. Que queres dizer com isso? Aquele que sempre tem a opinião correta não acertará sempre, por tanto tempo quanto tiver opiniões corretas?

<sup>65</sup> *Episteme* (ἐπιστήμη) é traduzido para ‘ciência’ pelo tradutor. Manteremos a versão original adicionando o termo ‘conhecimento’ para fins de aproximação conceitual.

MEN. Necessariamente, é evidente. De modo que me pergunto espantado, Sócrates, sendo isso assim, por que afinal a ciência é muito mais valorizada do que a opinião correta e em que uma é diferente da outra (PLATÃO, 97d, acréscimo nosso).

Sócrates apresenta como resposta uma analogia entre a crença verdadeira (“opinião correta”) e as estátuas místicas de Dédalo. Segundo a mitologia, essas obras eram extremamente realistas a ponto de se moverem sozinhas fugindo de onde estavam. Assim é descrita essa passagem:

SO. Possuir uma das obras desse <escultor>, que seja solta, não vale grande coisa, como <possuir> um escravo fujão; com efeito, ela não permanece no lugar. Encadeada porém vale muito, pois muito bela são as obras. Mas a que propósito digo essas coisas? A propósito das opiniões que são verdadeiras. Pois também as opiniões que são verdadeiras, por tanto tempo quanto permaneçam, são uma bela coisa e produzem todos os bens. Só que não se dispõem a ficar muito tempo, mas fogem da alma do homem, de modo que não são de muito valor, até que alguém as encadeie por um cálculo de causa. E isso, amigo Mênon, é a reminiscência, como foi acordado entre nós nas coisas <ditas> anteriormente. E quando são encadeadas, em primeiro lugar, tornam-se ciências [conhecimentos], em segundo lugar, estáveis. E é por isso que a ciência [o conhecimento] é de mais valor que a opinião correta, e é pelo encadeamento que a ciência [o conhecimento] difere da opinião correta. (PLATÃO, 98<sup>a</sup>, acréscimo nosso)

Segundo Sócrates, possuir uma estátua dessas “não vale grande coisa”, pois ela tende a vagar sozinha; ao passo que, quando acorrentada firmemente ao solo, poderia valer muito. Assim, a crença verdadeira, por mudar facilmente como a estátua, não é de muito valor. Em contraste, o conhecimento, acorrentado à alma do homem, tem mais valor que a crença verdadeira devido sua estabilidade. Essa análise do conhecimento feito por Platão tem uma consequência importante, pois sugere que não podemos ter conhecimento exclusivamente formando a crença numa proposição verdadeira. O conhecimento depende de algo mais para suplementar a crença verdadeira, uma forma de investigar a crença. Essa é uma ruptura relevante em contraste com outras maneiras de compreender o conhecimento. O ato de acorrentar as crenças serve como metáfora à prática de raciocinar com base em evidências. Outra forma de entendermos conhecimento é concebendo-o como resultado de um processo não reflexivo. Klein ilustra essa concepção de conhecimento através de uma passagem do *Knowledge in Perspective* (1991), de Ernst Sosa:

É certo que há um sentido em que até mesmo uma porta de supermercado "sabe" quando alguém se aproxima, e que um sistema de aquecimento "sabe" quando a temperatura em uma sala sobe acima de uma determinada configuração. Tal é o conhecimento "servo-mecânico". E há também uma imensa variedade de conhecimento animal, instintivo ou aprendido, que facilita a sobrevivência e o florescimento em uma diversidade surpreendentemente rica de modos e ambientes. O conhecimento humano está em um plano superior de sofisticação, no entanto,

precisamente devido a sua maior coerência e abrangência, e da sua capacidade de satisfazer a curiosidade autorreflexiva<sup>66</sup> (SOSA, 1991, p. 95)

A passagem é uma crítica de Sosa à teoria confiabilista como sendo a teoria adequada para o conhecimento. A suposição é a de que uma teoria confiabilista condiz com conhecimento irreflexivo (servo-mecânico), mas que, por outro lado, não condiz com a intuição platônica de conhecimento, pois dificilmente realizamos uma reflexão cuidadosa e interessada para adquirir suporte a essas crenças. O infinitismo visa dar conta de oferecer uma tese sobre a estrutura formal da justificação para esta categoria de conhecimento.

### 2.6.1 Justificação total

Para Klein, a característica central para o conhecimento reflexivo é a da possibilidade de se obter *justificação total*. A *justificação total* consiste na capacidade que tornar as crenças totalmente justificadas por raciocínios. Conforme os autores, o argumento da interrogação é motivado por uma versão do argumento do regresso atribuído ao Sexto Empírico. A ideia é a de que nenhuma crença pode ser justificada *ao nível de conhecimento*, ou, nos termos dos autores, nenhuma justificação é total sem razões. O argumento da interrogação, por seu turno, é apresentado da seguinte maneira:

Argumento da interrogação para o infinitismo:

- (1) Conhecimento de humanos adultos requerem justificação total.
- (2) Justificação total requer raciocínio apropriado.
- (3) Raciocínio apropriado requer que esteja disponível uma série infinita e não repetida de razões.
- (4) Portanto, o conhecimento de humanos adultos requer que esteja disponível uma série infinita e não repetida de razões (1 - 3) (cf. KLEIN; TURRI 2014, p. 10).

---

<sup>66</sup> No original: "Admittedly, there is a sense in which even a supermarket door "knows" when someone approaches, and in which a heating system "knows" when the temperature in a room rises above a certain setting. Such is "servo-mechanic" knowledge. And there is also an immense variety of animal knowledge, instinctive or learned, which facilitates survival and flourishing in an astonishingly rich diversity of modes and environments. Human knowledge is on a higher plane of sophistication, however, precisely because of its enhanced coherence and comprehensiveness and its capacity to satisfy self-reflective curiosity."

O conhecimento inferencial dependerá sempre de razões não repetidas, sustentando a premissa três. A premissa dois é disputada pelos fundacionistas, pois estes defendem haver justificação completa sem depender de razões. A premissa (1) é a hipótese formulada com base na passagem do diálogo Mênon.

Um segundo ponto de vista a partir da ideia de conhecimento reflexivo é a de que, para se obter essa categoria de conhecimento, é necessário um sucesso reflexivo.

## 2.7 ARGUMENTO PROCEDIMENTAL PARA O INFINITISMO

O termo ‘sucesso reflexivo’ é originalmente cunhado por Scott Aikin (2009). Segundo o autor, obter sucesso reflexivo implica ter êxito através de um procedimento adequado de pensar cuidadosamente sobre um assunto. Pensar cuidadosamente depende de exprimir nossas razões para pensar o que faz de nossa crença verdadeira. Partindo-se desta ideia, Klein sugere o seguinte argumento:

- (1) Conhecimento reflexivo requer sucesso reflexivo.
- (2) Sucesso reflexivo requer pensamento cuidadoso.
- (3) Pensamento cuidadoso requer a disponibilidade de uma série infinita e não repetida de razões.
- (4) Logo, conhecimento requer a disponibilidade de uma série infinita e não repetida de razões. (cf. AIKIN, 2009; KLEIN; TURRI, 2014).<sup>67</sup>

As duas primeiras linhas sublinham a caracterização de sucesso reflexivo. A premissa mais importante do argumento é a 3, por duas razões. Primeiro, pois ela depende da aceitação dos princípios infinitistas (PAA e PAC). Segundo, a disponibilidade (para o sujeito) de uma série infinita de razões é condição necessária ao conhecimento. A suposição implícita é a de que se “S sabe que p, então S consegue oferecer razões para sua crença sempre que desafiado”. Qualquer parada em um sucessor evidencial implicaria arbitrariedade; isto porque se você parar de oferecer razões quando desafiado, isto significa afirmar que não houve sucesso reflexivo no estabelecimento das razões para as razões. Todavia, os autores reconhecem haver uma dificuldade adicional para que o infinitista sustente a premissa 3:

O infinitismo pode parecer contraintuitivo porque, na verdade, nunca respondemos a muitas perguntas sobre qualquer uma de nossas crenças, mas atribuímos conhecimento às pessoas o tempo todo. Mas isso é uma ilusão porque atribuímos muitas vezes conhecimento descuidadamente ou atribuímos conhecimento por razões

---

<sup>67</sup> No texto original não é apresentado o requisito da não circularidade.

práticas que não são sensíveis à verdade literal da atribuição<sup>68</sup> (KLEIN; TURRI, 2014, p. 11).

Aqui os autores captam um aspecto descritivo sobre a atividade de apresentar razões, pois o desafio das razões não é reiterado por muito tempo. Além disso, possuir infinitas razões para justificar uma crença não é equivalente a ter disposição infinita para acessar as razões em suporte da crença. Se o sucesso reflexivo exige tal disposição de segunda ordem, isso implicaria afirmar que pouca ou quase nenhuma crença será item de conhecimento. Podlaskovski e Smith (2011, p. 13) exploram este problema:

Diante de uma cadeia infinita de razões para citar é mais provável que, em algum ponto ao longo da cadeia, S tenha a disposição de oferecer uma suposição ou ficar entediado com todo o empreendimento (em vez de ter a disposição epistemicamente confiável de continuar citando razões). Há boas razões para pensar, então, que para muitos casos, S não possui as disposições de segunda ordem relevantes.<sup>69</sup>

Interpretado dessa forma, o conceito de sucesso reflexivo torna o argumento extremamente exigente com sujeitos epistêmicos. A imposição cética não exclui que sujeitos ideais estejam dispostos a ‘estarem dispostos’ a oferecer razões sempre que desafiados. O problema do ceticismo não pressiona uma teoria da justificação para sujeitos ideais, mas para sujeitos reais, com possibilidades limitadas de armazenamento e tempo. O tópico seguinte versará sobre o principal obstáculo à visão infinitista.

---

<sup>68</sup> No original: “*Infinitism can appear counterintuitive because, as a matter of fact, we never answer very many questions about any of our beliefs, but we ascribe knowledge to people all the time. But this is an illusion because we often carelessly attribute knowledge, or attribute knowledge for practical reasons that aren’t sensitive to the attribution’s literal truth*”.

<sup>69</sup> No original em inglês: “*Faced with an infinite chain of reasons to cite, it is more likely that, at some point along the chain, S has the disposition to offer a guess or become bored with the whole enterprise (instead of having the epistemically credible disposition to continue citing reasons). There is good reason to think, then, that for a great many cases, S does not possess the relevant second-order dispositions whatsoever*”.

### 3 MENTE FINITA COMO PRINCIPAL OBJEÇÃO AO INFINITISMO

Nesse capítulo será explorada a objeção da mente finita, sua origem e relevância na epistemologia contemporânea. Mais especificamente, apresentaremos dois argumentos articulando as principais teses da mente finita relativamente ao problema do regresso. Depois, veremos como o infinitismo organiza as concepções de justificação epistêmica (proposicional) enquanto *razões disponíveis* e *razões ocorrentes* e de que forma estas se relacionam com uma concepção purista e impurista de *justificação epistêmica*.

#### 3.1 OBJEÇÃO DA MENTE FINITA

Na história da filosofia, a objeção da mente finita é a mais conhecida estratégia de refutação do infinitismo. A passagem clássica dessa refutação encontra-se mais especificamente no livro *Segundos Analíticos* (ou, também chamado, *Analíticos Posteriores*) de Aristóteles. A hipótese de objeção é a de que não se pode atravessar uma série infinita de razões, pois somos seres finitos, com tempo e armazenamento de crenças limitados, o que impossibilitaria produzir toda a série (cf. ARISTÓTELES, 72b5–18). Afinal, se não houver uma parada na cadeia inferencial, ao que indica o problema do regresso, será impossível ao sujeito atingir uma crença cuja justificação adquira grau suficiente para que ela obtenha o título de 'conhecimento'.

Na epistemologia contemporânea, autores importantes avaliam o problema do regresso de modo particularmente semelhante. Como, por exemplo, Richard Fumerton que argumenta segundo a mesma perspectiva aristotélica:

Mas seres finitos não podem completar uma cadeia de raciocínio infinitamente longa – e, portanto, se toda justificação fosse inferencial, ninguém jamais estaria justificado em crer em qualquer coisa que fosse. Essa forma mais radical de todos os ceticismos é absurda (implica que não é sequer possível que se esteja justificado em crer nela mesma), e deve haver, portanto, um tipo de justificação que não seja inferencial; ou seja, é necessário que haja crenças justificadas não inferencialmente que eliminem regressos de justificação. (FUMERTON, 2014, cf. 1995, cap., 3).

Fumerton sugere que a justificação não pode advir de cadeias infinitas, pois não temos tempo nem espaço de armazenamento para completá-las; isso corrobora a compreensão de que nossa vida cognitiva é limitada por uma diversidade de demandas. Em razão dessa limitação, se segue que ou não há razões capazes de justificação epistêmica, ou nem toda justificação é exclusivamente inferencial – ou seja, deve haver justificadores que não são propriamente crenças, mas, sim, justificadores obtidos por fontes não-doxásticas. Todavia, a objeção da

mente finita, pautada na ideia de que justificação é matéria exclusiva da formação de crenças do agente, parece excluir de consideração a noção de *justificação proposicional* que, diferentemente da *justificação doxástica*, não requer do sujeito que este forme a crença nas razões para que ele esteja justificado.<sup>70</sup> Nesse sentido, a objeção da mente finita pode ser pensada de outra forma. Ao invés de entender a limitação do sujeito racional como tendo origem na sua incapacidade de formar crenças infinitas, as percorrendo ativamente através da cadeia inferencial; o argumento pode atacar tão somente a possibilidade de haver crenças infinitas não formadas pelo sujeito, mas que, no entanto, estariam disponíveis à adesão deste quando necessitadas. Assim sendo, a objeção é enfraquecida, pois atacaria especificamente a noção de justificação proposicional. Em outros termos, a objeção da mente finita não seria uma investida às limitações temporais e de armazenamento, mas às condições de disponibilidade de justificadores proposicionais infinitos para uma crença para que esta esteja justificada. Seguindo esta interpretação do problema, Richard Feldman formula a objeção da mente finita em seu livro *Epistemology*:

Em suma, parece que você precisa de razões para suas razões caso queira que sua crença seja justificada. E isso parece um problema. Existe uma ameaça de regresso: você precisa de razões para as suas razões, e precisa de razões para essas razões, e assim por diante. Mas não parece que algum de nós poderia possuir esse suprimento infinito de razões. [...] O problema que acabamos de colocar teve um papel central na epistemologia, tanto porque foi historicamente influente quanto porque é útil organizar teorias com base em como elas lhe respondem.<sup>71</sup> (FELDMAN, 2002, p. 50)

A contraposição fundacionista de Feldman ao ceticismo sugere que a falta de disponibilidade de uma cadeia inferencial infinita resulta no entrave à justificação epistêmica. Essa interpretação difere da forma como Fumerton e Aristóteles entendem a disputa; como vimos, para estes dois filósofos é necessário *percorrer* a cadeia inferencial infinita, não basta dispor delas. A plausibilidade de uma teoria infinitista frente ao desafio da objeção da mente finita indica que uma maneira de responder apropriadamente como seres racionais finitos conseguem possuir séries infinitas de crenças é sustentando a premissa de que a *disponibilidade infinita* de razões é possível. O foco infinitista, nesse sentido, será na noção de *justificação*

---

<sup>70</sup> Nesse sentido, podemos afirmar que ‘estar justificado’ não implica necessariamente passar pelo processo de justificação. Mais adiante, este assunto será abordado com maiores detalhes.

<sup>71</sup> No original: “*In short, it seems that you need reasons for your reasons if your belief is to be justified. And this looks like trouble. There is a regress threatening: You need reasons for your reasons, and you need reasons for those reasons, and so. But it does not seem as if any of us could ever have this endless supply of reasons.*”

The problem just posed has had a central role in epistemology, both because it has been historically influential and because it is useful to organize theories on the basis of how they respond to it.

*proposicional. A justificação doxástica (de crer justificadamente numa proposição) será condicionada à justificação proposicional (de dispor de razões para crer numa proposição).*

### 3.1.1 Argumento da Mente Finita

A diferença entre a abordagem aristotélica da mente finita indicada por Fumerton e a interpretação de Feldman (direcionado à noção de *justificação proposicional*) são relevantes para comparar os dois argumentos a seguir. Em vista dos princípios para justificação proposicional, PAA e PAC apresentados anteriormente, uma formulação do *argumento da mente finita* pode ser construída dessa forma:

Para qualquer proposição,  $p$  e sujeito  $S$ :

- (1) PAA e PAC são princípios factíveis para justificação;
- (2) Se  $S$  está justificado a crer que  $p$ , então  $S$  está intitulado a percorrer uma cadeia infinita e não repetida de razões justificadoras de  $p$ . (conforme PAA e PAC)
- (3) Se  $S$  está intitulado a percorrer uma cadeia infinita e não repetida de razões justificadoras de  $p$ , então a mente de  $S$  suporta infinitas crenças;
- (4) Toda mente humana é finita e não suporta infinitas crenças;
- (5) A mente de  $S$  não suporta infinitas crenças;
- (6) Assim,  $S$  não está intitulado a percorrer uma cadeia infinita e não repetida de razões justificadoras de  $p$ ; (MT 3,5)
- (7) Portanto,  $S$  não está justificado a crer que  $p$ . (MT 2, 6)

Examinaremos as premissas do argumento. A premissa 1 apoia-se nas teses centrais do infinitismo: PAA sustenta que a cadeia inferencial infinita não é arbitrária (posição do Trilema); PAC sustenta que as razões não se repetem ocasionando circularidade ou repetição. A premissa 2 conecta, no antecedente do condicional, ambos princípios do infinitismo; ademais, faz-se importante notar que o requerimento de que  $S$  possua crenças infinitas é uma consequência da aceitação de PAA e PAC.<sup>72</sup> Assim, para que  $S$  tenha justificação para  $p$ ,  $S$  necessitará suportar (num sentido a ser delimitado) um conjunto infinito de crenças. Na premissa 4 temos a tese

---

<sup>72</sup> Como apresentamos no capítulo 2, segundo PAA, se  $p$  é justificado para  $S$  (em  $t$ ), então existe alguma razão,  $R_1$ , disponível para  $S$  (em  $t$ ); e há alguma razão,  $R_2$ , disponível a  $S$  (em  $t$ ) para  $R_1$  (em  $t$ ), etc., e não há uma razão última  $R_i$  na cadeia. Assim, o conjunto de razões será infinita. Segundo PAC, Se  $p$  é justificado para  $S$  (em  $t$ ), então, se  $R_1$  é uma razão sucessora de  $p$  para  $S$  (em  $t$ ), então  $p$  não é uma razão sucessora de  $R_1$  para  $S$  (em  $t$ ). Logo, a cadeia de razões não repetirá nenhuma premissa como razão da crença.

geral aristotélica da *mente finita* em que a premissa 5 é uma instância particular. Em 6 obtêm-se uma inferência válida por *modus tollens*, visto que 5 é uma negação do conseqüente do condicional material “a mente de S suporta infinitas crenças”. Da premissa conclusiva 6, se extrai a conclusão em 7 de que “S não está justificado a crer que p”. Perceba que 7 não é a conclusão cética, mas, sim, uma instanciação da tese cética geral: “S não está justificado a crer em qualquer proposição”. Todavia, essa generalização é garantida por efeito dos dois princípios do infinitismo.

A estratégia do infinitista, por seu turno, será atacar as proposições 2 e 4 do argumento. A disputa na premissa 2 é a de que para S estar justificado, ele não pode necessitar de tempo infinito para percorrer a cadeia de razões. Na premissa 4, a controvérsia é com relação à armazenagem de infinitas crenças. O procedimento para enfrentar ambas as premissas se encontra numa distinção conceitual importante na filosofia contemporânea.<sup>73</sup>

O primeiro passo argumentativo para contrapor AMF será afirmar que não é necessário para S estar justificado que ele percorra (cite ou apresente) as razões em suporte à crença em disputa; basta que elas estejam *disponíveis* a S sempre que ele for desafiado. Todavia, a questão a ser respondida é a respeito do que significa uma razão estar *disponível*. O segundo ponto é estabelecer, em oposição à premissa 4, que disponibilidade (num sentido a ser explicado) garante que a mente humana possa acumular um número infinito de razões. De modo a responder essas questões, alguns epistemólogos contemporâneos aceitam a divisão entre *crença ocorrente e disposicional*. Vejamos como se definem esses dois conceitos e quais os problemas dessa abordagem.

### 3.2 CRENÇA OCORRENTE E CRENÇA DISPOSICIONAL

Um dos tópicos centrais da discussão concernente à objeção da mente finita diz respeito à possibilidade de termos crenças infinitas. No princípio PAA, Klein sugere que justificação não pode ser arbitrária: ela é matéria de se obter uma cadeia inferencial infinita não repetida de razões. Assim, as crenças para serem justificadas necessitam de um conjunto infinito de razões

---

<sup>73</sup> Autores sugerem ser possível extrair dois argumentos do obstáculo da mente finita: um correspondendo ao problema da mente quanto ao estoque de razões, outro afirmando que a limitação é temporal (ver, por exemplo, AIKIN, 2005). Aqui reunimos ambos os problemas num mesmo argumento à vista dos princípios de Klein.

e as razões necessitam estarem *disponíveis* ao sujeito. (cf. KLEIN 1999, p. 299). Mas como explicamos essa relação de disponibilidade? Parte dos epistemólogos aceita a tese de que é possível ter infinitas crenças dada a distinção entre *crenças disposicionais e ocorrentes*.

### 3.2.1 Crença ocorrente

Uma crença ocorrente é toda aquela que está ocorrendo na vida mental de um sujeito. Por exemplo, creio que “Napoleão perdeu a batalha de Waterloo”. Esta crença está ocorrendo agora em minha mente enquanto digito esse texto. Outras crenças ocorrentes podem suceder-se simultaneamente: “estou sentindo frio”, “Porto Alegre é uma cidade com problemas”, “preciso comprar toner para a impressora”. Uma das características a ser denotada às crenças ocorrentes é a de que parece particularmente difícil sustentar muitas delas simultaneamente. Em especial, se pensarmos em argumentos simples, parece impossível manter em nossa mente um conjunto de mais do que sete ou oito premissas.<sup>74</sup> Crenças ocorrentes são importantes para adquirirmos *justificação inferencial*, pois processos de raciocínio são procedimentos em que necessitamos estar conscientes de nossas crenças para extrair conclusões a partir delas.<sup>75</sup>

### 3.2.2 Crença Disposicional

Uma crença disposicional, em contrapartida, é uma crença que não está ocorrendo na vida mental atual do sujeito, mas sim que está propensa a ocorrer, sob certas circunstâncias. O conceito de crença disposicional pode ser interpretado de três maneiras. Primeiramente ele pode ser entendido como uma crença formada no passado e que não foi esquecida ou abandonada pelo sujeito. Minha crença de que “Napoleão perdeu a batalha de Waterloo” foi apreendida no passado em uma aula de história no ensino secundário.<sup>76</sup> Essa crença torna-se ocorrente em contextos específicos sobre, por exemplo, discussões acerca da história de Napoleão e da

---

<sup>74</sup> Um artigo não recente que explora a capacidade cognitiva de processamento mnemônico de informações é o de Miller (1956).

<sup>75</sup> O que não impede afirmar que processos de raciocínio possam ocorrer inconscientemente.

<sup>76</sup> Embora a distinção entre crença disposicional e ocorrente seja aceita pela maioria dos epistemólogos contemporâneos, há divergências sobre a definição de crenças armazenadas na memória como sendo disposicionais. Aqui sigo a perspectiva de Audi (2010), em que ele afirma: “a maior parte do que lembramos proposicionalmente é disposicional, grosso modo, registrado em crenças de memória disposicional.” (ibid., p. 72, *tradução nossa*).

Revolução francesa. Outra maneira de possuir crença disposicional é quando o sujeito se encontra num estado de experiência perceptual para formar uma crença. Esse tipo de crença disposicional indica que o agente está em posição de formar a crença devido a condições presentes na sua experiência perceptual.<sup>77</sup> Nesse sentido, estou em condição para crer, por exemplo, que “estou em frente ao computador”, “está garoando”, “meus documentos estão no aparador”, “a lâmpada do quarto está acesa”, “meu carregador de celular está conectado à tomada”. A terceira possibilidade de se obter crença disposicional é mediante situações de acarretamento a partir de crenças ocorrentes. A crença ocorrente de que “estou na sala” acarreta as crenças disposicionais do tipo “não estou no quarto”, “não estou na rua”, “não estou no banheiro”, e assim por diante, desde que o sujeito esteja disposto a aceitar a relação lógica entre suas crenças ocorrentes e as crenças disposicionais acarretadas. Assim, a crença disponível de que “ontem foi quinta” depende de que eu reconheça a relação de acarretamento a partir da crença ocorrente (e logicamente contrária) de que “hoje é sexta”.<sup>78</sup>

Não é exclusividade dos infinitistas a aceitação da distinção entre crenças disposicionais e ocorrentes. Epistemólogos fundacionistas também assumem essa divisão. Assim Fumerton afirma:

[...] o fato de termos mentes finitas não significa que tenhamos um número finito de crenças. De fato, se efetuarmos a distinção padrão entre crença ocorrente e disposicional, parece inteiramente plausível supor que temos um número infinito de crenças. Sem analisar a distinção ainda, parece um truísmo virtual que pensamos em nós mesmos (e nos outros) como tendo crenças em proposições que não estamos considerando atualmente.<sup>79</sup> (FUMERTON 1995, p. 58)

Concedida a possibilidade de dispor de infinitas crenças, isto nega a premissa 4 do argumento cético da mente finita. Mas será que essa hipótese validaria um argumento em prol do infinitismo? Em outros termos, a suposição de que conseguimos possuir um conjunto infinito

---

<sup>77</sup> Agradeço ao professor André Neiva por suas sugestões para esclarecer esta categoria de crença disposicional.

<sup>78</sup> Outra terminologia é afirmar que as crenças disposicionais estão numa relação de *fecho*. Também podemos defender que o nexos entre crenças decorre segundo um princípio de subdeterminação; em que minha crença de que estou na sala *sobredetermina* a crença contrária “de que estou no quarto”; ou de que, “estou no banheiro”, e assim sucessivamente. Mais sobre esse princípio, ver Cibils; Posselt (2022).

<sup>79</sup> No original: “[...] *the fact that we are finite minds does not mean that we have a finite number of beliefs. Indeed, if one makes the standard distinction between occurrent and dispositional belief, it seems entirely plausible to suppose that we do have an infinite number of beliefs. Without analyzing the distinction yet, it seems a virtual truism that we think of ourselves (and others) as having beliefs in propositions which we are not currently considering*”.

de crenças disposicionais intitula-nos a definir a noção de *justificação proposicional* em termos de viabilizar o infinitismo da justificação?

### 3.2.3 Contra-argumento da Mente Finita (AMF\*)

As premissas serão alteradas pela adição da hipótese de que a premissa da mente finita é falsa. - i.e. conseguimos, enquanto seres racionais, dispor de infinitas crenças. Também será incluída a cláusula da disponibilidade da crença para a premissa  $p$ , assim evitando o problema temporal constatado em AMF 2. Vejamos como fica.

Para qualquer proposição,  $p$ , e sujeito  $S$ :

- (1) PAA e PAC são princípios factíveis para justificação; (repetição de 1 do AMF)
- (2) Se  $S$  está justificado a crer que  $p$ , então  $S$  tem disponível uma cadeia infinita e não repetida de razões justificadoras de  $p$ .
- (3) Se  $S$  tem disponível uma cadeia inferencial infinita e não repetida de razões justificadoras de  $p$ , então a mente de  $S$  suporta infinitas crenças;
- (4) A mente humana suporta infinitas crenças (contra 4 do AMF);
- (5) A mente de  $S$  suporta infinitas crenças;
- (6) Logo,  $S$  tem disponível uma cadeia inferencial infinita e não repetida de razões justificadoras de  $p$ ;

Diferentemente do argumento AMF, AMF\* é claramente inválido, pois não podemos derivar 6 de 3 em AMF\* tal como derivamos 6 de 3 em AMF. Embora o contra-argumento não tenha funcionado como esperado, ainda assim, é admissível analisarmos o que suas premissas nos indicam. Basicamente, o que se segue da tese da mente infinita é que ela é condição necessária, porém não suficiente para que  $S$  esteja justificado a crer em  $p$ . Assim, mesmo que a mente seja infinita no seu conjunto de crenças e o sujeito disponha de tempo infinito, isso não viabiliza ser possível ter disponível uma cadeia inferencial infinita de razões não repetidas justificadoras de  $p$ . Em resumo, é possível ter infinitas crenças disposicionais sem ser possível estruturá-las numa cadeia inferencial que viabilize a aquisição de crença em grau suficiente para o conhecimento. Por isso, é necessário compreender o que o infinitismo tem a acrescentar acerca da noção correspondente de “razão disposicional” e como podemos entender esse conceito à luz dos princípios PAA e PAC.

### 3.3 RAZÕES DISPONÍVEIS

No artigo de 1999, “*Human Knowledge and the infinite Regress*”, Klein trata das crenças disposicionais como sendo *subjetivamente disponíveis* à justificação do sujeito. Ele apresenta um exemplo; chamaremos *Caso da Tempestade*:

S pode não estar pensando que *agora ele está em Montana em meados do inverno olhando para as nuvens escuras que se juntam*, mas se lhe perguntarem porque é que ele crê que *uma tempestade de neve é imanente*, ele afirmará conscientemente que está em Montana em meados do inverno, olhando para as nuvens escuras que se aglomeram. A questão é que ele *tem* a crença mesmo antes de formar o pensamento consciente.<sup>80</sup> (KLEIN 1999, p. 300, itálico nosso)

Analisando o exemplo, a crença de S de que T: “uma tempestade de neve é iminente”<sup>81</sup> tem como justificação um conjunto de razões disposicionais de S e que se baseiam nas evidências que ele possui até aquele momento. Segundo a teoria, as razões disposicionais estão acessíveis subjetivamente para S na hipótese de ele ser ou não instigado a apresentar suas razões em suporte à crença. A ideia, basicamente, é a de que as razões estão disponíveis a S mesmo que ele não tenha crença ocorrente sobre essas razões; portanto, as evidências garantem-lhe justificação proposicional.

O exemplo de Klein parece atender ao princípio de prevenção da arbitrariedade PAA que delimitamos anteriormente. Note que uma razão conta como disponível para S somente se ela não for adquirida após o desafio, de outro modo, não se poderá afirmar que S tem razões disponíveis para T em concordância com PAA. Um exemplo semelhante ao do capítulo 2 pode ilustrar essa questão:

*Caso da aranha*: Olívia não tem nenhuma evidência para crer que p: “há uma aranha no armário do quarto”. Mesmo assim, ela forma essa crença no momento em que está se preparando para dormir. Ninguém desafia Olívia a apresentar razões em favor de p. Sua mãe lhe dá um beijo de boa-noite e encosta a porta do quarto.

Olívia não dispõe, até aquele momento, de razões boas caso ela fosse desafiada pela sua mãe (ou por ela mesma) a apresentar justificação para p. Se, depois de um período, Olívia se

---

<sup>80</sup> No original: “S may not now be thinking that she is in Montana in mid-winter looking at dark clouds gathering, but if asked why she believes a snowstorm is immanent, she will consciously affirm that she is in Montana in mid-winter looking at dark clouds gathering. The point is that she has the belief even before she forms the conscious thought.”

<sup>81</sup> O termo ‘imanente’ foi alterado por ‘iminente’; uma pequena correção, mas que visa manter a ideia subjacente ao exemplo cujo sentido é afirmar que uma tempestade de neve está para ocorrer em breve.

levantasse da sua cama e fosse averiguar no armário do quarto se é fato ou não que p, sua base evidencial mudaria, pois mudaria seu conjunto de razões disponíveis em suporte a p. Supondo que a crença de que p fosse verdadeira, e que Olívia olhou no armário após ser instigada pela dúvida a fazê-lo; quando ela constata haver uma aranha no armário, as novas razões de Olívia para crer que p não valem como razão disponível no contexto prévio do desafio das razões, pois, segundo PAA, as crenças disponíveis para justificação de p devem estar aptas para Olívia no momento do desafio. Enquanto ela está na sua cama cismada com a crença de que “há uma aranha no armário do quarto” Olívia não tem razão disponível para p. Esse exemplo serve para ilustrar que Olívia só estaria apta à justificação caso ela tivesse razões disponíveis em favor de p no momento em que sua crença é desafiada.

### 3.3.1 Condição PAA e a experiência

Uma forma de atacar o princípio PAA, no entanto, é partindo da suposição de que a experiência tem papel relevante na justificação; e que o uso das faculdades perceptuais combinado à sofisticação inferencial de sujeitos pensantes é um critério importante para a investigação racional e para a aquisição de conhecimento reflexivo. A ideia é a de que nossas faculdades perceptuais não são totalmente passivas. Posso estar escutando uma música sem voltar minhas atenções ao que o intérprete canta ou ao arranjo dos acordes; no entanto, alguém pode me interpelar: “Você reparou no que a vocalista disse no verso?”, ou “Notou que a música mudou de tom?”; assim, o desafio das razões, no exemplo de Klein, pode demandar de S que ele consulte novas evidências a fim de garantir sua justificação para crer que “uma tempestade de neve é iminente” é provavelmente verdadeira - por exemplo: S talvez pudesse acrescentar elementos do seu estado perceptual (não-doxástico) não previamente considerados no seu campo de visão ao observar as nuvens; ou, então, atentar mais acuradamente para as sensações sobre a direção do vento e das nuvens. Essas impressões forneceriam novas crenças que, por seu turno, poderiam instigar S a realizar diferentes induções sobre a formação de tempestades que antes não eram óbvias; ou, ainda, a executar novas formas de raciocínio abduutivo de razões que servem para orientar e enquadrar as suas observações sobre o clima. Se isso ocorrer, uma hipótese é pensar que S não estará em posse de todas as razões disposicionais para T quando for desafiado e que a disponibilidade de crenças pode estar condicionada a aspectos não inferenciais da sua experiência. Isso conflita com o princípio PAA que estabelece como condição necessária que o sujeito epistêmico detenha o conjunto disponível de crenças encadeadas justificando T no momento do desafio das razões.

O resultado negativo da suposição acerca da possibilidade da experiência em prover o sujeito racional de novas crenças disposicionais é a de que isso culminaria na equiparação entre o *Caso da Tempestade*, em que a crença do agente é justificada, com o *Caso da Aranha*, em que a crença de Olívia é injustificada. Embora haja plausibilidade na ideia de que a experiência conta como relevante quando concebemos contextos de desafio cético, defender o infinitismo implica defender que o conjunto de crenças disposicionais do sujeito não sofram alterações.<sup>82</sup> Nesse sentido, ao que tudo indica, o infinitismo necessita comprometer-se com a tese PAA.

Retornemos ao *Caso da Tempestade*. Suponhamos que S esteja justificado *prima facie* a crer que T: “uma tempestade de neve é iminente”. Sua justificação é obtida por crenças que S está dispondo, até aquele momento, antes de ser desafiado; esses estados, em parte, constituem o suporte evidencial para T.<sup>83 84</sup> Suponhamos que a série de crenças disposicionais é potencialmente infinita e não repetida, conforme PAA e PAC. Suponhamos, também, que a cada momento ( $t_1, t_2, t_3, \dots, t_n$ ) onde a crença de S é desafiada, S percorre razões para T e S dispõe de tempo infinito para isso ( $n = \infty$ ). A cada tentativa de responder ao cético; e mesmo antes de sofrer o ataque cético, PAA não irá permitir alterações no suporte das razões disponíveis de S. Disso se segue que todas as razões estão disponíveis para S em  $t_1$  sejam as mesmas que estão disponíveis para S em  $t_2$  e, assim, sucessivamente. PAA, por outro lado, viabiliza que o sujeito realize manobras na ordem das razões disponíveis para estruturar a cadeia inferencial; é permitido, por exemplo, que S altere a ordem das razões na cadeia a depender do contexto de desafio na disputa, desde que S atenha-se aos princípios PAA e PAC. Assim, p pode ser justificadora de q, para S, num determinado contexto e q pode ser justificadora de p noutro contexto independente. De modo análogo, uma cadeia do tipo  $\{q, r_n, \dots, r_\infty\}$  pode justificar p (em t), para S, num contexto, enquanto  $\{p, r_n, \dots, r_\infty\}$  pode justificar q (em t) noutro. Klein sugere esse tipo de estruturação das cadeias inferenciais no artigo de 2007. Assim ele afirma:

[...] Certamente pode ser o caso de que em alguma ocasião eu esteja agindo de maneira epistemicamente responsável se eu apresentar como minhas razões para pensar que Jones possui um Ford razões que incluem Jones possuir um automóvel. E, em outras ocasiões, posso dar a Jones possuir um Ford como razão para pensar que Jones possui um automóvel. O que não posso fazer é discutir em círculo em uma e mesma ocasião.

<sup>82</sup> Como forma de compensação, o infinitista poderia afirmar que esses casos de conhecimento não são casos de conhecimento do tipo platônico e que exigem mais reflexão e interesse, mas, sim, casos de conhecimento *servo-mecânico* como definiu Sosa (1991).

<sup>83</sup> A justificação *prima facie* é um tipo de justificação que apoia uma crença na suposição de que não há contraevidência capaz de derrotar essa crença.

<sup>84</sup> Consideramos aqui a noção de *base evidencial*, *suporte evidencial* e *condição evidencial* como termos sinônimos.

Qual proposição é “epistemicamente anterior” depende de qual é a questão. Para generalizar, existem alguns pares de proposições tais que posso oferecer x como uma razão para y quando y está sendo questionado e posso oferecer y como uma razão para x quando x está sendo questionado<sup>85</sup> (KLEIN, 2007a, p. 9).

Logo, a resposta ao problema de Agripa pelo infinitista prescinde, ao que parece, da aceitação de que as razões disposicionais sejam estanques desde o primeiro desafio das razões; porém, elas podem assumir diferentes trajetórias a depender de como a prioridade das razões estará configurada no início da disputa. O principal impeditivo para o infinitismo é que as razões se apoiem mutuamente, como sugerem os coerentistas.<sup>86</sup>

### 3.3.2 Princípio PAA alternativo

Um princípio sobre o que conta como razão disposicional para a justificação, poderia ser neutro a práticas epistêmicas que possibilitem alguma mudança na situação evidencial do agente via experiência durante o curso da disputa (contra PAA). Considerando esse tópico, especificamente, um princípio mais liberal que PAA seria composto dessa outra maneira:

*Princípio da razão disposicional questionada (PAA\*):* Para qualquer sujeito S e uma proposição qualquer p: se p é justificado para S (em  $t_1$ ), então existe alguma razão, R1, disponível para S (em  $t_1$ ); e há alguma razão, R2, disponível a S (em  $t_2$ ) para R1 quando a crença de S em R1 é desafiada (em  $t_2$ ) e, assim, sucessivamente; e não há uma razão última  $R_i$  na cadeia.

Este princípio responde ao desafio cético porque sempre haverá uma razão para o momento da disputa. Além disso, o princípio captura a ideia de que contextos de desafio de razões são assíncronos, pois nossa experiência perceptual pode acomodar novas cadeias de crenças disposicionais em vista do progresso de S. Podemos concentrar nossas atenções para o nosso sistema perceptual para obter informações sobre a letra da música que escutamos, as

---

<sup>85</sup> No original: “*But we have to be careful here not to throw the baby out with the bath water. It certainly can be the case that on some occasion I am acting in an epistemically responsible way if I give as my reasons for thinking that Jones owns a Ford reasons which include Jones owns an automobile. And on other occasions I can give Jones owns a Ford as my reason for thinking that Jones owns an automobile. What I cannot do is argue in a circle on one and the same occasion. Which proposition is “epistemically prior” depends upon what is the issue at hand. To generalize, there are some pairs of propositions such that I can offer x as a reason for y when y is being questioned and I can offer y as a reason for x when x is being questioned.*”

<sup>86</sup> A mesma abordagem é tratada por Klein no compêndio de epistemologia (2013, p., 279).

nuvens que se formam e os vestígios deixado pelo assassino na cena do crime. A cada desacordo, nossos sentidos são reorientados e, concomitantemente, surgem novas razões para corroborar a posição epistêmica do sujeito. Assim, PAA\* não exclui a possibilidade de que o agente racional adquira novas razões disposicionais via experiência no seu processo investigativo. O que PAA\* assinala é o que importa ao desafio cético: que a razão esteja disponível no momento em que a proposição em questão for desafiada para cada momento  $t_i$ . PAA\* abre margem a uma nova forma de infinitismo impuro, pois tenta satisfazer a suposição de que nossa experiência tem, também, papel ativo na disputa cética. Todos os casos em que o sujeito não tiver todas as informações para a disputa das razões, a única forma de obter as razões será via a experiência. Observemos as diferenças entre infinitismo puro e impuro.

### 3.4 PURISMO E IMPURISMO

Se por hipótese o infinitista conceder que percepção e outros estados mentais têm papel na justificação, isso permite que as razões disponham de crenças não inferencialmente justificadas, resultando numa posição de infinitismo diferente da posição de Klein. Conforme Aikin (2010), uma concepção *impura* de infinitismo baseia-se na ideia de que conjunto infinito de razões não são a única fonte de justificação. Afirmar que uma teoria ou tese é *impura* no contexto das teorias filosóficas significa admitir que alguns componentes de outras teorias possam estar ligados ao escopo teórico que está sendo defendido. Se abrimos precedente para que a experiência perceptual tenha papel significativo na formação da cadeia inferencial, isso irá conflitar com a concepção purista de infinitismo de Klein que afirma que somente crenças (estruturadas em uma cadeia inferencial infinita e não repetida) determinam quais serão os justificadores. Assim, podemos distinguir duas formas de resposta ao cético via infinitismo:

*Infinitismo puro:* Somente um conjunto infinito de razões são fonte de justificação proposicional.

*Infinitismo impuro:* Não somente um conjunto infinito de razões são fonte de justificação proposicional.<sup>87</sup>

#### 3.4.1 Impurismo e Fundacionismo

---

<sup>87</sup> Uma tradução literal de Aikin (2010) foi evitada aqui para enfatizar a quantificação.

Embora o infinitismo impuro seja viabilizado por PAA\* como resposta ao cético, simultaneamente, isso aproxima-nos da tese fundacionista de que algumas crenças têm justificação não inferencial.<sup>88</sup> O problema da aceitação do impurismo na teoria infinitista da justificação epistêmica é o conflito com a principal suposição do problema do regresso, a saber, de que é sempre preferível possuir uma razão para uma crença do que não possuir razão alguma. Ou seja, se você não possui uma razão para crer numa proposição, a atitude doxástica racional é a de suspensão de juízo. Em algumas passagens, no entanto, Klein parece sugerir uma concepção mais liberal de disponibilidade das razões que se aproximaria de PAA\*. O exemplo que ilustra esse ponto é sobre a justificação para a crença de que “A capital de Montana é Helena”:

Por exemplo, suponha que as práticas epistêmicas de S sejam tais que S verificaria as listagens de capitais do estado no World Almanac se fosse necessário para satisfazer os parâmetros determinados contextualmente. Suponha, ainda, que uma fonte autorizada liste Helena como a capital do estado de Montana. Essa visão liberal de disponibilidade conta com a proposição de que o Almanaque é uma fonte confiável e lista Helena como a capital do estado como disponível para S. [...] O ponto crucial aqui é que nada parece impedir uma mente finita de ter um conjunto infinito de proposições disponíveis.<sup>89</sup> (KLEIN, 2007a, p. 13)

Seguindo o exemplo, a conferência do almanaque com a listagem das capitais corrobora a visão ilustrada em PAA\*, pois uma ou mais razões podem não estar disponíveis a S antes de observar o World Almanac. O perigo com essa concepção liberal é, novamente, o de afirmar que Olívia tem justificação proposicional para crer que há uma aranha no quarto no *Caso da Aranha*.<sup>90</sup>

### 3.4.2 Arbitrariedade e suspensão de juízo

<sup>88</sup> A ideia de pureza e impureza diz respeito à fonte ou estrutura formal da justificação. Por exemplo, um fundacionismo dito ‘puro’ é aquele cuja crença básica é a fonte de toda e qualquer justificação inferencial. Em contrapartida, um coerentista puro afirmará que a coerência do conjunto de crenças do sujeito racional será a única fonte de justificação (Cf. AIKIN, 2010). O *funderentismo* de Susan Haak é outra abordagem impura do trilema, na qual ela tenta reconciliar fundacionalismo e coerentismo. Mais detalhes, ver HAAK (1993).

<sup>89</sup> No original: “For example, suppose S’s epistemic practices are such that S would check the state capital listings in the World Almanac were it required in order to satisfy the contextually determined parameters. Suppose further that such an authoritative source lists Helena as the state capital of Montana. This liberal view of availability would count the proposition the Almanac is a reliable source and it lists Helena as the state capital as available to S. Perhaps the armchair requirement is appropriate for a priori knowledge and the liberal view is required for a posteriori knowledge. The crucial point here is that nothing seems to prevent a finite mind from having an endless set of propositions available.”

<sup>90</sup> Por uma questão de espaço e foco, este trabalho não tentará construir uma objeção a Klein; no entanto, vale a pena notar que o conceito de *razão disponível* de Klein é um tanto ambíguo, pois parece incorporar uma posição impura.

Um aspecto relevante sobre o purismo infinitista está relacionado às atitudes doxásticas (crer, descreer e suspensão de juízo); uma vez que elas destoam de outras atitudes proposicionais, tais como as atitudes morais e prudenciais. Vejamos um exemplo de atitude moral. Suponhamos que o corpo clínico de um hospital tenha poucos respiradores nos leitos de tratamento intensivo e que precise optar por salvar a vida ou de um paciente A, ou de outro paciente B; ambos atendem aos mesmos critérios para o procedimento e a opção entre salvar um dos pacientes, além de arbitrária, culminará na fatalidade do outro; nesse caso, a atitude moralmente correta será salvar um dos pacientes (a despeito da morte do outro) e não deixar que ambos morram. Não agir de forma arbitrária, nesse caso, seria moralmente inaceitável. Diferentemente, no caso das atitudes doxásticas, a norma epistêmica é a de que não deveríamos crer numa proposição arbitrária. O purismo infinitista visa proteger a norma epistêmica de que conhecimento é matéria de possuir razões para aquilo em que acreditamos e que, portanto, deveríamos evitar a arbitrariedade a todo custo. A consequência que se segue de uma tese anti-arbitrária como a PAA é a de que apenas as crenças (razões) justificam crenças, e as crenças disposicionais apoiadas na percepção só contam como razões quando adquiridas previamente ao contexto de disputa.

### 3.4.3 Purismo Infinitista

A fonte padrão da concepção de que os únicos justificadores são crenças tem origem no coerentismo proposto por Davidson, cuja afirmação central é a de que “[t]alvez o melhor que possamos fazer para justificar uma crença seja apelar para outras crenças.”<sup>91</sup>(DAVIDSON, 1986, p. 309). As ‘outras crenças’, as razões, são as condições necessárias para justificação. Em outra passagem, ele afirma:

[O] que distingue uma teoria da coerência [da teoria fundacionista] é simplesmente a afirmação de que nada pode contar como razão para sustentar uma crença, exceto outra crença. Seu partidário rejeita como ininteligível o pedido de fundamento ou fonte de justificação de outro tipo.<sup>92</sup> (*ibid*, p. 310, acréscimo nosso).

Segundo Davidson, para uma teoria sobre justificadores epistêmicos devemos desconsiderar elementos de outra natureza que não doxástica. Isso significa que não podemos

<sup>91</sup> No original: “*Maybe the best we can do to justify one belief is to appeal to other beliefs.*”

<sup>92</sup> No original: “*What distinguishes a coherence theory is simply the claim that nothing can count as a reason for holding a belief except another belief. Its partisan rejects as unintelligible the request for a ground or source of justification of another ilk.*”

atribuir estatuto justificatório a outros estados mentais, como percepções e memórias, por exemplo, que podem causar nossas crenças. No que diz respeito a atividade de inferir crenças de outras crenças num raciocínio, mesmo que estados mentais não doxásticos causem crenças, isso não implica que esses estados mentais serviriam, em alguma medida, como justificadores de algumas crenças que elas originam, dando início a cadeia de justificação. Uma aproximação da etiologia da crença como sendo determinante à justificação epistêmica e ao conhecimento é uma reflexão comum na tradição fundacionista. O confiabilismo, por exemplo, afirma que o que é determinante para uma crença ser caso de crença justificada se deve ao fato de que esta é causada por um processo confiável de formação de crenças (cf. GOLDMAN, 2008); ou, se considerarmos uma epistemologia das virtudes, o uso competente das faculdades cognitivas do sujeito epistêmico é o que tornaria a crença numa proposição verdadeira justificada (cf. SOSA, 1991).

#### **3.4.4 Purismo e o princípio PAA\***

A tendência de que somente crença opere como justificador epistêmico é uma consequência teórica da perspectiva infinitista purista de Klein e da perspectiva defendida nesse trabalho. O purismo deverá defender o princípio PAA, pois nenhuma experiência posterior poderá contar como relevante à base evidencial do agente racional – estar justificado consiste em dispor de todas as crenças justificadoras para a crença desafiada. Em paralelo a isso, o problema de se supor que estados perceptuais atuariam em conjunto com as inferências do sujeito, afirmaria Klein, é que isso compromete-nos com a ideia de que a justificação possa ter fonte não inferencial e, se isso foi o caso, o próprio princípio alternativo PAA\* ficaria ameaçado, pois, conforme nossa análise do princípio, essas fontes não inferenciais não poderão representar uma *parada no regresso*, elas apenas poderão alterar o conjunto de crenças disposicionais para o sujeito nos diferentes momentos de desafio ( $t_1, t_2, \dots, t_n, ad\ infinitum$ ). A única forma de compatibilizar PAA\* com o infinitismo é defendendo a tese de que a justificação pode estar associada à experiência somente combinada com uma cadeia infinita de razões. No entanto, como seria possível compatibilizar essas duas condições conjuntamente?

#### **3.4.5 Impurismo infinitista**

Argumentamos que o problema do regresso estabelece restrições a um tipo de infinitismo impuro, ou seja, um infinitismo que afirma que um conjunto infinito de crenças disposicionais não são a única fonte de justificação. Por que essa posição pareceria relevante? Primeiro, como constatamos no *desafio cético global radical*, o conhecimento sobre as proposições obtidas por meio da percepção imediata é um ponto crítico no debate cético. Em segundo lugar, esse ponto de vista sugere que a percepção é importante não apenas para a formação de crenças, mas também para a formação da cadeia inferencial. Voltemos ao exemplo da tempestade para articular como a ideia do impurismo pode ser entendida.

Duas razões, segundo Klein, estão disponíveis para S caso ele fosse desafiado a justificar que T “uma tempestade de neve é iminente”: p “são meados de inverno em Montana”, q “S vê as nuvens escuras que se juntam”. O exemplo sugere que ambas as crenças disposicionais são os justificadores de T; assim a conjunção p e q é que justificam T para S. Suponhamos que um desafiador questione q – “Qual razão você tem para crer que q é verdadeira?” Assim, segundo os princípios PAA e PAC, deverá haver uma razão para q disponível em suporte a q e não repetida para S. Se a experiência de S ao ver as nuvens conta como fonte para justificação de S, então há o problema de compreender que espécie de proposições estruturariam a cadeia, pois parece que a razão q não carece de mais razões para ser uma justificadora legítima de T junto à p. Talvez S conseguiria apresentar razões para q do tipo n, “S crê ver as nuvens escuras à sua frente” e que m, “A experiência perceptual de S sobre q é, no mais das vezes, confiável”; e essas são razões para a crença de S de que q. Para ter mais claro o argumento:

- n) "S crê ver as nuvens escuras à sua frente";
- m) “A experiência perceptual de S sobre q é, no mais das vezes, confiável”;
- q) Logo “S vê as nuvens escuras que se juntam”.

Contudo, o cético poderia desafiar o sujeito a responder por que m e n consistiriam nos verdadeiros justificadores de q - ou seja, como m e n probabilizariam a verdade de q. Ao infinitista impuro, nesse caso, restaria afirmar que as demandas para a justificação não recaem sobre razões formadas segundo um método confiável de formação de crenças; para essa forma de resolução, um externismo fundacionista seria compatibilizado ao infinitismo à medida que esta adequação constituiria uma concepção de suporte evidencial compatível à tese de que a experiência tem papel imprescindível à justificação.<sup>93</sup> Porém, o obstáculo fundacionista recai

---

<sup>93</sup> Em boa medida, essa posição não parece estar distante da estratégia argumentativa de Klein de reaproximação do fundacionismo, tal como ele apresenta no capítulo 6 do livro *Ad Infinitum* (2014),

sobre o infinitista, pois caberá a ele responder: como as crenças justificadas não inferencialmente podem elevar-se ao nível do conhecimento do tipo inferencial?

Uma segunda alternativa ao infinitista impuro, seria construir uma cadeia infinita partindo da confiabilidade de crenças sobre crenças obtidas via percepção. Assim, a explicação inferencial para a premissa *n* dependerá da confiabilidade da introspecção racional do sujeito:<sup>94</sup>

i) S crê que crê ver nuvens escuras a sua frente;

ii) A introspecção racional de S sobre as crenças que ele forma com base em outras crenças é, na maior parte, confiável; assim, se S acredita que crê ver nuvens escuras à frente, S crê ver nuvens escuras a sua frente.

iii) A introspecção racional de S sobre as crenças que ele forma com base em outras crenças é, na maior parte, confiável.

iv) Logo, S crê ver nuvens a sua frente.

No exemplo acima, S utiliza a crença na crença de *p* para inferir a crença de que *p* é confiável. O regresso pode seguir caso o cético ataque a premissa *i* e, assim, sucessivamente, ascendendo a níveis de crença maiores. No entanto, esse tipo de regresso pode ser interpretado como circular, pois nada de epistemicamente relevante para a justificação estará sendo acrescentado à cadeia de justificadores de S. Em outras palavras, a justificação não emerge assim facilmente, pois o elenco de razões nas premissas meramente justapõe as razões sem resultar em incremento.

### 3.4.6 Transação epistêmica

Outra maneira de aprofundarmos nossa compreensão sobre como operam as razões disposicionais na concepção infinitista de justificação é analisando outro exemplo de Klein, em que ele aproxima a noção de razão disposicional com a do dinheiro disponível numa conta bancária. Conforme Klein (2007a) crenças podem operar tal como o dinheiro é operado em transações bancárias. De acordo com essa relação, crenças (ou proposições) são disposicionais quando o dinheiro depositado está disponível para o sujeito. O dinheiro está lá mesmo que o

---

intitulado: *Reasons, Reasoning, and Knowledge: A Proposed Rapprochement between Infinitism and Foundationalism*.

<sup>94</sup> A introspecção racional é o uso do raciocínio para examinar as próprias crenças e estados mentais. O objetivo aqui é simplesmente demonstrar como esse exame racional pode resultar em uma regressão sem mergulhar em uma teoria específica e sistemática sobre essa faculdade.

cliente do banco não saiba ou se utilize do seu *smartphone*, por exemplo, para efetivar operações financeiras. Assim Klein descreve:

As proposições disponíveis para S são como dinheiro na conta bancária de S que está disponível para S se S tiver alguma maneira legal de retirá-lo, mesmo que S não saiba que o dinheiro está lá ou não tome medidas para retirá-lo.<sup>95</sup> (KLEIN, 2007a, p. 13)

A separação entre justificação proposicional e justificação doxástica fica mais evidente nessa exposição. Justificação proposicional é quando a crença possui uma proposição que a justifica e a crença está disponível ao sujeito. Nesse sentido, *estar justificado* difere, por exemplo, de *estar imunizado*. Por um lado, estar imunizado implica que S passe por um *processo de imunização* (por exemplo, que S tome uma dose de vacina, e que esta desencadeie, após um período, a resposta imunológica para combater organismos causadores de doenças); estar justificado, por outro lado, implica estar em condições de prestar argumentos em prol da crença quando solicitado a fazê-lo. Assim, posso ter um valor disponível em minha conta-corrente, mas não efetivar uma transação. Justificação doxástica é quando a transação é efetivada, o sujeito debita as razões que estão disponíveis e realiza o pagamento compulsório àquele que desafia suas crenças. A metáfora do banco salienta que justificação doxástica será sempre condicional; ou seja, o sujeito estará justificado doxasticamente enquanto for solicitado a realizar as transações epistêmicas requeridas. Mas será que o conjunto de crenças disposicionais é irrestrito aos sujeitos? Utilizando a metáfora do banco, será que um valor astronômico, com uma série infindável de algarismos, digno de um oligarca famoso, pode estar disponível para um sujeito?

### 3.4.7 Crença disposicional complexa

Existem estruturas proposicionais que, apesar de serem inferências válidas de outras crenças (ocorrentes ou disposicionais), não parecem culminar em estruturas acessíveis ao sujeito. Michael Huemer explora esse obstáculo:

Se houvesse infinitas estruturas proposicionais que alguém pudesse entender, então poderia ter infinitas proposições consideradas. Por exemplo, dada a compreensão de alguma proposição, A, e uma compreensão da sua negação, talvez se esteja em posição de compreender as proposições A,  $\sim A$ ,  $\sim\sim A$ , e assim por diante. Novamente, isso não

---

<sup>95</sup> No original: “Available propositions to S are like money in S’s bank account that is available to S if S has some legal way of withdrawing it even if S is unaware that the money is there or takes no steps to withdraw it.”

é plausível. Não há maneira aparente de multiplicar estruturas proposicionais sem fim sem recorrer a estruturas cada vez mais complexas<sup>96</sup> (HUEMER, 2019, p.182)

A ideia ocasionada nesta passagem é que uma crença disposicional poderia ser uma proposição com uma complexidade tão alta que a mente humana teria dificuldade em anexá-la a uma estrutura de justificação.<sup>97</sup> A crença em grandezas numéricas muito extensas sugere o mesmo tipo de obstáculo. Mesmo que eu creia que 2 é um número maior que 1, 3 é um número maior que 1, e assim por diante; haverá números naturais na série em que estaríamos incapacitados de conceber em nossa mente. Isso não vale apenas para números; pensemos, por exemplo, na codificação da sequência do DNA. É impossível uma mente finita acumular numa proposição com um código genético de um cromossomo. Isso parece impor limitações ao conjunto de crenças disposicionais que sujeitos limitados podem acrescentar como justificadores.

De todo modo, poderíamos conceder que mesmo em casos de complexidade proposicional é sempre possível ao sujeito adquirir uma nova razão para sua crença. Usualmente acreditamos haver níveis de conhecimento mais ou menos complexos. A especialização do conhecimento inclui ter mais razões e razões por vezes complexas. Tal como o conhecimento, a justificação é igualmente sujeita a aprimoramento. Números longos e proposições podem ser abreviados e novos conceitos podem ser desenvolvidos para acomodar razões específicas à medida que o sujeito progride na cadeia de justificação.<sup>98</sup> Ainda assim, a objeção sobre crenças disposicionais complexas também salienta que existem proposições que nunca serão compreensíveis para um ser humano (naturalmente, sem intervenção divina). Para esse conjunto de proposições que nós nunca compreenderemos, parece que pouco importa a complexidade de proposições que não nos são acessíveis, como também parece pouco importar que possamos abreviar proposições, formular novos conceitos, etc. Muita coisa irá exceder a compreensão humana. Não há desafio para proposições incompreensíveis: o cético simplesmente não entenderá a resposta! É condição necessária que a pergunta e as razões disponíveis façam sentido ao sujeito enquanto houver desafio.<sup>99</sup>

---

<sup>96</sup> No original: “*If there were infinitely many propositional structures that one could grasp, then one could have infinitely many entertainable propositions. For instance, given a grasp of some proposition, A, and an understanding of negation, perhaps one is in a position to understand the propositions A, ~A, ~~A, and so on. Again, this is not plausible. There is no apparent way of multiplying propositional structures without end without resorting to ever more complex structures.*”

<sup>97</sup> Uma objeção semelhante é apresentada por Robert Audi (1993, p. 127 - 128).

<sup>98</sup> Por exemplo, na matemática, expressões funcionais como logaritmos podem servir para abreviar termos numéricos muito extensos.

<sup>99</sup> Agradeço por essa observação ao professor Claudio de Almeida.

### 3.5 INDETERMINAÇÃO DAS RAZÕES

“Quantas razões estão disponíveis para um sujeito estar justificado a crer numa proposição?” Uma hipótese é a de que não há uma resposta precisa ou acessível e que, por isso, o infinitista defende a necessidade de que o conjunto de razões disponíveis seja infinito. Vejamos como podemos transformar essa pergunta inicial em um paradoxo:

#### 3.5.1 Argumento de Sorites contra o Infinitismo

Para qualquer proposição  $p$ , razão  $R_i$  e um sujeito  $S$ :

“Para  $S$  estar justificado a crer que  $p$  quantas razões estão disponíveis?”

- 1)  $S$  não está justificado a crer que  $p$  quando uma razão  $R_1$  está disponível em suporte a  $p$ .
- 2)  $S$  não está justificado a crer que  $p$  quando uma razão  $R_1$  está disponível em suporte a  $p$  e outra razão  $R_2$  está disponível em suporte a  $R_1$ .
- 3)  $S$  não está justificado a crer que  $p$  quando uma razão  $R_1$  está disponível em suporte a  $p$  e outra razão  $R_2$  está disponível em suporte a  $R_1$ , e outra razão  $R_3$  está disponível em suporte a  $R_2$ .
- 4)  $S$  não está justificado a crer que  $p$  quando uma razão  $R_1$  está disponível em suporte a  $p$  e outra razão  $R_2$  está disponível em suporte a  $R_1$ , e outra razão  $R_3$  está disponível em suporte a  $R_2$ , e outra razão  $R_4$  está disponível em suporte a  $R_3$ .
- 5) Logo, um conjunto de 1000 razões disponíveis numa cadeia inferencial até  $p$  não garante justificação de  $S$  para crença de que  $p$ .

Note que a conclusão do argumento se segue das premissas. Aparentemente, o argumento nos leva a crer não haver um número determinado de razões em prol da justificação de  $p$  por  $S$ . No entanto, como no paradoxo de Sorites, a falta de uma determinação numérica de quantos grãos de trigo constituem um punhado não implica que infinitos grãos de trigo constituem um punhado; em vez disso, implica que o número de razões justificadoras é impreciso sem avaliar o contexto da justificação.<sup>100</sup>

---

<sup>100</sup> Analisaremos essa possibilidade no quarto capítulo.

Poderíamos ir na direção oposta. Note que a conclusão também será duvidosa: a de que uma razão é suficiente para justificação. Suponhamos que 1.000.000 de razões garantem (contra o infinitista) a justificação de  $S$  para crença de que  $p$  quando:

- 1)  $S$  está justificado a crer que  $p$  quando uma razão  $R_{1.000.000}$  está disponível numa cadeia inferencial até  $p$ .
- 2)  $S$  está justificado a crer que  $p$  quando uma razão  $R_{999.999}$  está disponível numa cadeia inferencial até  $p$ .
- 3)  $S$  está justificado a crer que  $p$  quando uma razão  $R_{999.998}$  está disponível numa cadeia inferencial até  $p$ .
- 4)  $S$  está justificado a crer que  $p$  quando uma razão  $R_{999.997}$  está disponível numa cadeia inferencial até  $p$ .
- 5) Logo,  $S$  está justificado a crer que  $p$  quando uma razão  $R_1$  está disponível em suporte para  $p$ .

A ausência do limiar específico sobre o número de razões para  $p$  implica que a demarcação da quantidade de razões disponíveis necessárias à justificação será sempre indeterminada. Disso, no entanto, não se segue que a cadeia inferencial deverá ser infinita, mas, sim, que a resposta correta à questão sobre quantas razões para  $p$  serão necessárias não se limitará a um número finito particular.

A conclusão que se chega do argumento de Sorites contra o Infinitismo é a de que “justificado” é um predicado indeterminado, assim como os termos “baixo”, ou “calvo”.<sup>101</sup> Klein é categórico sobre como resolver essa imprecisão, pois a cada razão oferecida em favor de uma crença, maior o grau de justificação para a crença em questão.<sup>102</sup> Em resposta ao desafio cético, o número de razões para defender nossas crenças será, ao menos por norma, infinito; no entanto, na prática, a justificação será sempre dependente de um contexto; a completude na justificação se dará em virtude dos padrões contextuais de justificação. Outro fator que torna a noção de justificação determinada com referência à quantidade de razões para a crença está no critério de objetividade das crenças disposicionais.

### 3.5.2 Razões objetivamente disposicionais.

---

<sup>101</sup> Alguns autores podem considerar o termo justificação como vago. Mais detalhes sobre a atribuição de vagueza a certos predicados, ver Williamson (1996).

<sup>102</sup> Partindo do pressuposto de que o grau de justificação de  $p$  dado  $q$  e  $r$  será maior que o grau de justificação de  $p$  dado  $q$  e, assim, sucessivamente posto que as razões adjudicadas em prol de  $p$  são sempre boas razões.

Até agora, as crenças disposicionais foram abordadas de um ponto de vista subjetivo - com base na motivação do sujeito para a formação da crença. Vimos que Klein faz uma distinção entre justificação doxástica e proposicional. Justificação doxástica é “parasitária” da justificação proposicional (cf. KLEIN, 2007a). Nesse sentido, uma proposição *p* está proposicionalmente justificada para um sujeito *S* se há uma base epistemicamente adequada para *p* disponível para *S*, independente se *S* crê ou não em *p*.<sup>103</sup> A base adequada é o conjunto infinito de razões disposicionais que *S* possui em favor de *p*. Justificação doxástica de *p* consiste na justificação proposicional de *p* para *S* somada à formação da crença em *p* com base nas proposições que justificam *p*.

Uma segunda divisão é conduzida a respeito do que conta como disponibilidade. Klein (1999, p. 299) afirma: “Há duas condições que devem ser satisfeitas para que uma razão esteja disponível para *S*. Tem de estar disponível tanto “objetivamente” como “subjetivamente.” A *disponibilidade objetiva* de razões para *p* - no caso do infinitismo, uma cadeia inferencial infinita - determinará a justificação proposicional. A disponibilidade subjetiva, por seu turno, será a condição para *S* ter justificação doxástica.<sup>104</sup> Mas o que significa afirmar que uma crença possui razões disponíveis *objetivamente*? Klein propõe uma lista de teorias:

Há muitos relatos de disponibilidade objetiva. Cada uma especifica alguma propriedade normativa ou não normativa ou, talvez, uma propriedade mista que seja suficiente para converter uma crença em uma razão. Por exemplo, pode-se dizer que uma crença, *r*, está objetivamente disponível para *S* como uma razão para *p* se (1) *r* tiver alguma probabilidade suficientemente alta e a probabilidade condicional de *p* dado *r* for suficientemente alta; ou (2) um observador imparcial e informado aceitaria *r* como razão para *p*; ou (3) *r* seria aceito a longo prazo por um conjunto de pessoas adequadamente definido; ou (4) *r* é evidente para *S* e *r* torna *p* evidente para *S*; ou (5) *r* está de acordo com os compromissos epistêmicos mais profundos de *S*; ou (6) *r* atende aos pressupostos de conversação apropriados; ou (7) uma pessoa intelectualmente virtuosa apresentaria *r* como razão para *p*. O infinitismo, por si só, é compatível com cada uma dessas representações de razões objetivamente disponíveis<sup>105</sup> (KLEIN 1999, p. 299).

<sup>103</sup> A base epistemicamente adequada varia conforme a teoria – para o infinitista a base epistemicamente adequada consiste num conjunto de proposições formando uma cadeia infinita de razões em suporte de *p* (cf. KLEIN 2007b).

<sup>104</sup> Klein constrói a distinção entre razão objetiva e subjetiva em Klein (1999, p. 299; 2003, p. 722).

<sup>105</sup> No original: “*There are many accounts of objective availability. Each specifies either some normative or non-normative property or, perhaps, a mixed property that is sufficient to convert a belief into a reason. For example, one could say that a belief, r, is objectively available to S as a reason for p if (1) r has some sufficiently high probability and the conditional probability of p given r is sufficiently high; or (2) an impartial, informed observer would accept r as a reason for p; or (3) r would be accepted in the long run by an appropriately defined set of people; or (4) r is evident for S and r makes p evident for S; or (5) r accords with S’s deepest epistemic commitments; or (6) r meets the appropriate conversational presuppositions; or (7) an intellectually virtuous person would advance r as a reason for p. Infinitism, per se, is compatible with each of these depictions of objectively available reasons.*”

Segundo Klein, a disponibilidade subjetiva é determinada por razões disponíveis, sendo objetivamente descritas nesse conjunto de opções. Assim, não há indeterminação quanto ao número de razões disponíveis, uma vez que a disponibilidade subjetiva é determinada pela disponibilidade objetiva.

Um problema nessa forma de abordagem é considerar a noção de *disponibilidade objetiva* como uma parte da análise do *conceito de justificação*, pois, como observamos no primeiro capítulo, justificação é uma propriedade de uma crença ou proposição relativamente ao sujeito - disso se segue que a noção de *disponibilidade objetiva* não tem relevância para discussão sobre a determinação da cadeia inferencial, assim como para a qualquer discussão a respeito da justificação.<sup>106</sup> A hipótese é a de que a deturpação conceitual que Klein promove ao sugerir uma divisão objetiva e subjetiva da disponibilidade seja consequência das demandas que sua formulação de infinitismo convoca para efetivação de sua teoria. O argumento que pode estar implícito nessa tentativa sugere que a resposta ao ceticismo é dependente da definição da justificação epistêmica:

Premissa 1: Se uma teoria epistemológica é correta, então esta deve responder ao cético e oferecer uma definição de justificação epistêmica.

Premissa 2: O infinitismo é uma teoria correta da epistemologia.

Logo: O infinitismo responde ao cético e oferece uma definição de justificação epistêmica.

A ideia é que a incapacidade de verificar um dos conjuntos implica na falsidade da conjunção e, assim, invalida o infinitismo como uma teoria epistemológica correta - pelo menos em termos da teoria da estrutura da cadeia inferencial para o conhecimento inferencial.

### 3.6 MENTE INFINITA PARA O FUNDACIONISMO

Na epistemologia contemporânea, diversos teóricos concedem à tese de que sujeitos finitos estão intitulados a ter crenças infinitas disposicionais.<sup>107</sup> A divergência do

---

<sup>106</sup> Fumerton constrói uma crítica semelhante no capítulo sobre o infinitismo no livro *Ad Infinitum* (FUMERTON, 2014, p. 299).

<sup>107</sup> Para citar alguns destes epistemólogos, ver, por exemplo, Audi (2010); Pollock e Cruz (1999), Harman (1986).

fundacionismo e do coerentismo com o infinitismo de Klein é a de que crenças infinitas possam servir de justificadoras num regresso justificatório infinito. Todavia, fundacionistas acatam alguns tipos de infinitismo quando estes são aptos a retroceder a uma proposição hipoteticamente básica.

Segundo Fumerton (1995), por exemplo, os problemas de se defender o infinitismo é de que essas séries infinitas contendo razões disposicionais poderiam retroagir a uma crença básica como sendo uma *proposição geral*. Nesse caso, o fundacionismo resolveria o problema da mente finita, pois o sujeito não necessitaria percorrer toda a série de razões. Sobre a indução, Fumerton (*ibid.*, p. 59) utiliza o exemplo do princípio que afirma que “todos os metais dilatam com o calor”, logo isso justifica a crença que: “se O é metal, então O dilata com o calor”, “se B é metal, então B dilata com o calor”, “se C é metal, então C dilata com o calor” e, assim, consecutivamente. Se a proposição geral é a crença básica, não há nenhuma impossibilidade de haver um número infinito de crenças entre a básica e a não básica para termos uma estrutura fundacionista.<sup>108</sup> Em suma, uma série ser infinita de crenças disposicionais não exclui modelos fundacionistas de justificação epistêmica.

Matthias Steup no capítulo “Benign Infinity” (STEUP, 2019) apresenta um exemplo para sustentar que o fundacionismo é concessivo à possibilidade de haver crenças disposicionais num regresso justificatório infinito. Seguem o exemplo e as conclusões:

Considere a seguinte equação:  $1 + 2 + 3 + \dots + n = \frac{n^2}{2} + \frac{n}{2}$

Sua verdade não é óbvia. Agora considere o seguinte quadrado grande em que cada número natural é representado com um pequeno quadrado. Isso ilustra a equação acima para  $n = 4$ .

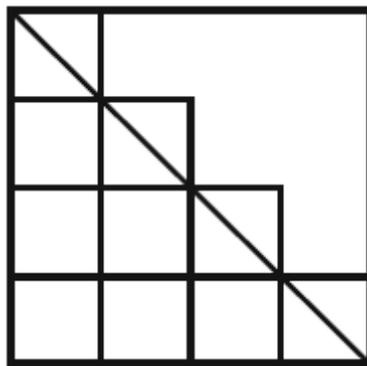


fig. 1

Se olharmos para o quadrado, veremos que os quadradinhos que representam os números naturais do lado esquerdo da equação formam a metade do quadrado grande mais  $n/2$  quadradinhos, neste caso metade de quatro quadradinhos. À medida que se compreende isso, intui-se que a equação funciona para qualquer valor de  $n$  onde  $n$  é um número natural. Um insistente cético pode sugerir desenhar um quadrado para  $n$

<sup>108</sup> O mesmo entendimento é apresentado por Turri (2009).

= 5 para ver se obtemos o mesmo resultado, e depois um quadrado para  $n = 6$ , só para ter certeza, e assim por diante [*ad infinitum*]. Obviamente, nada será realizado ao continuar. Seguem-se duas conclusões. Primeiro, a intuição inicial desencadeada pela apreensão do diagrama é suficiente para entender por que a equação é verdadeira. Considerar quadrados adicionais é inútil. Não aprofundará nossa compreensão. Segundo, como a equação é verdadeira para qualquer  $n$ , ela tem um número infinito de instâncias. Tal infinito é benigno.” (STEUP, p. 254, acréscimo nosso)<sup>109</sup>

Se houver um conjunto infinito de razões entre o princípio de que "todos os metais se expandem com o calor" e suas instâncias particulares, e isso valerá da mesma forma para o caso da equação apresentada e os valores infinitos de  $n$ , então uma crença geral fundamental garantirá justificação às infinitas instâncias particulares. Se Fumerton e Steup estiverem corretos, não há razão convincente para preferir o infinitismo ao fundacionismo, mesmo se admitirmos que seres limitados podem obter cadeias infinitas de justificação com base em crenças disposicionais infinitas. Uma forma de atacar a concepção de *justificação doxástica* do infinitismo de Klein é a de que os exemplos apresentados acima mostram que percorrer a cadeia inferencial disponível nem sempre ocasiona no aumento do grau de justificação da crença.

Duas observações podem ser elaboradas contra as abordagens de Fumerton e Steup, respectivamente. Primeiramente, o problema de considerar proposições gerais tais como “todos os metais dilatam com o calor” como exemplos de crenças básicas é afirmar simplesmente que elas seriam imunes ao ataque cético. Crenças gerais não são imunes; na verdade, muitas afirmações gerais produzidas pelas ciências empíricas são frequentemente contestadas.<sup>110</sup> A segunda observação é que ao afirmar que a justificação é desencadeada por uma intuição que justifica a crença em instâncias específicas (representadas, no exemplo de Steup, por valores infinitos de  $n$ ), o fundacionista será forçado a explicar como tal intuição desempenha papel definidor do conceito de crença básica; e como as intuições distinguem entre crenças básicas e

---

<sup>109</sup> No original: “If one looks at the square, one sees that the little squares representing the natural numbers on the left side of the equation make up one half of the large square plus  $n/2$  little squares, in this case one half of four little squares. As one comprehends this, one intuits that the equation works for any value of  $n$  where  $n$  is a natural number. A nagging doubter might suggest drawing a square for  $n = 5$  to see whether we get the same result, and then a square for  $n = 6$ , just to make sure, and so forth. Obviously, nothing will be accomplished by carrying on. Two conclusions follow. First, the initial intuition triggered by apprehending the diagram is sufficient for understanding why the equation is true. Considering additional squares is pointless. It will not deepen our understanding. Second, since the equation is true for any  $n$ , it has an infinite number of instances. Such infinity is benign.”

<sup>110</sup> O fundacionista pode objetar que as crenças básicas dependem da justificação *prima facie* e, uma vez que são justificadas quando não há anuladores (em  $t$ ), a constatação de que as proposições gerais das ciências empíricas são desafiáveis seria irrelevante. Agradeço ao professor Dr. Carlos Sartori por essa observação. Em qualquer caso, o infinitista pode responder argumentando que o fato de que o contexto de justificação doxástica foi satisfeito, conferindo assim justificação *prima facie* à proposição geral, isso não garante que esta proposição possua a propriedade fundacional  $F$  o que tornaria seu questionamento ilegítimo.

não básicas.<sup>111</sup> A dificuldade do fundacionista em acomodar essas respostas fortalece o infinitismo na disputa com o cético.

### 3.6.1 Compatibilismo: Fundacionismo e Infinitismo

Afirmamos anteriormente que uma forma de conciliar fundacionismo e infinitismo é por meio de uma teoria *impurista* do infinitismo, que visa adequar a ideia de que a experiência desempenha um papel importante na cadeia inferencial. Turri propõe outra forma distinta de reconciliar o fundacionismo com a necessidade de *razão disposicional infinita* exigida pelo infinitismo puro (cf. 2009; 2014). Esse filósofo defende que o fundacionismo é compatível com uma compreensão de justificação inferencial segundo as intuições sobre a *estrutura aumentativa da justificação* do infinitismo. De fato, Klein não exclui a hipótese de que fundacionismo meta justificatório consiga acatar uma característica essencial da justificação - a de que justificação vem em graus. Klein concede este ponto ao fundacionista, afirmando: “Pelo menos um exemplo foi dado de uma cadeia infinita de razões prontamente disponível, mas ironicamente este é compatível com o fundacionismo, e oferecido por um fundacionista em resposta ao infinitismo”<sup>112</sup>(KLEIN; TURRI 2014, p. 13). A ideia crucial nessa aceitação do fundacionismo é a de que essa teoria não necessita sustentar somente a perspectiva de que justificação é linear e transitória. Ou seja, que a justificação não é a propriedade de uma crença transmitida a outra; mas que a justificação é uma propriedade que *emerge* de um conjunto de razões infinitas e não repetidas.

---

<sup>111</sup> Mais detalhes de como a intuição é tematizada na filosofia, ver Williamson (2018, cap., 5).

<sup>112</sup> No capítulo 5, observaremos mais sistematicamente essa hipótese de compatibilismo entre fundacionismo e infinitismo.

## 4 ‘DILEMA’ DE AGRIPA

Klein afirma frequentemente que justificação doxástica é matéria de graus e que este aumenta conforme o sujeito é requerido a apresentar razões para o que crê; a geração de justificação *ultima facie* é resultado desse fenômeno de incrementação gradual de razões para razões. A tese anticética é a de que, ao aumentar grau de justificação, o sujeito estará capacitado a gerar justificação ao nível de conhecimento. O fato é que algo positivo ocorre quando, em situações dialógicas, oferecemos mais razões ao nosso interlocutor. É possível, contudo, acomodar uma perspectiva *geracionista* da justificação com o finitismo fundacionista? Veremos, a seguir, como Turri oportunizaria uma resposta ao ceticismo com a reformulação do fundacionismo. Nesse capítulo, analisaremos, também, quais seriam os obstáculos a essa via de resposta ao ceticismo.

### 4.1 TRANSFERÊNCIA DA JUSTIFICAÇÃO

Grande parte dos fundacionistas avaliam a realidade epistêmica da justificação segundo a lógica da transferência. De acordo com essa concepção, justificação inferencial é instrumental - uma ferramenta do raciocínio que porta o estatuto epistêmico das razões para a crença desafiada. Na epistemologia contemporânea, a suposição sobre a transmissibilidade é apresentada, por exemplo, por Laurence Bonjour:

Há muitas questões específicas que surgem na tentativa de fornecer uma explicação dos padrões de justificação epistêmica. Mas o mais fundamental é um problema geral que tem a ver com a estrutura geral de justificação do sistema de conhecimento empírico. Uma maneira um tanto simplificada de colocar isso é esta: *é óbvio que a justificação epistêmica pode ser transferida de uma crença ou conjunto de crenças para outra mediante conexões inferenciais*, mas de onde essa justificação vem originalmente?<sup>113</sup> (BONJOUR, 1985, p. 16, itálico nosso)

Segundo a passagem, a viabilidade de obtenção de conhecimento para o fundacionismo consiste em determinar como a crença na origem da estrutura garante justificação às sucessoras. Supõe-se que haja uma razão nessa origem que interrompa o regresso. Segundo essa

---

<sup>113</sup> No original: “There are many specific issues which arise in the attempt to provide an account of the standards of epistemic justification. But the most fundamental one is a general problem having to do with the overall justificatory structure of the system of empirical knowledge. One somewhat oversimplified way to put it is this: It is obvious that epistemic justification can be transferred from one belief or set of beliefs to another via inferential connections, but where does such justification originally come from?”

interpretação, o grau de justificação (ou, na terminologia do autor, a “medida de justificação epistêmica”) da crença originária é adquirido de maneira imediata ou intrínseca, sem depender de outras crenças. Assim, a classe de crenças que detém esse privilégio epistêmico são a base de todo o conhecimento. Nesse sentido, o papel da inferência se limita a demonstrar como os argumentos justificam satisfatoriamente uma crença; no entanto, o grau de justificação da crença em disputa sempre será condicionado por aquelas crenças que não dependem de justificadores.

Uma passagem na importante introdução à epistemologia de Audi (2010) enfatiza uma posição semelhante:

Pontos como este sugerem que a inferência não é uma fonte básica de justificação ou conhecimento, mas sim as transmite e, assim, as estende, em circunstâncias apropriadas, de uma ou mais premissas para a conclusão delas inferida. Podemos estender nossa justificação e conhecimento por inferência, mas parece que, se não tivermos nenhum para começar, a inferência, ao contrário da percepção, não pode nos dar nenhum (AUDI, 2010, p. 184).<sup>114</sup>

Segundo esse teórico, a inferência não *gera* justificação ou conhecimento; ao contrário, é uma ferramenta para *estender* a justificação e o conhecimento de premissas justificadas por outras razões ou apoiadas diretamente por uma fonte de justificação básica. Assim, a inferência não pode ser considerada uma fonte de justificação em si mesma, porque ela só ocorrerá se a crença contestada for, em última análise, fundamentada (*grounded*) diretamente por uma fonte de justificação básica (cf. *ibid.* p., 184).

Com algumas ressalvas, essa concepção de inferência deriva da tradição aristotélica. Assim afirma Aristóteles no seu *Segundos Analíticos*:

Nossa própria doutrina é que nem todo conhecimento é demonstrativo: pelo contrário, o conhecimento das premissas imediatas é independente da demonstração. (A necessidade disso é óbvia; pois, como devemos conhecer as premissas anteriores das quais a demonstração é extraída, e como a regressão deve terminar em verdades imediatas, essas verdades devem ser indemonstráveis.) Essa, então, é nossa doutrina e, além disso, sustentamos que além do conhecimento científico existe sua fonte originária que nos permite reconhecer as definições.<sup>115</sup> (ARISTÓTELES, parte 3).

---

<sup>114</sup> No original: “Points like this suggest that inference is not a basic source of justification or knowledge, but rather transmits and thereby extends them, in appropriate circumstances, from one or more premises to the conclusion inferred from them. We can extend our justification and knowledge by inference, but it appears that if we have none to start with, inference, unlike perception, can give us none.”

<sup>115</sup> Na tradução em língua inglesa: “Our own doctrine is that not all knowledge is demonstrative: on the contrary, knowledge of the immediate premises is independent of demonstration. (The necessity of this is obvious; for since we must know the prior premises from which the demonstration is drawn, and since the regress must end in immediate truths, those truths must be indemonstrable.) Such, then, is our doctrine, and, in addition, we maintain that besides scientific knowledge there is its originative source which enables us to recognize the definitions”.

O filósofo fala em termos de *conhecimento* e *demonstração* em argumentos; sem perder o sentido, essas expressões podem ser associadas aos conceitos de *justificação* e *inferência*, respectivamente. Deste modo, as *crenças independentes de inferências* seriam aquelas cujo a justificação é imediata e que, portanto, limitaria o regresso das razões - seriam “verdades imediatas”, ele declara.

## 4.2 AUMENTO DE JUSTIFICAÇÃO NO FUNDACIONISMO

Visto que o processo inferencial, segundo o fundacionismo, cumpre um expediente secundário e instrumental de estender a justificação adquirida na crença original, quais são as possibilidades de *aumentar o grau* de justificação? Como vimos, fundacionistas metajustificatórios acatam à suposição de Klein de que justificação “vem em graus”. No entanto, esta concepção é ambígua porque pode ser interpretada de maneira diversa, dependendo de como entendemos o conceito de justificação. Se o infinitismo identifica a gradação da justificação em relação ao progresso na cadeia inferencial, o fundacionismo interpreta essa gradação de maneira diferente. Vejamos duas formas de interpretação fundacionalista do fenômeno gradual da justificação.

### 4.2.2 Acúmulo de evidências

A primeira forma de entender incrementação inferencial no fundacionismo da transmissão é segundo a perspectiva padrão de que nossa justificação aumenta conforme a aquisição de mais evidências em suporte da proposição desafiada. Por exemplo, quando o detetive coleta diversas informações de testemunhas, amostras de DNA, registros das câmeras de segurança, em suporte à crença de que  $p$ : “o mordomo é o assassino”, cada informação gera razões que, conjuntamente, dão suporte à  $p$ . O grau de justificação do inspetor dado o conjunto de crenças  $\{a, b\}$  é maior do que quando ele dispõe somente de  $\{a\}$ . Por exemplo, o grau de justificação para  $p$  é maior quando ele crê que,  $a$ : “havia vestígios do DNA do mordomo na cena do crime”,  $e$ ,  $b$ : “que ele foi visto discutindo violentamente com a vítima no dia anterior”, do que quando ele apenas crê que  $b$ .<sup>116</sup> A mesma reflexão valerá para casos de proposições

---

<sup>116</sup> De fato, poderíamos pensar em casos em que  $a$  e  $b$ , apesar de serem evidências positivas para  $p$ , reduzem o grau de justificação de  $p$  em sua conjunção. O caso de Tversky e Kanneman (1983) da caixa do banco, Linda, vem à mente como um exemplo.

gerais cujo grau de justificação dependerá das instâncias particulares de evidências positivas. Por exemplo, quando um corvo com penas pretas é observado pelo ornitólogo, isso fornece-lhe uma razão para justificar que “todos os corvos são pretos” e à medida que mais corvos são observados, o grau de justificação do sujeito é incrementado.<sup>117</sup> O grau de justificação é suscetível de ser contrabalançado por contraevidência, neutralizando o grau de justificação do sujeito.

#### 4.2.3 Grau de confiabilidade

Outra forma como o fundacionista da transferência pode entender grau de justificação é em termos de *grau de confiabilidade* ou acurácia das capacidades cognitivas do sujeito. Por exemplo, quando realizamos o teste de visão utilizando a tabela de Snellen, o oftalmologista mede nosso grau de miopia segundo o grau de acerto e erro de nossas asserções sobre as letras referenciadas. Para aumentar o grau de justificação, no caso da tabela de Snellen, basta o observador aproximar-se da tabela; o grau de acerto aumenta, pois a percepção do sujeito fica mais nítida e o processo de formação de crenças do sujeito com respeito às letras representadas torna-se mais confiável. Como resultado, o grau de justificação de uma crença formada segundo um método confiável irá variar relativamente à capacidade do sujeito de produzir crença verdadeira. Na inferência, posso ter mais ou menos grau de justificação dado o meu treino cognitivo para inferir crenças a partir das minhas evidências. Um músico profissional, por exemplo, tem mais probabilidade de acerto ao inferir em que tom está a música, ou em como transcrever a cadência da melodia do que um músico iniciante.

### 4.3 TRANSFERÊNCIA E CETICISMO GLOBAL

Outro tópico que é importante salientar é o de que a própria discussão sobre a transmissão de justificação via inferência não é exclusividade da disputa do ceticismo pirrônico. No ceticismo do tipo acadêmico há o debate sobre como interpretar a premissa do paradoxo

---

<sup>117</sup> Não é o tópico desse trabalho, porém, uma disputa que reflete essa abordagem é a de como obtemos conhecimento e justificação sobre proposições que vão além do que é observado. Seguindo o exemplo, o ornitólogo não dispõe de evidência de que corvos do futuro e do passado (não observados) detêm as mesmas características de plumagem observadas pelo ornitólogo até o momento, e isto lhe impediria de ter conhecimento/justificação sobre a proposição geral “Todos os corvos são pretos. Para mais informações, ver Henderson (2022).

cético que afirma que: ‘Se S pode saber que p (onde p é uma proposição do tipo “tenho mãos”), e S reconhece que p acarreta q, então S pode saber (via inferência) que q.’. Alguns autores sugerem que a sentença pode ser entendida como uma instância de um princípio geral e que sugere que a justificação ou o conhecimento possam ser transferidos via implicação. Uma vez aceita uma formulação do *princípio de fecho*, somada à intuição de que não podemos descartar a hipótese de gênio maligno, se segue ser impossível saber (ou ter justificação para) qualquer proposição do tipo p. Embora não seja o tópico central deste trabalho, é importante evidenciar que a *tese da transferência* (seja da justificação, conhecimento ou aval epistêmico) é disputada em ambos os debates sobre ceticismo.<sup>118</sup> Em suma, o núcleo do regresso está vinculado ao modo como entendemos o papel da inferência na obtenção de conhecimento.

#### 4.4 INFINITISMO DA EMERGÊNCIA

Uma descoberta crível em contextos onde as crenças são desafiadas não é apenas que algo epistemicamente negativo ocorre quando o sujeito não fornece razões, mas que algo positivo acontece quando uma razão é fornecida. Vejamos um exemplo:

Trem: Olívia afirma a um colega a crença de que Q: “O primeiro trem que sai da estação de Porto Alegre para Novo Hamburgo parte às 6 da manhã”. Seu colega, ciente de que não pode chegar atrasado em Novo Hamburgo para uma entrevista de estágio, questiona: “Que razão você tem para crer que Q é provavelmente verdadeira?”. Olívia cita que conferiu essa manhã a tabela de horário dos trens que afirmava o horário de partida para Novo Hamburgo. Seu colega fica satisfeito com a razão apresentada em suporte à Q; no entanto, em vista da necessidade de estar pontualmente em sua entrevista, questiona novamente: “Tem certeza de que Q? Há alguma chance de atrasar a partida amanhã?”. Olívia afirma que a tabela é confiável com base na sua experiência com as viagens de trem e afirma: “Nunca houve atrasos que eu tenha vivenciado antes”. O colega de Olívia está mais satisfeito agora e não a questiona mais. O trem parte pontualmente às 6 horas no dia seguinte.

Ao contrário dos fundacionistas, a tese de Klein é que o infinitismo resolve o problema do regresso porque, à medida que Olívia avança na cadeia de razões, seu grau de justificação

---

<sup>118</sup> Mais detalhes sobre a disputa do fecho epistêmico para o ceticismo do tipo cartesiano, ver De Almeida (2019).

aumenta para cada razão desafiada em um contexto de desafio; como resultado, Olivia será *mais* justificada a cada razão fornecida. Além disso, o infinitismo não precisa presumir que a última razão apresentada por Olívia possui uma característica especial que tornaria ilegítima qualquer indagação de seu colega; o regresso cessa, pois o conjunto das razões apresentadas satisfaz o contexto de desafio.

A conjuntura do infinitismo compatibiliza duas ideias: a de que aumentar grau de justificação ao nível de conhecimento consiste em percorrer a cadeia inferencial, e de que a forma mais valorizada de estado de crença (sugerida por Platão no Menon) decorre da capacidade de raciocínio de sujeitos racionais e não de formas mecânicas e irreflexivas. Em contraste com o fundacionismo da transferência, a habilidade inferencial permite que sujeitos racionais obtenham justificação no nível do conhecimento sem ter que *descer* até a crença fundamental. Como afirma Klein: “Justificação (*warrant*) aumenta não porque estamos chegando próximos à proposição básica, mas porque estamos nos distanciando da proposição questionada.”<sup>119</sup> (2013, p. 280) Essa formulação de infinitismo pode ser intitulada como *infinitismo da emergência*.

#### 4.5 GERAÇÃO DE JUSTIFICAÇÃO

Segundo Turri, no entanto, isso não é exclusividade do infinitismo, pois o fundacionismo poderia acatar à concepção emergencista da justificação como recurso de resposta ao ceticismo pirrônico. Se Turri estiver certo, então o infinitismo não é melhor que um *fundacionismo da justificação emergente* para responder ao cético.

No seu artigo de 2009 intitulado “On the regress argument for infinitism”, Turri explora como é construído o argumento do regresso para o infinitismo; em especial a tese de que a resposta anticética envolve a aceitação da hipótese de que o regresso das razões pode *gerar* justificação ao nível de conhecimento; isto só é possível dado o aumento gradual de justificação que é adquirido via inferência sempre que uma razão é fornecida em suporte a outra crença desafiada. O objetivo do autor é atacar uma das premissas associadas à resposta do infinitismo kleiniano ao ceticismo, que se compõe da seguinte forma:

##### 4.5.1 Argumento da resposta ao trilema de Klein

---

<sup>119</sup> No original: “Warrant increases not because we are getting closer to a basic proposition but rather because we are gettin further from the questioned proposition.”

Premissa 1 - Aceitar a tese de que regredir na cadeia inferencial aumenta o grau de justificação da proposição desafiada é a solução para o Trilema.<sup>120</sup>

Premissa 2 - Somente o Infinitismo permite aumentar a justificação de uma proposição desafiada.

Conclusão - Logo, somente o Infinitismo oportuniza uma resposta anticética ao Trilema.

Como destacamos no segundo capítulo, para Klein, o problema do regresso concerne à habilidade de que a inferência do agente epistêmico aumente grau de justificação - ou credibilidade racional, na terminologia do autor. Segundo ele, o infinitismo acomoda essa concepção e, com isso, responde de forma satisfatória ao desafio do regresso. Turri concorda com Klein acerca do fato de que se um sujeito racional praticante de uma das teorias da estrutura da justificação (fundacionismo, coerentismo e infinitismo) conseguir aumentar o grau na cadeia inferencial, então essa teoria será a mais apta para solucionar o problema cético; o impasse está em sustentar que somente o infinitismo é capaz disso. Assim, Turri atacará a segunda premissa: “não é o caso que somente o Infinitismo permite aumentar a justificação de uma proposição desafiada”. A rejeição da segunda premissa invalida o argumento e, conseqüentemente, o infinitismo como a única teoria que responde mais apropriadamente ao desafio cético.

Na base da premissa 2 está a suposição de que coerentismo, fundacionismo e infinitismo são as únicas opções disponíveis para responder como podem boas razões culminar em conhecimento (em vista do Trilema). O objetivo de Turri é demonstrar que o fundacionismo, assim como o infinitismo, pode aceitar o incremento de justificação e, como resultado, segue sendo a teoria da justificação mais adequada por outras razões. Por exemplo, o fundacionista acomoda intuições sobre a capacidade de fontes não doxásticas de fornecer justificação e elimina a necessidade de responder à objeção da mente finita. Se for esse o caso, o fundacionismo abre precedente para *geração* de justificação para conhecimento.

#### 4.6 DIÁLOGO E JUSTIFICAÇÃO

Antes de prosseguir com o diálogo de Turri (2009), é importante salientar sua observação de que o método de apresentar diálogos para explicar teorias na epistemologia pode ser arriscado. Em suma, a ideia é que os exemplos de contextos dialógicos promovem uma

---

<sup>120</sup> Isso corrobora a perspectiva do argumento do regresso para o infinitismo, apresentada na seção 2.1.1.

suposta confusão entre “a propriedade de *estar justificado*, ou mesmo de *aumentar a justificação*, com o processo de *mostrar que alguém está justificado*”<sup>121</sup> (*ibid*, p. 159, itálico do autor). Teorias confiabilistas da justificação, por exemplo, sugerem que um agente epistêmico pode *estar justificado* sem que isso dependa de sua capacidade de mostrar-se como tal; o que vale como critério de justificação é exclusivamente o processo de formação de crença do sujeito. Já o método dialógico implica que o processo de apresentação das razões é inerente à propriedade de *estar justificado*, pois algo negativo ocorre quando o sujeito se vê bestializado com a pergunta: “Por que você acredita que p é verdadeiro?” De fato, contextos de diálogo em que as razões são contestadas não são comuns; ao contrário, são formas especulativas de entender a justificação epistêmica porque fornecem um escopo interpretativo de como as razões são acessadas em apoio a uma crença. Estar justificado, como dito anteriormente, não implica passar pelo processo de apresentação de razões, mas sim estar condicionado a isso.

#### 4.6.2 Diálogo entre Fran e Dan

Turri utiliza de um exemplo semelhante ao de Klein: um diálogo entre um fundacionista, a personagem Fran, e o cético, Dan. O texto está reorganizado em discurso direto, em oposição à forma como foi originalmente apresentado, para aproximá-lo do diálogo de Klein:

Fran afirma que p: “A árvore no gramado é um jacarandá.”

Dan: “Que razão você tem para crer que p é provavelmente verdadeira?”

Fran aponta para as folhas e justifica com a razão, R1: “As folhas são características de jacarandás.”

Dan desafia o estado de aceitação de Fran da crença em R1.

Fran recorre a outra razão, R2: “O formato e as cores assemelham-se a de folhas de jacarandá”.

O desafio segue até o momento em que Fran, “uma autoconsciente praticante do fundacionismo”, chega em uma crença que ela considera básica B como sendo uma razão para a predecessora Rn. Dan aceita que B tem a propriedade F e que, por essa razão, é desnecessário apresentar razões para justificar B. A estrutura da justificação inicial até a crença apresentada por Fran de que B é representada por Turri da seguinte maneira:

---

<sup>121</sup> No original: “the property of being justified, or even that of enhancing justification, with the process of showing that one is justified”.

Cadeia Inferencial C1:  $B \rightarrow R_n \dots R_2 \rightarrow R_1 \rightarrow p$ <sup>122</sup>

O sinal de implicação “ $\rightarrow$ ” denota o sentido linear da cadeia inferencial que culmina na proposição desafiada  $p$ . Contudo, Dan questiona Fran se crenças com a propriedade  $F$  são provavelmente verdadeiras. Novamente, abrem-se três possibilidades para a fundacionista Fran: afirmar, negar e suspender juízo. Negar que crenças com a propriedade  $F$  são provavelmente verdadeiras implica afirmar que  $B$  é arbitrária e que, portanto, não serve como justificadora de  $R_n$  - pois não há garantias de que  $B$  probabilizaria a verdade de  $R_n$ . Suspender juízo sobre o questionamento de Dan resultará no mesmo problema. Por seu turno, ao afirmar que crenças com a propriedade  $F$  são provavelmente verdadeiras, isso torna  $B$  uma razão não-arbitrária para  $R_n$ ; o problema, no entanto, é que  $B$  deixa de ser básica, pois a cadeia segue mais um passo com uma razão do tipo  $X_1$ : “A crença  $B$  possui a propriedade  $F$  e crenças com  $F$  são provavelmente verdadeiras”. Ao afirmar  $X_1$ , a cadeia inferencial de Fran resultará em uma cadeia inferencial diferente de  $C_1$ :

Cadeia Inferencial C2:  $X_1 \rightarrow B \rightarrow R_n \dots R_2 \rightarrow R_1 \rightarrow p$

O diálogo nos aproxima do resultado exemplificado por Klein; no entanto, Turri ressalta que a cadeia inferencial de Fran,  $C_1$ , segue o mesmo processo de incremento proposto pelo infinitismo:

O aval e a credibilidade racional aumentam porque nos afastamos da proposição questionada. A credibilidade racional aumenta à medida que aumenta a série de razões oferecidas como suporte. Lembre-se do progresso de Fran. Ela começou com  $P$ . Então ela apresentou  $R_1$ . Então ela apresentou  $R_2$ . E ela continuou até chegar a  $B$ . Ela alongou a série apoiando  $P$  e, assim, aumentou a credibilidade racional de  $P$ . Portanto, o fundacionista praticante (enquanto fundacionista praticante) pode aumentar a credibilidade de uma proposição não-evidente. Além disso, consistente com o fundacionismo, o comprimento da série pode aumentar para qualquer cardinalidade finita arbitrariamente grande, de modo que as perspectivas de aumentá-la até o nível necessário para o conhecimento são pelo menos esperanças. Como Klein coloca, “À medida que a série se alonga, a garantia e a credibilidade aumentam. Nada impede que ela cresça até o grau exigido pelo conhecimento”, pois é implausível “que o conhecimento exija o mais alto grau possível de garantia ou crença absolutamente crível”, o que somente uma série infinitamente longa poderia fornecer. (TURRI, 2009, p. 161)<sup>123</sup>

<sup>122</sup> Cf. Turri (2009, p., 160)

<sup>123</sup> No original: “Warrant and rational credibility increase because we get further from the questioned proposition. Rational credibility increases as the series of reasons offered in support lengthens. Recall Fran’s progress. She started with  $P$ . Then she adduced  $R_1$ . Then she adduced  $R_2$ . And she kept on going until she got to  $B$ . She lengthened the series supporting  $P$ , and thus increased the rational credibility of  $P$ . Therefore, the self-practicing foundationalist (qua self-practicing foundationalist) can enhance the credibility of a non-evident proposition. Moreover, consistent with foundationalism, the length of the series can increase to any arbitrarily large finite cardinality, so the prospects for increasing

Levando-se em consideração o processo de incremento de justificação, é possível que a credibilidade racional de  $p$  na cadeia  $C1$  alcance grau suficiente antes de chegar em  $B$ . Em suma, para Turri, o fundacionismo da emergência acata a exigência imposta pelo desafio do regresso à medida que oportuniza o aumento de justificação (credibilidade racional) no percurso da série; e isso não exclui a hipótese de que o fundacionista atinja justificação ao nível suficiente (justificação completa) para o conhecimento conforme “a série se alonga” (KLEIN, 2013, p. 281), pois a tese da emergência da justificação não exclui séries finitas. Além disso, o fundacionista da emergência consegue satisfazer o cético, pois, por hipótese, não é negada à personagem Fran que ela obtenha justificação ao nível de conhecimento antes de atingir  $B$ . O grau de justificação de Fran em  $R_i$  (onde  $i$  indica alguma razão individual na cadeia) pode ser suficientemente alto para ela obter conhecimento de  $p$ , conhecimento gerado via inferência, mesmo que  $R_i$  não possua uma propriedade fundacional  $F$ .

A ideia de que  $B$  seria eventualmente a conclusão do raciocínio de Fran em  $C1$  influencia o suposto aumento no grau de justificação? Segundo Turri, essa não é uma concessão do cético; no caso do infinitismo, a tese de que a cadeia inferencial é infinita parte do pressuposto de que não há crença imune ao questionamento das razões e, assim, deve haver sempre uma razão à disposição do sujeito para ser justificada (proposicionalmente). Em contraste, o fundacionismo da emergência está comprometido apenas com a ideia infinitista de que a incrementação de justificação permite que os agentes racionais adquiram justificação no nível do conhecimento antes de chegar ao término da cadeia.

#### 4.7 CONSEQUÊNCIAS DO FUNDACIONISMO DA EMERGÊNCIA

Turri deixa claro que não está defendendo o fundacionalismo de emergência como uma resposta melhor ao ceticismo; no entanto, se essa teoria aceita a suposição de que a justificação aumenta em grau à medida que o sujeito racional se afasta da proposição contestada, então o infinitismo fica atrás do fundacionalismo por duas razões. Para começar, aceita o ponto de vista de que as crenças adquiridas por meio da experiência são de alguma forma justificadas. Em segundo lugar, o fundacionalismo escapa à objeção da mente finita. Ao quebrar as estreitas

---

*it to the level required for knowledge are at least hopeful. As Klein puts it, “As the series lengthens, warrant and credibility increase. Nothing prevents it increasing to the degree required for knowledge,” since it is implausible “that knowledge requires the highest possible degree of warrant or absolutely credible belief,” which only an infinitely long series could provide.”*

limitações do fundacionismo da transferência, Turri permite-nos refazer o problema cético em dois flancos de resolução; por um lado, a percepção de que a justificação é uma questão de *transferência* e, por outro, uma questão de *emergência*. Se for esse o caso, o Trilema de Agripa pode ser reinterpretado como um *dilema*, pois se as teorias infinitista e fundacionista da emergência permitem uma estratégia para responder ao trilema de Agripa; o ônus recairá sobre aqueles que defendem que a inferência transmite em vez de gerar justificação.

#### 4.7.1 Dependência da crença básica

Nem sempre é possível conciliar os pontos positivos de ambas as posições utilizando o recurso de elencar temas comuns às duas teorias sobre a estrutura da justificação. Nesse sentido, há três críticas a serem feitas à abordagem de Turri ao caso do diálogo. A primeira delas é conceitual.

Inicialmente, se o conhecimento não for justificado pela crença básica (ao contrário do que sustenta o fundacionismo da emergência), a própria definição de crença básica ficará comprometida. Por exemplo, James Van Cleve define crença básica como sendo “crenças que um sujeito está justificado em manter mesmo na ausência de qualquer razão justificadora para elas – e todas as outras crenças justificadas derivam sua justificação, pelo menos em parte, de tais crenças básicas.” (VAN CLEVE, 2013, p. 168).<sup>124</sup> Isso significa afirmar que se uma cadeia de justificação possui uma crença básica, então haverá dependência entre graus básicos e não básicos de justificação. Se a cadeia finita é delimitada por uma crença básica, esta, por sua vez, deverá determinar o grau de justificação da crença desafiada. A cadeia finita de justificação proposicional culmina arbitrária se a crença básica for desconsiderada em função da crença formada inferencialmente. A função de uma crença básica é mapear crenças inferencialmente justificadas que estariam disponíveis para o sujeito racional como resultado da produção de inferência. Para ilustrar este ponto, vamos retornar ao exemplo da cadeia C1 e presumir que o grau de justificação no nível de conhecimento de Fran para p é alcançado em uma crença Ri precedendo a crença básica no final da cadeia.

Fran forma a crença em p com base numa inferência em que (a) a crença básica B possui a propriedade F e (b) o regresso termina antes de B na crença Ri que (c) não possui F. Se este

---

<sup>124</sup> No original: “beliefs that a subject is justified in holding even in the absence of any justifying reason for them – and all other justified beliefs derive their justification at least in part from such basic beliefs.”

for o caso, então (d) ou  $R_i$  não sendo "básica" será arbitrária, ou sua justificação não será determinada pela crença básica B.

Mesmo assim, o fundacionismo de emergência não precisa se comprometer com o conceito de *crença básica* como é tradicionalmente definido pela tradição fundacionista; a justificação é uma questão de percorrer uma cadeia finita; o último elemento da cadeia não importa para a justificação, desde que seja uma boa razão e permita a justificação completa. Justificar a última razão na cadeia, nesse caso, não implicaria em aumento de grau; ao contrário, seria somente um processo desnecessário uma vez que a justificação atingiu sua completude.

#### 4.7.2 Bloqueio da incrementação das razões

Supondo que o fundacionismo da emergência não defende a tese de que no final da cadeia há uma razão com uma propriedade especial F, isso sugere que a crença no final da cadeia representa somente o término da incrementação da justificação. Ao não defender que a cadeia finita tem como último elemento uma crença com propriedade F, isso permite afirmar que a propriedade fundamental F seria apenas uma propriedade do tipo "ser o último membro da cadeia". Se F se refere à propriedade de ser o último membro da cadeia, isso implica que é improvável que as crenças com F sejam verdadeiras; assim, não serão boas razões por aumentar o grau de justificação no regresso - impossibilitando aumento de grau. Podemos construir um argumento da seguinte maneira pensando na proposta de Turri:

Hipótese 1: S está justificado inferencialmente a crer que p sse a justificação inferencial de S é matéria de haver uma *cadeia finita*  $\Gamma$  de razões justificadoras. (tese do fundacionista da emergência).

P2: Se a justificação inferencial de S é matéria de haver uma cadeia finita  $\Gamma$  de razões justificadoras, então haverá uma crença, q, no fim da cadeia  $\Gamma$  com a propriedade F que incrementa grau de justificação da anterior  $R_i$ , sucessivamente até p.

C1: Se S está justificado inferencialmente a crer que p, então haverá uma crença de S em q, no fim da cadeia  $\Gamma$  com a propriedade F que incrementa grau de justificação da anterior  $R_i$ , sucessivamente até p. (Silogismo Hip. H1, P2)

Essa conclusão tem uma falha: as crenças com a propriedade F não são provavelmente verdadeiras, tornando-as *más* razões e, portanto, incapazes de aumentar o grau de justificação. Logo:

Hipótese 2: Não é o caso que a crença de S em q, no fim da cadeia  $\Gamma$  com a propriedade F incrementa grau de justificação da anterior  $R_i$ , sucessivamente até p.

C2: S não está justificado interferencialmente a crer que p. (MT H2, C1)

C3 Se a justificação inferencial de S é matéria de haver uma *cadeia finita*  $\Gamma$  de razões justificadoras (tese do fundacionista da emergência), então S está justificado interferencialmente a crer que p. (eliminação do bicondicional em H1)

C4: A justificação inferencial de S não é matéria de haver uma *cadeia finita*  $\Gamma$  de razões justificadoras. (MT C2, C3)

As conclusões baseadas nas hipóteses parecem descartar a possibilidade de fundacionismo da emergência. Se o argumento estiver correto, a finitude da cadeia compromete a justificação da crença de S de que p, porque o incremento para justificação completa nunca ocorrerá quando S alcançar, em seu raciocínio, o último membro da série.

Podemos expor a mesma análise seguindo o exemplo de Turri. Quando Fran chega em B, após atravessar o conjunto de razões  $\{R_1, R_2, \dots, R_n, B\}$ , B não necessita de outra razão justificadora; portanto, o conjunto torna-se finito. Se o conjunto é finito, isso significa que a cadeia é interrompida pela última razão B. Contudo, se tornar a cadeia finita for a única propriedade da crença de S que B, isso a tornará arbitrária, visto que não há razão para acatar uma crença básica B em detrimentos da sua contraditória não-B; isso garantirá a vantagem do cético, pois, de alguma forma, isso acomete toda a série finita de razões no seu grau de justificação para a crença desafiada p. Por ser uma crença arbitrária que não probabiliza a verdade da crença contestada p, sempre que Fran chegar a uma determinada crença  $R_i$ , prevendo que será o último elemento da série, não haverá incremento possível.

#### 4.7.3 Irrelevância do regresso

Além da arbitrariedade, algo estranho acontece para o fundacionista da emergência quando ele atinge a crença final na cadeia inferencial. Suponhamos que Fran chegue em B ainda sem alcançar grau de justificação para obter justificação completa para p. Nesse caso ou (i) Fran adere outra razão  $X_1$  para B, e  $X_1$  tornar-se-á a crença básica; ou (ii) Fran não estará capacitada a alcançar o conhecimento - e cairá no abismo cético. De acordo com (i), novamente, Fran precisará de outra razão básica para incrementar sua justificação para a crença de que p; no entanto, essa nova razão no final da cadeia não servirá como razão para incrementar B, pois não

influenciará o grau de justificação da inferida; logo, Fran não poderá alcançar conhecimento, alterando o rol de crenças finais conforme ela progride na cadeia. Assim, a hipótese (i) acarretará (ii).

Em suma, a finitude da cadeia de justificação prescinde de uma crença não arbitrária no início da cadeia capaz de aferir algum grau de justificação às crenças que lhe são inferidas. O ônus do fundacionismo formulado por Turri é o de explicar qual o papel do regresso para o aumento de grau de justificação em prol da geração de conhecimento de uma proposição desafiada considerando cadeias finitas de justificação proposicional.

#### 4.8 CONSEQUÊNCIAS DAS PROPOSTAS EMERGENCISTAS

Examinamos brevemente o efeito de abordar a justificação como uma propriedade que *emerge* à medida que as cadeias inferenciais se estendem. Vimos que, se a abordagem emergencista permite o fundacionalismo, e se a forma mais convincente de coerentismo é redutível ao fundacionalismo metajustificatório, o trilema torna-se um verdadeiro dilema. Ao longo deste capítulo, demonstramos as limitações que os fundacionalistas enfrentariam ao defender a existência da justificação com cadeias finitas de justificadores. Há, contudo, ainda outro desafio que cabe tanto aos infinitistas quanto aos fundacionistas da emergência e que consiste na abordagem contextualista que esses autores atribuem à justificação doxástica. A ameaça que se aproxima dos emergencistas é a de impurismo com respeito às condições de parada na cadeia de razões. O contextualismo é uma tese sobre a atribuição de conhecimento e justificação; isto é, é uma tese sobre o uso linguístico de termos epistêmicos ao invés de uma tese propriamente sobre epistemologia. Se for esse o caso, os defensores do purismo da justificação, a tese de que apenas a crença justifica a crença, terão de confiar em uma teoria epistêmica impura, enquanto a justificação doxástica (condição para o conhecimento) dependerá de concepções 'não epistêmicas' sobre os verdadeiros paradores de regresso.<sup>125</sup> Porém, por envolver outros temas de discussão que não foram aqui abordados, essa é uma questão que precisa ser desenvolvida em estudos posteriores.

---

<sup>125</sup> É importante ressaltar que a teoria emergencista é impura porque contém pressupostos que não são apenas sobre justificação e conhecimento. Por exemplo, o contexto da disputa e determinações práticas afetarão o grau de justificação para se obter conhecimento. No entanto, é importante notar que muitas teorias epistemológicas são impuras porque incorporam considerações sociais ou práticas em seus conceitos teóricos.

## CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho, apresentei os principais tópicos relacionados ao problema do regresso e como o infinitismo se posiciona como uma resposta anticética. No primeiro capítulo, delimito os conceitos centrais do debate epistemológico contemporâneo e fiz algumas distinções relacionadas aos tipos de ceticismo existentes na literatura antes de chegar ao ceticismo pirrônico. Por fim, visei estruturar os argumentos apresentando hipóteses e conclusões sobre o assunto, sempre buscando proporcionar ao leitor um entendimento aprofundado do problema e as possíveis soluções do Trilema de Agripa. No segundo capítulo, detalhei com mais cuidado a resolução infinitista, revisitando alguns pontos que vinham sendo debatidos na literatura e tentando explicar com mais detalhes os argumentos a favor dessa posição. No terceiro capítulo, abordei a questão da *mente finita* como principal argumento contra o infinitismo enquanto solução para o problema do regresso, reconstruindo argumentos e examinando princípios que Klein utiliza para sustentar o infinitismo. Furneci também alguns trechos da literatura que problematizam esse assunto e distinções conceituais sobre justificação epistêmica para determinar uma linha de argumentação em prol da mente *infinita*. No quarto capítulo, tentei contrastar duas visões sobre a natureza da inferência, que implicam duas visões igualmente distintas sobre a natureza da estrutura da justificação epistêmica. Por fim, apresentei alguns impeditivos na aproximação do fundacionismo com o infinitismo sob a perspectiva da justificação como um fenômeno gerado na cadeia inferencial.

No ponto em que concludo esse trabalho, uma hipótese importante é revisitada durante a investigação propiciada até aqui. Se a teoria infinitista e fundacionista da emergência viabilizam uma estratégia de resposta ao Trilema de Agripa, esse torna-se um dilema: a justificação ou é matéria de transmissão, ou de emergência das razões. Examinamos a viabilidade de transformar o Trilema de Agripa em um dilema. Uma descoberta importante foi que, se o fundacionismo se encaixa nas suposições infinitistas (acrescidas ao reducionismo do coerentismo holístico ao fundacionismo), então o desafio será entre apenas duas respostas possíveis ao problema cético do regresso. A primeira posição sugere que a natureza da inferência é instrumental no sentido de que serve para estender o conhecimento por meio da transmissão da justificação; nesse caso, o processo de inferência não fornece o subsídio

necessário para *gerar* conhecimento ou justificação *ultima facie*. Se o sujeito obtém conhecimento por inferência, então esse conhecimento dependerá de uma fonte *não inferencial de justificação*. Na literatura em epistemologia, a tese da transmissão está relacionada a uma interpretação sobre a justificação epistêmica que coincide com a hipótese de que há *paradores de regresso* no fim da cadeia inferencial. O desacordo teórico desse grupo será sobre as condições epistêmica dessas fontes para gerar justificação e como elas se relacionam com as crenças justificadas inferencialmente. O infinitismo de Klein (1999) e o fundacionismo da emergência de Turri (cf. 2009, 2014) buscam desafiar a tese da transferência ao aceitar a concepção de que o sujeito racional avança em estado de incremento racional ao apresentar razões em uma disputa; assim, o conhecimento pode ser gerado à medida que a justificação recebe incremento no seu grau de justificação para cada etapa na cadeia. De acordo com esse ponto de vista, os *paradores de regresso* na cadeia inferencial consistirão na completude de demandas contextuais de disputa. O desafio desse grupo de epistemólogos é explicar no que consiste o *contextualismo da justificação* e como esta posição pode ser compatível com a concepção *emergencista*.

O que foi apresentado ao leitor até aqui, acredito, estimula outras frentes de batalha contra o ceticismo global no sentido de nos aproximar de uma compreensão mais acurada da natureza da justificação, de debater os aspectos que ela tem (ou não tem), e como sua estruturação implica discussões profundas e desafiadoras.

## REFERÊNCIAS

AIKIN, Scott. F. Who Is Afraid of Epistemology's Regress Problem? **Philosophical Studies: An International Journal for Philosophy in the Analytic Tradition**, v. 126, n. 2, p. 191–217, 2005.

\_\_\_\_\_. Meta-Epistemology and the Varieties of Epistemic Informatism. **Synthese**, v. 163, n. 2, p. 175–185, 2008.

\_\_\_\_\_. **Epistemology and the Regress Problem**. Londres, Reino Unido: ed. Routledge, v. 1, 2010.

ALMEIDA, C. Klein, Skepticism, Epistemic Closure, and Evidential Underdetermination. In: BRADEN, C.; BORGES, R.; FITELSON, B. (Eds.). **Themes From Klein**. Berlim, Alemanha: ed. Springer Verlag, 2019.

\_\_\_\_\_. Knowledge, Benign Falsehoods, and the Gettier Problem, em BORGES, R.; ALMEIDA, C. DE; KLEIN, P. D. (eds.) **Explaining Knowledge: New Essays on the Gettier Problem**. Oxford University Press, 2017.

ALSTON, W. P. **Beyond "Justification": Dimensions of Epistemic Evaluation**. Ithaca, Nova York, EUA: ed. Cornell University Press, 2006.

ALVES, E. **Raciocínio com falsidades: um ensaio sobre conhecimento inferencial** (Dissertação de Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Filosofia da PURCS, Porto Alegre, RS, 2021.

ARISTÓTELES. **The Internet Classics Archive | Posterior Analytics by Aristotle**. Disponível em: <<http://classics.mit.edu/Aristotle/posterior.1.i.html>>. Acesso em: 31 jan. 2022.

ATKINSON, D.; PEIJNENBURG, J. **Fading Foundations: Probability and the Regress Problem**. Editora Springer International Publishing, 2017.

AUDI, R. **Epistemology: A Contemporary Introduction to the Theory of Knowledge**. 2ª ed. Routledge, 2010.

\_\_\_\_\_. **The Structure of Justification**. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press, 1993.

BARNES, Jonathan. **The Toils of Scepticism**. Reino Unido, Cambridge University Press, 2007.

BONJOUR, L. **The Structure of Empirical Knowledge**. Harvard University Press, 1985. p. 272.

\_\_\_\_\_. Can Empirical Knowledge Have a Foundation? **American Philosophical Quarterly**, v. 15, n. 1, p. 1–14, 1978.

BRUECKNER, A. L. Brains in a vat. **Journal of Philosophy**, v. 83, n. 3, p. 148–167, 1986.

CHISHOLM, R. M. **Theory of Knowledge**. 3. ed. Nova Jersey, Englewood Cliffs, EUA: ed. Prentice-Hall, 1989.

CIBILS, S. V. B.; POSSELT, V. F. Subdeterminação e Fecho Epistêmico: Um Ensaio em Busca do Argumento Cético Fundamental. **Revista Dissertatio de Filosofia**, v. 55, n. 0, p. 201–216, 1 ago. 2022.

CIBILS, S. Uma Abordagem Bayesiana ao Paradoxo do Prefácio. **Intuitio**, v. 11, n. 1, p. 65–76, 30 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. **Sobre lógica e racionalidade inferencial**. (Dissertação de Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Filosofia da PURCS, Porto Alegre, RS, 2019.

COMESAÑA, J.; KLEIN, P. Skepticism; Em: ZALTA, E. N.; NODELMAN, U. (Eds.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy (SEP)**. California, EUA: Metaphysics Research Lab, ed. Stanford University, 2019.

FANTL, J. Modest Infitism. **Canadian Journal of Philosophy**, v. 33, n. 4, p. 537–562, 2003.

FELDMAN, R.; CONEE, E. **Evidentialism: Essays in Epistemology**. Oxford, Reino Unido: Clarendon Press, 2004.

FELDMAN, R. **Epistemology**. Hoboken, Nova Jersey, EUA: Prentice Hall, 2003.

FETT, João. Anuladores. Em OLIVEIRA, Rogel; ETCHEVERRY, Kátia; RODRIGUES, Tiegue; SARTORI, C. (Orgs.) **Compêndio de Epistemologia**. Editora Fi, Porto Alegre, 2022.

FUMERTON, Richard. **Epistemologia**. Ed. Vozes, Petrópolis, RJ, versão Kindle, 2014.

\_\_\_\_\_. **Metaepistemology and Skepticism**. Lanham, Maryland, EUA: Rowman & Littlefield, 1995. p. 913–918

GOLDMAN, A. I. Immediate Justification and Process Reliabilism. Em: SMITH, Q. (Ed.). **Epistemology: New Essays**. Oxford, Reino Unido, Oxford University Press, 2008.

\_\_\_\_\_. What is Justified Belief? Em: PAPPAS, G. S. (Ed.). **Justification and Knowledge: New Studies in Epistemology**. Philosophical Studies Series in Philosophy. Dordrecht: Springer Netherlands, 1979. p. 1–23.

HAACK, S. **Evidence and Inquiry: Towards Reconstruction in Epistemology**. Hoboken, Nova Jersey, EUA, 1993. v. 19p. 184–186.

HARMAN, G. **Change in View: Principles of Reasoning**. Massachusetts, EUA: MIT Press, 1986.

HENDERSON, L. The Problem of Induction. Em: ZALTA, E. N.; NODELMAN, U. (Eds.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy (SEP)**. Winter 2022 ed. California, EUA: Metaphysics Research Lab, Stanford University, 2022.

HUEMER, M. Virtue and Vice Among the Infinite. Em: TURRI, J.; KLEIN, P. D. (Eds.). **Ad Infinitum: New Essays on Epistemological Infinitism**. Oxford, Reino Unido, Oxford University Press, 2014.

KLEIN, Peter; TURRI, John. Introduction; em: **Ad Infinitum: New Essays on Epistemological Infinitism**; Klein e Turri (orgs); Ed. Oxford University Press, Reino Unido, 2014.

KLEIN, P. D. Human Knowledge and the Infinite Regress of Reasons. **Philosophical Perspectives**, v. 13, p. 297–325, 1999.

\_\_\_\_\_. When Infinite Regresses Are Not Vicious. **Philosophy and Phenomenological Research**, v. 66, n. 3, p. 718–729, 2003.

\_\_\_\_\_. Human Knowledge and the Infinite Progress of Reasoning. **Philosophical Studies: An International Journal for Philosophy in the Analytic Tradition**, v. 134, n. 1, p. 1–17, 2007a.

\_\_\_\_\_. How to Be an Infinitist about Doxastic Justification. **Philosophical Studies: An International Journal for Philosophy in the Analytic Tradition**, v. 134, n. 1, p. 25–29, 2007b.

\_\_\_\_\_. Infinitism is the Solution to the Epistemic Regress Problem. Em: MATTHIAS, S.; ERNEST, S. (Eds.). **Contemporary Debates in Epistemology**. 2<sup>a</sup> ed. Blackwell. Chichester, Reino Unido, 2013.

\_\_\_\_\_. Reasons, Reasoning, and Knowledge: A Proposed Rapprochement between Infinitism and Foundationalism. Em: TURRI, J.; KLEIN, P. D. (Eds.). **Ad Infinitum: New Essays on Epistemological Infinitism**. Oxford, Reino Unido: Ed. Oxford University Press, 2014b.

\_\_\_\_\_. No Final End in Sight; em: **Current Controversies in Epistemology**; Ram Neta (org.); Ed. Routledge, Reino Unido, p. 95–115, 2014a.

\_\_\_\_\_. Human knowledge and the infinite progress of reasoning, em GRECO, J. (ED.). **The Oxford Handbook of Skepticism**. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press, 2011.

\_\_\_\_\_. Human Knowledge and the Infinite Progress of Reasoning. **Philosophical Studies: An International Journal for Philosophy in the Analytic Tradition**, v. 134, n. 1, p. 1–17, 2007.

MACHUCA, D. E. (ED.). **Skepticism: From Antiquity to the Present**. Londres, Reino Unido: Ed. Bloomsbury Academic, 2018.

MILLER, G. A. The magical number seven, plus or minus two: Some limits on our capacity for processing information. **Psychological Review**, v. 63, p. 81–97, 1956.

MOORE, G. E. Proof of an external world. **Proceedings of the British Academy**, v. 25, n. 5, p. 273-300, 1939.

PLATÃO. **Mênnon**. ISBN, 978-85-15-02312-7, Rio de Janeiro, RJ. Edições Loyola, 2003.

POLLOCK, J. L.; CRUZ, J. **Contemporary Theories of Knowledge**. Lanham, Maryland, EUA: Rowman & Littlefield, 1999.

PUTNAM, H. **Reason, Truth and History**. Indianápolis: Cambridge University Press, 1981.

SEXTUS, E. **Selections from the Major Writings on Scepticism, Man, & God**. Tradução: S. G. Etheridge. Indianápolis, Cambridge: Hackett, 1985.

SILINS, Nicholas, Perceptual Experience and Perceptual Justification, **The Stanford Encyclopedia of Philosophy** (Winter 2021 Edition), Edward N. Zalta (ed.), Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/win2021/entries/perception-justification/>.

SOSA, E. **Knowledge in Perspective: Selected Essays in Epistemology**. Reino Unido, Cambridge, Cambridge University Press, 1991.

STEUP, M. Benign Infinity. Em: BRADEN, C.; BORGES, R.; FITELSON, B. (Eds.). **Themes From Klein**. Springer Verlag, 2019. p. 235–57.

TURRI, J. Creative reasoning. In John Turri & Peter Klein (eds.), **Ad infinitum: new essays on epistemological infinitism**. Oxford, Reino Unido: ed. Oxford University Press. pp. 210-226, 2014.

\_\_\_\_\_. **Epistemology: A Guide**. Nova Jersey, EUA: John Wiley & Sons, 2013.

\_\_\_\_\_. On the regress argument for infinitism. **Synthese**, v. 166, n. 1, p. 157–163, 2009.

TVERSKY, A.; KAHNEMAN, D. Extensional versus intuitive reasoning: The conjunction fallacy in probability judgment. **Psychological Review**, v. 90, p. 293–315, 1983.

VAN CLEVE, J. Why coherence is not enough: A defense of moderate foundationalism. Em: MATTHIAS, S.; ERNEST, S. (Eds.). **Contemporary Debates in Epistemology**. 2. ed., Blackwell, Vancouver, EUA, 2013.

WATSON, J. C. **Justification, Epistemic**. Disponível em: <<https://iep.utm.edu/epi-just/>>. Acesso em: 18 jan. 2022.

WILLIAMSON, T. **Doing Philosophy: From Common Curiosity to Logical Reasoning**. Oxford, Reino Unido,: Oxford University Press, 2018.

\_\_\_\_\_. **Vagueness**. Londres, Reino Unido, Ed. Routledge, 1996.

\_\_\_\_\_. **Knowledge and Its Limits**. Oxford, Reino Unido, Oxford University Press, 2002.

ZAGZEBSKI, L. **On epistemology**. Belmont, Califórnia, EUA: Ed. Cengage Learning, 2009.